



Você, sem fronteiras.

# TIM Participações

## Relatório Anual 2010



1. Apresentação	3
2. Mensagem	4
2.1. Mensagem do Presidente	4
2.2. Mensagem do Conselho	6
3. Destaques 2010	7
4. Perfil	9
4.1. Missão, Visão e Valores	10
4.2. Linha do Tempo	10
4.3. Abrangência de Atuação	13
4.3.1. Cobertura Nacional	13
4.3.2. Cobertura Internacional (Roaming)	14
5. Governança Corporativa	15
5.1. Política de Divulgação	15
5.2. Conselho de Administração	15
5.3. Diretoria	16
5.4. Conselho Fiscal	16
5.5. Estrutura Acionária	16
5.6. Direito dos Acionistas	16
5.7. Política de Dividendos	17
5.8. Lei Sarbanes-Oxley	17
5.9. Gestão de Riscos	17
6. Panorama Econômico e Setorial	19
6.1. Ambiente Econômico:	19
6.2. Setor de Telecom:	20
6.3. Particularidades do setor	21
6.4. A Regulamentação do Setor	21
6.4.1. Espectro de Radiofrequências	22
6.4.2. Integração com a Intelig	22
6.4.3. VU-M e Mercado de Atacado	22
6.4.4. Modelo de Custos	23
6.4.5. MVNO (Mobile Virtual Network Operator)	23
7. Estratégia da TIM	24
8. Investimentos e Perspectivas	26
9. Desempenho Operacional	28
10. Desempenho Financeiro e Mercado de Capitais	30
10.1. Desempenho Financeiro	30
10.2. Mercado de Capitais	33

11. Serviços, Produtos e Atendimento	34
11.1. Soluções <i>Consumer</i>	34
11.2. Soluções <i>Business</i>	36
11.3. Serviços de Valor Agregado (VAS)	36
11.4. Aparelhos e Aplicativos	37
11.5. Oferta de Dados	38
11.6. Oferta de Longa Distância	38
11.7. Oferta de Roaming Internacional	38
11.8. Telefonia Fixa	39
11.9. Operações Comerciais	39
11.10. Atendimento ao Cliente	40
11.11. Intelig	40
11.11.1. Sinergias <i>TIM</i> e <i>Intelig</i>	40
11.11.2. Linhas de Negócio e Abordagem Comercial	40
11.11.3. Oferta de Longa Distância	41
11.11.4. Oferta Fixa e Dados	41
11.11.5. Rede	41
12. Ativos Intangíveis	42
12.1. A Marca <i>TIM</i> e Campanhas publicitárias	42
12.1.1. A Marca <i>TIM</i>	42
12.1.2. Campanhas publicitárias	42
12.2. Recursos Humanos	42
12.3. Capital Tecnológico	43
13. Responsabilidade Socioambiental	44
14. Demonstrações Financeiras	45
15. Créditos	142

# 1. Apresentação



©iStockphoto.com/arekmalang

Neste Relatório Anual, é apresentado um panorama das principais realizações da TIM Participações S.A. em 2010, ano que finaliza o ciclo de *turnaround* da companhia, iniciado em 2009.

O ano de 2010 foi um período no qual a empresa conseguiu conjugar crescimento com rentabilidade, e a consistência desses resultados foi traduzida em crescimento sustentável, dentro de um dos maiores e mais competitivos mercados de telecom do mundo.

## 2. Mensagem

Bom equilíbrio entre crescimento e rentabilidade, com foco em qualidade, conveniência e inovação.



Divulgação

### 2.1. Mensagem do Presidente

Chegamos ao fim de 2010 com a grande satisfação de que o *turnaround* iniciado dois anos atrás está bem concluído.

#### Um bom equilíbrio de Crescimento e Rentabilidade

Em 2010, fomos a operadora com o maior crescimento de clientes, com adição de 9,9 milhões de linhas e uma participação de *market share* incremental de 34%. Esse crescimento da base de cliente foi acompanhado por melhoria de rentabilidade, com crescimento da receita total líquida de 9,9% no 4Q10 sobre o 4Q09 e com margem EBITDA superior a 30%.

#### Nossa Marca

Mantivemos a qualidade, a inovação e a conveniência como pontos centrais de nossa estratégia. Conquistamos destacada posição em qualidade de rede, e pelo 10º mês consecutivo fomos líderes no *ranking* da Anatel.

#### Alavancas de Crescimento

Buscamos sempre ter uma proposta de valor distinta. No serviço de voz, adotamos o conceito de “Um País, Uma Tarifa”. Transportamos em 2010 quase o dobro do tráfego de 2009 e nos tornamos líderes em volume de tráfego no mercado da longa distância. Para os serviços de

dados, mantivemos o DNA do Infinity, ou seja, focamos novamente no conceito ilimitado do serviço e utilizamos o *smartphone* sem subsídio como alavanca para o aumento da penetração de dados.

#### Melhoria de Resultados Financeiros

Atingimos as metas comunicadas ao mercado no início de 2010.

- A receita líquida de serviço cresceu 6,1% em 2010
- A margem EBITDA atingiu 29%

Mesmo com um forte crescimento da base de clientes, mantivemos uma gestão rigorosa dos custos e com isso conseguimos crescer com rentabilidade. A geração de caixa livre operacional atingiu R\$ 1,4 bilhão em 2010, um crescimento de 110% sobre 2009. Esses resultados possibilitaram a ampliação dos dividendos, e foi proposto à Assembleia Geral de Acionistas o valor de R\$ 497 milhões, que se compara aos R\$ 204 milhões distribuídos em 2009.

**Fortalecimento da Oferta de Dados**

Lançamos o Infinity Web no segundo semestre de 2010. Em apenas quatro meses, ele já atingiu a marca de 1 milhão de usuários/dia (valor 4 vezes mais alto que antes do lançamento da oferta).

**Perspectivas**

Esperamos ampliar nossa base e seguir expandindo o conceito de Comunidade – sem dúvida esse tem sido nosso grande diferencial competitivo. Sabemos que o cenário competitivo pode ficar intenso em 2011 e que também temos situações macroeconômicas mais desafiadoras.

Entretanto, seguimos otimistas e continuaremos a buscar o melhor equilíbrio entre crescimento e rentabilidade.

Concluo minha mensagem agradecendo a todos os colaboradores da TIM, peça fundamental para que essa grande virada acontecesse.

Tenho muito orgulho de liderar esse time e ser parte dele. Foram dois anos de muito trabalho e fadiga, mas os resultados nos mostram que valeu a pena.

Criamos valores para nossos acionistas, clientes e todos *stakeholders*.

**Luca Luciani**

## 2.2 Mensagem do Conselho

Nos últimos dois anos, a TIM tem promovido uma verdadeira revolução na sua relação de produtos e benefícios oferecidos aos seus clientes, com isto ultrapassando a barreira de 50 milhões de linhas. A sua inovação quebrou paradigmas na forma de precificação dos seus serviços, principalmente para a comunidade TIM.

Criando o conceito “Um país, uma tarifa” e cobrando por ligação, e não por minutos, promoveu uma rápida expansão do tráfego de longa distância integrando o Norte e o Sul do país com o acesso fácil e barato para as camadas mais baixas da sociedade brasileira. Essa estratégia colocou a TIM na liderança do tráfego de longa distância no país.

Em consonância com os objetivos do Governo, na implementação da inclusão digital, dando o acesso a todos os brasileiros à internet, o plano de expansão de nossa rede de dados caminha a passos largos. É nosso entendimento que o plano de universalização de internet será obtido através de redes de acesso móvel, sendo necessário para que isso aconteça, a redução dos custos relacionados à infraestrutura de rede.

Tenho acompanhado a evolução do mercado de Telecomunicações nos últimos 40 anos e tem sido muito gratificante estar junto ao competente grupo de executivos e colaboradores da TIM, que tem ajudado com grande eficiência o desenvolvimento das telecomunicações em nosso país.

**Manoel Horácio Francisco da Silva**

### 3. Destaques 2010



> Associando crescimento e rentabilidade: a base de assinantes cresceu 24,1% A/A, com adição líquida de 9,9 milhões de linhas. Essa performance foi acompanhada de um crescimento de receita líquida de 9,9% A/A no 4T10 e margem EBITDA de 30,6%.

> Infinity e Liberty representam mais do que 80% da base de clientes. O segmento pós-pago atingiu adições líquidas acima de 1 milhão de usuários.

> Infinity Web atingiu mais de 1 milhão de usuários únicos por dia depois de 4 meses do seu lançamento, ajudando a receita de dados a crescer 31% no 4T10 em relação ao 4T09.

> MOU alcançou 129 minutos no final do ano (+30,0% A/A), o que reflete uma forte evidência do sucesso do conceito baseado em comunidade.

> Qualidade da rede mantida a 100% por 10 meses consecutivos de acordo com a Anatel, atingindo sua menor taxa de queda das chamadas.

> SAC diminuiu acentuadamente para R\$ 36 (-55,6% a.a.), refletindo a eficiência na aquisição (SAC/Arpu a 1,5x vs. 3,0x no 4T09).

> PDD alcançou um novo piso em 1,0% da receita bruta total.

> EBITDA alcançou R\$ 4.193 milhões em 2010, um crescimento de 18,4% A/A apoiado em grande parte pela contribuição dos serviços de dados e voz. A margem EBITDA em 2010 alcançou 29% (vs. 25,8% em 2009).

> Lucro líquido ficou em R\$ 2.212 milhões em 2010 (vs. R\$ 801 milhões em 2009).

> Total dos Dividendos propostos para 2010 alcançou R\$ 497 milhões (vs. R\$ 204 milhões em 2009).

> CAPEX atingiu R\$ 2.836 milhões em 2010, com foco na implementação do 3G e expansão e capacidade do 2G.

> Fluxo de Caixa Operacional Livre totalizou R\$ 1,37 bilhão em 2010, com um crescimento de 110% em relação a 2009.



<b>Indicadores Operacionais</b>	<b>2010</b>	<b>2009*</b>	<b>2010 x 2009</b>
Municípios atendidos (GSM)	3.203	2.958	8,3%
Base de usuários no Brasil (000's)	202.944	173.959	16,7%
Market Share	25,14%	23,60%	1,54 p.p.
Linhas totais (000's)	51.015	41.102	24,1%
Linhas pré-paga (000's)	43.550	34.651	25,7%
Linhas pós-paga (000's)	7.465	6.452	15,7%
Adições brutas (000's)	28.608	20.681	38,3%
Adições líquidas (000's)	9.913	4.700	110,9%
Churn	42,4%	42,4%	0,01 p.p.
ARPU total (R\$)	23,7	26,6	-10,8%
MOU total (min)	116	83	39,1%
SAC (R\$)	54	85	-36,4%
Empregados	9.081	9.233	-1,6%
<b>DRE (R\$ 000's)</b>	<b>2010</b>	<b>2009*</b>	<b>2010 x 2009</b>
Receita Bruta Total	20.319.295	19.013.343	6,9%
Receita Bruta de Telecomunicações	18.761.385	17.295.680	8,5%
Receita Bruta de Mercadorias	1.557.910	1.717.663	-9,3%
Receita Líquida	14.457.450	13.747.028	5,2%
Receita Líquida de Serviços	13.571.626	12.787.865	6,1%
Receita Líquida de Produtos	885.824	959.163	-7,6%
Custos da Operação	(10.263.855)	(10.206.072)	0,6%
EBITDA	4.193.595	3.540.956	18,4%
Margem EBITDA	29,0%	25,8%	320 bps
EBIT	1.200.134	507.596	136,4%
Margem EBIT	8,3%	3,7%	460 bps
Resultado Financeiro Líquido	(245.457)	260.601	-194,2%
Lucro Líquido	2.211.715	801.223	176,0%
*2009 Pro forma			
<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>2010</b>	<b>2009**</b>	<b>2010 x 2009</b>
EBIT	1.200.134	553.462	116,8%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	1.371.973	654.280	109,7%
Fluxo de Caixa Líquido	699.900	(13.534)	n/a

\*\*TIM + dez/09 Intelig

## 4. Perfil

Abordagem *pure mobile* com infraestrutura fixa, para gerar inovação e qualidade com objetivo de criar ofertas que revolucionam.



©iStockphoto.com/Yuri\_Arcurs

A TIM Participações S.A. é uma companhia *holding* que presta serviços de telecomunicações em todo o território nacional através de suas subsidiárias, TIM Celular S.A. e Intelig Telecomunicações Ltda. A Companhia iniciou suas operações no Brasil em 1998 e se consolidou como uma empresa nacional a partir de 2002, tornando-se a primeira operadora móvel a ter presença em todos os estados do Brasil.

A TIM atua como operadora de serviços de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, sempre com foco na qualidade dos serviços prestados aos seus clientes. Através da tecnologia GSM, a TIM possui um alcance nacional de aproximadamente 94% da população urbana, sendo a maior cobertura GSM do Brasil, com presença em 3.203 cidades. A TIM conta também com uma extensa cobertura de dados em todo o país, sendo 100% GPRS, 79% com EDGE, além de possuir uma sofisticada rede de Terceira Geração (3G) disponível para mais de 54% da população urbana do Brasil. A Companhia também possui acordos de *roaming* internacional para clientes TIM; são mais de 450 redes disponíveis em mais de 200 países nos seis continentes.

A marca TIM possui uma forte associação aos atributos de inovação e qualidade. Ao longo de sua trajetória no país, tornou-se a pioneira no lançamento de diversos produtos e serviços, como a introdução do MMS e do Blackberry no Brasil. Dando continuidade a essa trajetória, a Companhia adicionou ao seu portfólio, em 2010, novas e inovadoras ofertas, buscando sempre manter o posicionamento como a operadora que faz “Planos e Promoções que Revolucionam”. A TIM incrementou as duas famílias de planos – Infinity e Liberty – ao lançar as ofertas Infinity Web e Liberty Web com o objetivo de atender à crescente demanda por serviços de dados.

Além disso, introduziu também o conceito de *pay per call* para ligações para números fixos através da oferta Infinity Mais. O portfólio se baseia em um conceito inovador, com grande incentivo ao uso (tarifação por chamada, uso ilimitado) e sempre explorando o senso de comunidade TIM, que conta com mais de 51 milhões de linhas em todo o país.

A TIM Participações é uma empresa controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., subsidiária do grupo Telecom Italia. Inovação e qualidade são dois dos pilares estratégicos que a TIM compartilha com a sua controladora. Para isso, a TIM faz investimentos substanciais em rede e TI e mantém sinergias com seu grupo controlador, por meio do compartilhamento de experiências e adoção da política de melhores práticas, sempre garantindo experiências inovadoras a todos os seus clientes.

Durante o ano de 2010, a companhia seguiu com o processo de integração com a Intelig, que foi adquirida em dezembro de 2009. Esta última atua como provedora de telefonia fixa, longa distância e transmissão de dados no Brasil. A aquisição ampliou a infraestrutura de rede da TIM, de forma que foi possível acelerar o desenvolvimento da rede 3G, otimizar custos de aluguel de meios e também melhorar o posicionamento competitivo no mercado de telefonia.

A TIM Participações é uma empresa de capital aberto que possui ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A Companhia também é integrante de um seleto grupo de empresas que compõem a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BM&FBovespa.

#### 4.1. Missão, Visão e Valores

##### Missão

Estar próximo ao cliente, oferecendo possibilidades inovadoras de conectividade, focando em suas expectativas e necessidades diversificadas, contribuindo como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável.

##### Visão

Ser a escolha número um dos clientes, oferecendo serviços inovadores e de alta qualidade, tornando-se referência de rentabilidade do mercado de telecomunicações no Brasil.

##### Valores

- > Proatividade
- > Transparência
- > Velocidade
- > Excelência Profissional

- > Foco no Cliente
- > Espírito de Equipe
- > Inovação
- > Espírito Empreendedor

#### 4.2. Linha do Tempo 1998

##### Maio

O governo brasileiro transferiu para a Tele Celular Sul Participações S.A. a propriedade da Telepar Celular S.A., juntamente com a Telesc Celular S.A. e a CTMR Celular S.A.; também transferiu para a Tele Nordeste Celular Participações S.A. o controle da Telpe Celular S.A., da Telepisa Celular S.A., da Teleceará Celular S.A., da Telern Celular S.A., da Telpa Celular S.A. e da Telasa Celular S.A.

##### Julho

O consórcio formado pela UGB Participações Ltda. (“UGB”) e a Bitel Participações S.A. (“Bitel”) adquiriu o controle da Tele Celular Sul Participações e da Tele Nordeste Celular Participações, companhias do governo brasileiro, no processo de privatização da Telebrás.

##### Setembro

As ações ordinárias e preferenciais da Tele Celular Sul começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

##### Novembro

Os ADRs da Companhia começaram a ser negociados na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE.

##### Dezembro

A UGB vendeu sua participação acionária na Companhia para a Bitel Participações S.A.

#### 1999

##### Março

A venda mencionada anteriormente foi efetivamente aprovada pela Anatel e pelo Cade, passando a Companhia a ser controlada pela TIM, empresa do Grupo Telecom Italia.

#### 2000

##### Abril

O ágio pago pela Bitel Participações S.A. para adquirir o controle da Tele Celular Sul e da Tele Nordeste Celular é transferido para a própria Companhia.

**Junho**

O ágio mencionado anteriormente é transferido para as subsidiárias da Tele Celular Sul e da Tele Nordeste Celular com o objetivo de maximizar o ganho fiscal através de sua amortização.

**2001****Janeiro**

A TIM adquiriu licenças nas Bandas D e E de telefonia móvel celular, passando a ser o único grupo autorizado a oferecer os serviços para todo o país, operando com a mesma marca nas diversas regiões.

**2002****Setembro**

A Companhia lançou a tecnologia GSM (*Global System for Mobile Communication*) ao iniciar suas operações comerciais nas áreas em que adquiriu licenças nas Bandas D e E.

**Novembro**

As subsidiárias foram reestruturadas mediante a troca de ações da Telesc Celular e da CTMR Celular por ações da Telepar Celular, resultando em um aumento de capital da Telepar Celular, enquanto a Telesc Celular e a CTMR Celular se tornaram subsidiárias integrais da Telepar Celular, em vez de subsidiárias diretas da Tele Celular Sul.

**Dezembro**

A Companhia converteu suas respectivas concessões para prestar serviços no regime de Serviço Móvel Celular ("SMC") em autorizações para prestar serviço no regime Serviço Móvel Pessoal ("SMP").

**2003****Julho**

A Companhia lançou o Código de Seleção de Prestadora (CSP 41), através do qual passou a prover serviços de longa distância nacional e internacional. A subsidiária Telepar Celular S.A. incorporou os acervos líquidos contábeis da Telesc Celular S.A. e da CTMR Celular S.A. Adicionalmente, a Telepar Celular S.A. teve sua denominação social alterada para TIM Sul S.A. ("TIM Sul").

**Agosto**

A Companhia lançou a tecnologia GSM também para suas operações nas Bandas A e B, que anteriormente operavam na tecnologia TDMA (Time Division Multiple Access).

**Setembro**

A Bitel incorporou a TIM Brasil S.A. e passou a ser denominada TIM Brasil Serviços e Participações S.A.

**Dezembro**

A Companhia vendeu sua participação acionária na Blah! Sociedade Anônima de Serviços e Comércio.

**2004****Janeiro**

A subsidiária Telpe Celular S.A. incorporou os acervos líquidos contábeis da Telasa Celular S.A., da Telpa Celular S.A., da Telern Celular S.A., da Teleceará Celular S.A. e da Telepisa Celular S.A. Adicionalmente, a Telpe Celular S.A. teve sua denominação social alterada para TIM Nordeste Telecomunicações S.A. ("TIM Nordeste").

**Agosto**

Os acionistas da Tele Nordeste Celular ("TND") e da Tele Celular Sul ("TSU") aprovaram em Assembleia Geral a incorporação da TND pela TSU. Adicionalmente, a Tele Celular Sul alterou sua denominação social para TIM Participações S.A.

**Outubro**

As ações da TIM Participações passaram a ser negociadas na Bovespa com o nome de pregão TIM PART. S.A., através dos códigos de negociação TCSL3 para as ações ordinárias e TCSL4 para as ações preferenciais. Os ADRs da TIM Participações passam a ser negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), mantendo seu código TSU.

**2005****Maio**

Aprovada a incorporação da totalidade das ações da TIM Sul e da TIM Nordeste pela TIM Participações.

**Julho**

As ações da TIM Sul e da TIM Nordeste deixaram de ser negociadas na Bovespa e na Soma (Sociedade Operadora do Mercado de Ativos), respectivamente.

**Agosto**

A sede da TIM Participações foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro (RJ).

**Dezembro**

Deferido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o cancelamento do registro de companhia aberta da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. e da TIM Sul S.A.

**2006****Janeiro**

O Conselho de Administração aprovou a reestruturação entre a TIM Celular e a TIM Participações, contemplando a incorporação de ações da TIM Celular na TIM Participações. Após a conclusão da transação, a TIM Celular se tornou subsidiária integral da TIM Participações.

**Março**

Aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da TIM Celular ao patrimônio da TIM Participações, convertendo-se a TIM Celular em subsidiária integral da TIM Participações.

**Junho**

Concluído o processo de incorporação da TIM Sul S.A. pela TIM Celular S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. pela Maxitel S.A. Na mesma data, o nome da Maxitel S.A. foi alterado para TIM Nordeste S.A.

**Setembro**

Lançamento do "TIM Casa", pacote de serviços pioneiro de telefonia fixa, introduzindo no mercado brasileiro o conceito de "Home Zone".

**2007****Mai**

A TIM adquiriu licença de telefonia fixa nacional, dando um importante passo para se tornar uma prestadora de serviços convergentes.

**Julho**

Lançamento do TIM Web, serviço de acesso à internet móvel em *laptops* ou *desktops* sem necessidade de provedor.

**Setembro**

A TIM adquiriu novos lotes de frequência em 900 MHz e 1,8 GHz relativos às sobras de frequência (SMP) através de leilão feito pela Anatel.

**Outubro**

Lançamento do TIM Casa Flex, serviço inovador que combina serviços de telefonia fixa e telefonia móvel em um único aparelho.

**Dezembro**

A TIM adquiriu frequências de 3G em 1,9 GHz e 2,1 GHz, para todo o país (exceto o Triângulo Mineiro), o que permite oferecer serviços de terceira geração em todos os estados, como oferta de banda larga móvel.

**2008****Abril**

A TIM inicia a prestação de serviços de terceira geração por meio da marca TIM 3G+, com novos serviços, como banda larga móvel, videochamada e TV móvel.

Lançamento do TIM Web Banda Larga, conexão sem fio de alta velocidade à internet no conceito *plug & play*. O serviço possibilita ao usuário acessar a internet com velocidades de até 7,2 Mbps.

A TIM e a empresa de TV por assinatura Sky fecham parceria comercial.

**Julho**

A TIM lança, em parceria com a HP, o primeiro *notebook* 100% conectado do Brasil, contendo *modem* e TIM Chip embarcados.

**Setembro**

Lançamento do TIM Fixo, estabelecendo mais um marco na estratégia de convergência da Companhia. A TIM torna-se uma concorrente alternativa no mundo da telefonia fixa.

**Dezembro**

A TIM foi incluída na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), composto somente por companhias altamente comprometidas com sustentabilidade e responsabilidade social.

Você, sem fronteiras.

## 2009

### Janeiro

Início do processo de reestruturação da Empresa com a posse do novo Presidente, Luca Luciani.

### Março

Início do reposicionamento da marca. A TIM muda seu *slogan* para “Você, sem fronteiras”.

### Abril

A TIM dá início ao lançamento de seu novo portfólio de ofertas com o plano Infinity.

A TIM e a Intelig assinam acordo de incorporação baseado em troca de ações.

### Agosto

Aprovação pela Anatel da aquisição da Intelig.

### Dezembro

Conclusão do processo de incorporação da Intelig pela TIM.

A TIM foi incluída pelo segundo ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), composto somente por companhias altamente comprometidas com sustentabilidade e responsabilidade social.

A TIM Participações promove a reorganização societária de suas subsidiárias, através da incorporação da TIM Nordeste S.A. pela TIM Celular. A reestruturação tem como objetivo o aproveitamento de sinergias e eficiências fiscal e financeira entre as Companhias.

## 2010

### Maio

Relançamento da marca Intelig com a campanha na mídia “Intelig agora é TIM”.

### Junho

A TIM atinge o primeiro lugar em *market share* de longa distância, ultrapassando concorrentes tradicionais do setor.

### Julho

Reformulação da oferta TIM Web, que passa a ser tarifada por tempo de uso e não mais por volume de dados trafegados.

### Agosto

Lançamento das ofertas de dados Infinity Web e Liberty Web, que dão acesso limitado à internet para os públicos pré-pago e pós-pago, respectivamente.

### Setembro

A TIM é a primeira a lançar o Iphone 4, reforçando seu posicionamento como empresa inovadora.

### Outubro

Lançamento da oferta Infinity Mais, que agrega a terminação para telefones fixos dentro do conceito Infinity, na qual se paga somente o primeiro minuto da ligação.

Eleita a melhor operadora móvel da América Latina no World Telecoms Awards 2010, prêmio concedido pela revista inglesa *World Finance*.

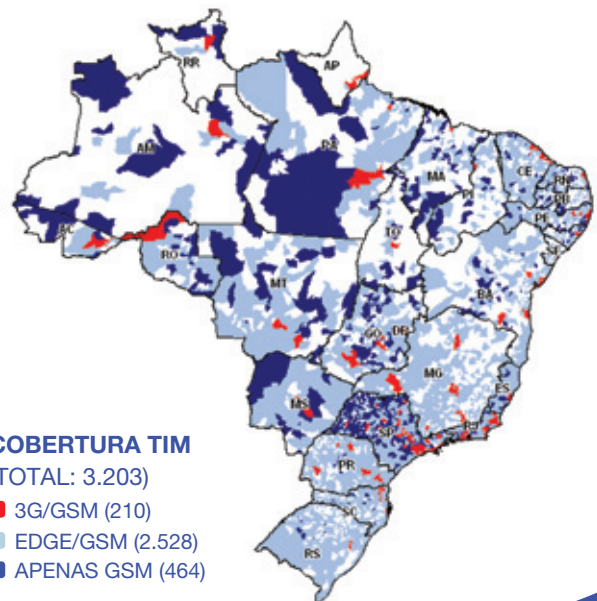
### Dezembro

Aquisição de sobras de faixa de frequência do SMP, podendo ampliar sua cobertura 2G e intensificar sua presença na região Norte do país e nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais.

## 4.3 Abrangência de Atuação

### 4.3.1 Cobertura Nacional

A estrutura de rede de telefonia celular da TIM é baseada na tecnologia GSM. A TIM possui um alcance nacional de aproximadamente 94% da população urbana, sendo a maior cobertura GSM do Brasil, com presença em 3.203 cidades. A TIM conta também com uma extensa cobertura de dados em todo o país, sendo 100% GPRS, dos quais 79% com EDGE, além de possuir uma sofisticada rede de Terceira Geração (3G) disponível para mais de 54% da população urbana do Brasil.



Você, sem fronteiras.

A TIM realizou ao longo do ano significativos investimentos, sendo R\$ 1,7 bilhão somente em rede, para ampliação de cobertura e capacidade, acompanhando assim o crescimento de tráfego de voz e dados.

A Companhia manteve o programa interno iniciado em 2009 de monitoramento da qualidade de rede, com base em medições amostrais realizadas nas vias das principais áreas metropolitanas do país. O programa acompanha o desempenho de rede da TIM e também das demais operadoras móveis, e é utilizado para realizar ajustes finos e proporcionar melhoria de qualidade na rede.

Os investimentos em rede e o programa de monitoramento ajudaram a perpetuar os resultados conquistados em 2009. Em 2010, a TIM atingiu 100% das metas de qualidade de rede estabelecidas pela Anatel durante 11 dos 12 meses do ano (em fevereiro o indicador foi 99,5%). Com isso, assumiu a liderança de qualidade de rede, superando os demais concorrentes.

Além disso, atingiu os menores níveis no indicador de queda de chamada, com uma média de 0,6% no último trimestre do ano. O desempenho evidencia o comprometimento da TIM em prover um serviço de excelente qualidade mesmo com forte crescimento do tráfego de voz e dados no período, em função do sucesso do novo portfólio de ofertas.

#### 4.3.2. Cobertura Internacional (*Roaming*)

No exterior, a TIM continua a ampliar a disponibilidade de serviços de *roaming* internacional: já são mais de 450 redes disponíveis em mais de 200 países nos seis continentes (incluindo Antártica) para o uso de voz e 153 países com cobertura de dados (GPRS/EDGE) e Multimídia (MMS), o que a mantém na liderança de mercado nesse segmento. Além disso, a empresa também é líder na cobertura para clientes pré-pago, disponibilizando o serviço em 40 países. A partir de 2009, a TIM também disponibilizou o 3G no exterior; em 2010 a cobertura foi ampliada para 75 países. No intuito de proporcionar ainda mais comodidade ao usuário do serviço, os clientes que viajam ao exterior também possuem cobertura a bordo de cruzeiros marítimos e aeronaves.

## COBERTURA

3.203  
cidades

207  
países

A maior cobertura GSM  
no Brasil e no mundo.

## 5. Governança Corporativa

Conduzindo os negócios com ética, transparência, boa fé, lealdade e veracidade.



©iStockphoto.com/webphotographer

A TIM conduz seus negócios com ética e transparência, dentro das melhores práticas de governança corporativa. A TIM é uma sociedade por ações, de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria e, ainda, supervisionada por um Conselho Fiscal, que também exerce a função de Comitê de Auditoria.

A Companhia conduz seus negócios com boa-fé, lealdade, veracidade e, ainda, baseando-se em quatro importantes princípios gerais:

- (I) liberdade de decisão;
- (II) acesso à informação;
- (III) igualdade de tratamento; e
- (IV) transparência.

### 5.1. Política de Divulgação

A TIM Participações adotou em 2003 uma Política de Divulgação e Uso de informações e de Negociação de Valores Mobiliários, nos termos das determinações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à qual os administradores da Companhia aderiram mediante assinatura

de termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

### 5.2. Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada que exerce a administração superior da Companhia e é composto de nove membros com mandato de dois anos, permitida a reeleição.

Os deveres e as responsabilidades dos membros do Conselho de Administração são determinados pela legislação brasileira, pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Regimento Interno do Conselho de Administração. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas e consignadas no livro de Atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.



O Conselho reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor-Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas pelo Conselho. Os indivíduos convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto.

O Conselho de Administração possui dois comitês de assessoramento, com função recomendatória, e são compostos apenas por membros do Conselho, quais sejam, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle Interno e da Governança Corporativa.

### 5.3. Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação e executivo de administração da Companhia. Formada por 1 diretor-presidente e 7 diretores executivos, é eleita pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos. Todos os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo.

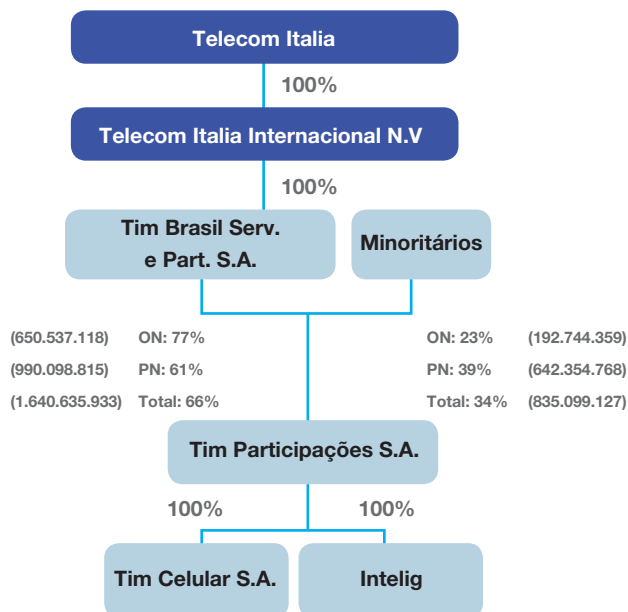
### 5.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Comitê de Auditoria, representado pelo Conselho Fiscal, está instalado e funcionando desde 2004, e é composto por profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantêm nenhum outro vínculo com a Companhia.

### 5.5. Estrutura Acionária

#### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA APÓS INCORPORAÇÃO DA INTELIG

	TIM Brasil	Outros	Total
Ordinária	650.537.118	192.744.359	843.281.477
%	77,14	22,86	100,00
Preferencial	990.098.815	642.354.768	1.632.453.583
%	60,65	39,35	100,00
Total	1.640.635.933	835.099.127	2.475.735.060
%	66,27	33,73	100,00



	NÚMERO DE AÇÕES	%
Ordinária	843.281.477	34,06
Preferencial	1.632.453.583	65,94
Total	2.475.735.060	100,00

O capital social da Companhia encerrou 2010 com montante total de R\$ 8.149.096.024,13, representado por 843.281.477 ações ordinárias e 1.632.453.583 ações preferenciais, totalizando 2.475.735.060 ações. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM, com 66,27% das ações.

### 5.6. Direito dos Acionistas

Cada uma das ações ordinárias dá a seu detentor o direito a um voto nas assembleias de acionistas. Os detentores de ações preferenciais não têm direito a voto, mas podem participar da assembleia de acionistas ou se dirigir a ela. Um dos membros do Conselho Fiscal e seu suplente são eleitos pela maioria dos votos dos detentores de ações preferenciais da Companhia. Cada um dos acionistas da Companhia detém direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação nele.

### 5.7. Política de Dividendos

Conforme o Estatuto Social da TIM Participações, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social, findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas asseguradas as seguintes preferências ou vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e (ii) pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações de emissão da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia assegura aos titulares de ações preferenciais o direito de receber dividendo por ação correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação, sempre que o dividendo estabelecido segundo este critério for superior ao dividendo calculado pelo o critério descrito no parágrafo acima.

É mandatória a manutenção de uma reserva legal, a qual deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital. A distribuição de dividendos anual é votada em Assembleia Geral Ordinária.

Em 2010, A Administração propôs a distribuição de R\$ 496,6 milhões aos acionistas detentores de ações preferenciais e ordinárias. O montante total a ser distribuído equivale a R\$ 0,2006 por ação preferencial, R\$ 2,006 por ADR (10 ações preferenciais) e R\$ 0,2006 por ação ordinária. A proposta será analisada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2011.

### 5.8. Lei Sarbanes-Oxley

A Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) prevê a verificação pela Companhia da eficácia do sistema de controles internos que suporta as Demonstrações Financeiras, com o objetivo de oferecer maior confiabilidade e transparência a essas informações. Para obter a certificação, a avaliação feita pela administração sobre os controles internos para o exercício de 2009 foi atestada por uma instituição especializada de auditoria independente.

Em 2010, a TIM recebeu a certificação pelo cumprimento dos dispositivos exigidos pela Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley referente ao ano de 2009, uma demonstração do compromisso da Companhia aos mais elevados níveis de governança corporativa.

### 5.9. Gestão de Riscos

A TIM, por meio de suas controladas (TIM Celular S.A. e Intelig Telecomunicações Ltda.), utiliza instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados às taxas de câmbio, juros e variações cambiais, sem fins especulativos, representados em sua totalidade por contratos de *swap*. A seguir, um balanço dos principais fatores de riscos a que a Empresa está exposta.

#### Risco de variações cambiais

Esses riscos relacionam-se com a possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, as controladas estabelecem contratos de *swap* com instituições financeiras.

#### Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se a variações no valor justo dos financiamentos com taxas de juros pré-fixadas ou taxas de juros de longo prazo (TJLP), além de movimentos desfavoráveis nas taxas de juros flutuantes. Esses riscos são reduzidos com a utilização de contratos de *swap* de juros e com aplicações em investimentos atrelados ao CDI.

#### Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, as controladas realizam análises de crédito, auxiliando a gerência de risco nos problemas de cobrança, e monitoram as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços dos inadimplentes. Além disso, a estratégia da companhia de reduzir fortemente os níveis de subsídio de aparelhos e as parcerias com as operadoras de cartão de crédito para parcelamentos maiores colaboraram também para reduzir este tipo de risco.

**Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos**

A política das controladas para a venda de aparelhos telefônicos e a distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de crédito aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais.

**Risco de crédito financeiro**

O risco nessa área está relacionado à possibilidade de as controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros, mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem uma política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

## 6. Panorama Econômico e Setorial



©iStockphoto.com/webphotographer

### 6.1. Ambiente Econômico

Em 2010, a economia brasileira consolidou sua recuperação em relação à crise que abalou o mundo em 2008. Ainda em 2009, o país conseguiu sair da recessão, sofrendo bem menos do que os países desenvolvidos, que ainda enfrentam diversos problemas na tentativa de restabelecer o crescimento econômico. Para o Brasil, esse ano provou que seu sistema financeiro é sólido o bastante para enfrentar uma crise global e que, com um mercado interno robusto e estabilidade nos preços, o país foi capaz de criar um novo padrão de expansão econômica, mais consistente e sustentável. Consequentemente, em 2010 o país deve apresentar um crescimento do PIB de 7,8% (segundo estimativas do Banco Central – IBC-Br) e tanto o governo quanto o mercado já mostram preocupação com a inflação, acelerada pela forte atividade econômica.

A taxa de inflação oficial do Brasil (o IPCA) fechou o ano com alta de 5,91%, a maior taxa desde 2004. O número ficou acima da meta do Banco Central (4,5%), mas ainda dentro da margem de 2% para cima ou para baixo considerada aceitável pelo governo. Entretanto, para manter as expectativas em níveis seguros, o governo já iniciou um processo de contração monetária.

Em relação à Política Monetária, o COPOM adotou uma tendência de retração, fechando o ano com a taxa básica de juros da economia (Selic) em 10,75% aa., evoluindo do seu vale histórico de 8,75% em 2009. A expansão da

atividade econômica aumentou a pressão inflacionária e, à medida que os índices apontavam para uma possibilidade de se perder a meta de inflação para o ano, o governo optou por controlar as expectativas e respondeu prontamente com um aumento nos juros.

Em relação à demanda doméstica, devido a um recorde de baixa na taxa de desemprego, a um aumento nos salários, uma melhora nas condições de crédito e a recuperação econômica, os economistas projetam que o consumo das famílias deve apresentar forte expansão, e a Formação Bruta de Capital Fixo deve crescer por conta da expansão da produção industrial.

A conta-corrente brasileira fechou o ano com um déficit de US\$ 47,5 bilhões, o que representa um crescimento anual de mais de 90% (em 2009, o déficit foi de US\$ 24,3 bilhões). As maiores responsáveis pelo resultado foram as contas de serviços e as remessas de lucros. Em contrapartida, os Investimentos Externos Diretos totalizaram US\$ 48,5 bilhões, compensando o fluxo de saída de capital da conta-corrente.

A guerra cambial acabou impactando o câmbio do país. A desvalorização do dólar nos mercados mundiais foi sentida internamente e o governo precisou agir para impedir que o real ficasse sobrevalorizado, prejudicando os exportadores nacionais. Assim, o governo tomou uma série de medidas – entre elas, o aumento do IOF – para conter a desvalorização do dólar, numa tentativa de impedir a entrada de capital especulativo no mercado nacional.

Impactada pela depreciação do dólar, pelo baixo desemprego e por um aumento nos investimentos, a balança de pagamentos de 2010 registrou um superávit de apenas US\$ 20,3 bilhões, o menor desde 2002. O número representa uma queda de 19,8% se comparado ao superávit de US\$ 24,3 bilhões registrado em 2009. Apesar da queda, o resultado ainda veio acima das expectativas do mercado, que previa um resultado entre US\$ 15 bilhões e US\$ 16 bilhões. O número superou até as expectativas do governo, que era de US\$ 17 bilhões.

A política fiscal foi impactada pelo ano eleitoral e, apesar do fim dos cortes nos impostos para promover a recuperação econômica (voltada principalmente para automóveis, construção civil e linha branca), o governo não conseguiu atingir a meta de superávit primário de 3,1% do PIB. Apesar do aumento com a arrecadação devido a uma melhora no cenário econômico, os gastos públicos levaram o superávit primário a cair em relação ao ano de 2009, para 2,8% do PIB.

Segundo o Banco Central, o volume total de crédito no sistema financeiro deve expandir 20,5% em 2010, representando 46,6% do PIB. No ano anterior, o crescimento foi de 15,2%.

## 6.2. Setor de Telecom

Para o setor de telecomunicações, 2010 foi mais positivo do que o ano anterior, quando a economia ainda era impactada pela crise global. O número de adições líquidas foi superior em todos os serviços em comparação com as adições líquidas de 2009, mas não tão bom quanto o número de 2008. Apesar de o mercado de telefonia móvel já mostrar altos níveis de penetração, em 2010 o nível de adições líquidas acabou sendo melhor do que o que o mercado esperava. O mercado móvel fechou o ano com 202,9 milhões de acessos, o que representa um crescimento anual de 16,7%, totalizando 28,98 milhões de novas linhas, segundo a Anatel.

## PENETRAÇÃO MÓVEL

# 104.6%

A penetração móvel ultrapassou 100%, com uma base de usuários de 202,9 milhões de linhas.

O mercado de telefonia móvel brasileiro continua a ser o quinto maior do mundo e atingiu em 2010 uma taxa de penetração de 104,7 linhas para cada 100 habitantes. Isso confirma a telefonia celular como o meio de comunicação com a maior presença nos lares brasileiros em todas as classes sociais, muito devido às ofertas presentes no mercado com foco em ligações dentro da mesma operadora.

A maior parte do crescimento continua concentrada no segmento pré-pago, que alcançou 167,1 milhões de acessos (+16,4% ao ano) representando 82,3% do total do mercado. O segmento pós-pago alcançou a marca de 35,85 milhões de linhas, uma expansão de 18,1% ao ano. Os fatores-chave para o crescimento de ambos os setores foram o cenário econômico favorável com expansão do crédito, melhor distribuição de renda (com parte de população migrando das classes D e E para a C) e a competição no mercado de telefonia celular brasileiro.

De acordo com dados publicados pela Teleco, o setor de telefonia fixa apresentou um leve crescimento, de 1,2%, quando comparado ao ano anterior, encerrando o período com 42 milhões de acessos, o que representa uma penetração de aproximadamente 21,7 linhas para cada 100 domicílios.

O setor também passou por importantes movimentos de fusão e aquisição durante o ano. O mais importante de todos foi a venda da participação da Portugal Telecom na Brasilcel (controladora da Vivo) para a Telefonica. Depois de algumas tentativas, a companhia espanhola se tornou a única controladora da Vivo e já começou o processo de integração como seu braço fixo (Telesp) no Brasil.

Com o capital adquirido com a venda da Brasilcel, a PT comprou participação no grupo controlador da Oi. A empresa manteve sua presença no Brasil e deu à companhia brasileira capital suficiente para que ela expanda suas operações depois de um ano de estagnação.

Outro importante evento foi a oferta voluntária da Embratel pelas ações preferenciais da NET. A companhia mexicana conseguiu assumir o controle de mais de 90% do capital total da NET e também já iniciou o processo de integração de suas empresas de telecom no Brasil (Claro, NET e Embratel).

Além dos movimentos de fusões e aquisições, em dezembro a Anatel concluiu o leilão da Banda H, que teve a Nextel como grande vencedora. Com isso, o setor móvel ganha um quinto *player*, já que, quando a companhia comprou licenças de 3G, ela assumiu compromisso de cobertura em quase todo o território brasileiro.

O regulamento para os MVNOs também foi aprovado pela Anatel, em novembro, o que poderá trazer novas companhias para operar no mercado.

### 6.3. Particularidades do setor

A telefonia móvel no Brasil caracteriza-se por ser um setor considerado privado cujos preços e tarifas praticados são regulados pelo mercado. A Anatel funciona como uma agência que regulamenta todos os setores das telecomunicações no Brasil, com a missão de “promover o desenvolvimento das telecomunicações do país de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional”.

Nesse cenário, o setor de telefonia móvel brasileiro se apresenta como um dos mais competitivos no mundo, sendo um dos poucos a apresentar quatro competidores com presença nacional e com participação de mercado entre 20% e 30%. O forte movimento de competição no mercado implica maior pressão de margens por conta de despesas comerciais com propaganda e publicidade, comissões e subsídio. A prática do subsídio como ferramenta de competição vem sendo abandonada gradativamente pelas operadoras, dando espaço a ofertas mais focadas no uso do serviço. O recente movimento vem permitindo a queda no preço médio das tarifas, que são compensadas por uma maior utilização. A TIM acelerou neste caminho durante 2010, deixando praticamente de lado a ferramenta de subsídios de aparelhos e voltando o foco ao estímulo do uso.

O capital intensivo também é uma das principais características da indústria das telecomunicações. De forma a suportar o aumento no tráfego de rede ao longo dos anos, são necessários elevados investimentos em tecnologia e infraestrutura para garantir escala e qualidade dos serviços prestados.

Como prestadora de um serviço fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país, a TIM acredita fortemente que o Brasil está se consolidando em uma posição de destaque no cenário econômico mundial e está satisfeita por poder contribuir para o desenvolvimento de infraestrutura do país, promovendo a universalização dos serviços de telecomunicações. A TIM reafirma seu compromisso de investimento em 2011 e a busca incessante por mais e melhores serviços, procurando atender a todas as necessidades de todos os seus *stakeholders*.

### 6.4. A Regulamentação do Setor

O setor de telecomunicações é submetido à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, autarquia especial vinculada ao Ministério das Comunicações com gestão autônoma e independente. A Anatel é responsável pela edição das normas referentes à prestação dos serviços de telecomunicações e ao relacionamento entre os diferentes prestadores, nos termos dispostos na Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997).

Especificamente no tocante à atividade operacional de TIM e Intelig, a Anatel desenvolveu uma estrita regulamentação da prestação dos serviços de comunicações móveis (Serviço Móvel Pessoal – SMP), de telefonia fixa (Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC) e de transmissão de dados (Serviço de Comunicação Multimídia – SCM).

Em vista do grande dinamismo do setor, em especial por conta dos acelerados avanços tecnológicos experimentados pelos prestadores, principalmente no âmbito do SMP, as normas editadas pela Anatel estão sujeitas a atualizações periódicas.

De forma a compartilhar o planejamento de suas ações com a sociedade e otimizar a execução das políticas públicas estabelecidas pelo Poder Executivo, a Anatel aprovou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil – PGR (Resolução nº 516/2008). No PGR, a Anatel estabelece ações de curto, médio e longo prazos, definidos, respectivamente, em 2, 5 e 10 anos.

Esse processo de adequação normativa leva em consideração as análises técnicas das áreas especializadas da Anatel e as discussões oriundas de Consultas Públicas, por meio das quais as propostas de atualização da regu-

lamentação são debatidas entre a Anatel, o Poder Público e a sociedade em geral, sempre acompanhadas com bastante proximidade pela TIM.

#### 6.4.1. Espectro de Radiofrequências

A TIM é detentora de autorizações de direito de uso de radiofrequências para prestação do SMP nas faixas de frequência de 800 MHz, 900 MHz, 1,8 GHz e 1,9/2,1 GHz, o que lhe permite prestar serviços de comunicações móveis nas tecnologias 2G e 3G em todo o país.

Em outubro de 2010, a Anatel iniciou a Licitação nº 002/2010-PVCP/SPV, que leiloou a subfaixa H (faixa de 1,9/2,1 GHz – 3G) e de sobras de faixas de 1,8 GHz (2G). Por conta de impedimentos definidos pela Anatel, relacionados aos limites para a detenção de radiofrequências, as atuais prestadoras de SMP com operação na faixa de 1,9/2,1 GHz não foram habilitadas ao leilão da subfaixa H.

A impossibilidade de participação das atuais prestadoras do SMP no leilão da subfaixa H permitiu à Nextel arrematar uma cobertura nacional 3G e uma presença 2G, na Região I do PGA, somando um investimento total de R\$ 1.421,3 milhões.

Como resultado de sua participação na Licitação, a TIM, com investimento de R\$ 81,8 milhões, poderá ampliar sua cobertura 2G e intensificar sua presença na região Norte do país e nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, áreas que têm registrado forte crescimento econômico.

Em continuidade ao processo de cumprimento dos Compromissos de Abrangência decorrentes da Licitação nº 002/2007/SPV, a TIM, no ano de 2010, concluiu a implantação de telefonia em 271 municípios, finalizou o atendimento de 460 municípios com menos de 30.000 habitantes que não possuíam cobertura móvel, iniciado em 2008.

#### 6.4.2. Integração com a Intelig

A aquisição da Intelig iniciou o processo de resolução da sobreposição geográfica das outorgas de prestação do STFC, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, detidas pela TIM Celular e pela Intelig.

A regulamentação atual impede que um grupo detenha mais de uma outorga para prestação do STFC, pelo que a Anatel concedeu ao Grupo o prazo de 18 meses a partir

da data da conclusão da operação societária, ou seja, até 30 de junho de 2011, para encerrar a sobreposição de outorgas.

#### 6.4.3. VU-M e Mercado de Atacado

A interconexão entre as prestadoras de serviços de telecomunicações é obrigatória, permitindo aos usuários de diferentes serviços de telecomunicações de interesse coletivo (em especial, STFC, SMP e o Serviço Móvel Especializado – SME) a originação e a terminação de chamadas entre redes de prestadoras distintas.

No caso do SMP, a Anatel estabeleceu que, sempre que sua rede for utilizada para originar ou terminar chamadas, as prestadoras farão jus ao recebimento do Valor de Uso de Rede do SMP (VU-M), de livre pactuação entre as partes relacionadas.

No âmbito de sua participação na Licitação nº 002/2007/SPV, que lhe assegurou as autorizações de uso de radiofrequências nas subfaixas 3G, a Anatel determinou à TIM a adoção de um único VU-M por Região do Plano Geral de Autorizações do SMP – PGA, com vigência a partir de 1º de novembro de 2010, de livre pactuação entre as prestadoras (Despacho nº 8.849/2009-CD).

Em outubro de 2010, a Anatel aprovou a Consulta Pública nº 37/2010, que propõe um mecanismo de diminuição dos valores das chamadas fixo-móvel das concessionárias do STFC (VC-1), mediante a aplicação de um redutor de 10%, em 2011, e 10%, em 2012, sobre o Índice de Serviços de Telecomunicações – IST. Com efeito, este reajuste negativo das tarifas VC-1 seria acompanhado de novas negociações para pactuação do VU-M, possivelmente seguidas de processo de arbitragem na Anatel.

Em paralelo, a Anatel aprovou a Consulta Pública nº 50/2010, ao final de dezembro de 2010, propondo profundas alterações do mercado de Exploração Industrial de Linhas Dedicadas – EILD, disciplinando mecanismos para otimização da estrutura operacional de contratação de circuitos de transmissão, de forma a incrementar a transparência dos custos de contratação e permitir tratamento isonômico às prestadoras independentes de grupos de concessionárias.

A Consulta Pública nº 50/2010, que estará disponível para comentários até o dia 18 de março de 2011, inaugura as discussões sobre o aprimoramento do mercado de atacado, que deverão culminar com a edição do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC.

Atualmente em fase de análises pelo Conselho Diretor da Anatel, o PGMC deverá reunir normas de assimetria regulatória, em especial no mercado de EILD (infraestrutura de transmissão), de forma a proporcionar maior competição nos mercados de varejo e isonomia no mercado de atacado fixo, aperfeiçoando o modelo de regulação amparada pela definição de Poder de Mercado Significativo – PMS nos mercados relevantes considerados.

#### 6.4.4. Modelo de Custos

A implementação de um modelo de custos pela Anatel vem sendo desenvolvida desde março de 2005, com a publicação da Resolução nº 396/2005, que aprovou o Documento de Separação e Alocação de Contas – DSAC, com vista à precificação de interconexão do STFC e SMP, bem como insumos do mercado de atacado, especialmente linhas dedicadas (EILD) e *unbundling*.

Em continuidade ao processo para sua efetiva implementação pela Anatel, em 17 de setembro de 2010, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) iniciou o processo licitatório internacional de consultoria que será responsável pela formatação da modelagem de custos, o qual deverá ser concluído ainda no primeiro semestre de 2011, segundo estimativas divulgadas pela Anatel.

A implementação otimizada do modelo de custos era uma das metas de curto prazo previstas no PGR, com expectativa de conclusão para outubro de 2010, porém sua complexidade técnica indica que somente será efetivamente empregada pela Anatel para fixação de tarifas e preços em 2012.

#### 6.4.5. MVNO (*Mobile Virtual Network Operator*)

Em novembro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 550/2010, que disciplinou a atividade de exploração de SMP por meio de rede virtual (MVNO, do inglês *Mobile Virtual Network Operator*). A prestação do SMP por meio de rede virtual estará condicionada a acordos comerciais prévios entre as prestadoras do SMP em operação e as novas entidades interessadas no MVNO, que pode se dar por meio das figuras de Credenciado e de Autorizado de Rede Virtual.

O Credenciado de Rede Virtual funcionará como parceiro da Prestadora de SMP, mediante Contrato para Representação entre o Credenciado e a Prestadora, sendo vedada a formalização de Contrato para Representação com mais de uma Prestadora Origem em determinada Área de RegistrJá o Autorizado de Rede Virtual funcionará como novo prestador de SMP, competidor direto deste, em modelo de negócio que demanda um acordo prévio de compartilhamento de rede com uma Prestadora do SMP, sendo viável o compartilhamento de rede com mais de uma Prestadora de SMP em determinada Área de Registro.

Com a regulamentação do MVNO, a aplicação concreta das normas revela uma oportunidade de ingresso no mercado de novas prestadoras que não possuam autorizações de direito de uso de radiofrequências em determinadas regiões, expandindo sua área de atuação, bem como a entrada de novos competidores, propiciando um incremento no nível de competição.



## 7. Estratégia da TIM

### Mais pessoas, falando mais, conectadas.



©iStockphoto.com/poba

A TIM possui uma estratégia única e inovadora no cenário nacional de telecomunicações, e é pensando dessa forma que nos preparamos para competir num mercado tão importante para a sociedade e a economia brasileira.

Somente no ano de 2010 foram investidos mais de R\$ 2,8 bilhões, sobretudo com o objetivo de ampliar nossa capacidade de rede, garantindo assim uma melhor qualidade de nossos serviços e maior satisfação de nossos clientes.

O ano de 2010 foi fundamental também para a conclusão de um importante movimento iniciado no final de 2009, a integração da Intelig. Foi a partir dessa integração que a TIM pode oferecer aos seus clientes uma proposta de serviços com um conceito ainda não explorado: “Um país, Uma tarifa”. Também foi a infraestrutura de rede de transporte da Intelig que permitiu à empresa avançar no mercado de dados e criar mais uma vez ofertas inovadoras, como o Infinity Web.

#### Mais pessoas

Pensando em propiciar um ambiente competitivo, no qual todos pudessem ter acesso à telefonia móvel, a Companhia estimulou a venda de aparelhos desbloqueados e ofereceu serviços que geram valor para o usuário. Dessa forma, a TIM foi a operadora que mais cresceu em 2010, adicionando 10 milhões de novos clientes à comunidade TIM, a maior do Brasil, e atingindo uma base de 51 milhões de clientes. Assim a Companhia contribuiu fortemente para que mais e mais pessoas pudessem ter acesso à telefonia móvel de qualidade em qualquer lugar do país.

#### Falando mais

A TIM, com sua maneira inovadora de pensar e de agir, lançou no final de 2009 os planos Infinity e Liberty, dois planos que foram idealizados a partir de um conceito único no mercado: a tarifação por chamada e não mais por minuto. Também estabeleceu um preço fixo para as chamadas de TIM para TIM e derrubou as barreiras da interconexão. Com o conceito “Um país, Uma tarifa”, a empresa dobrou o total de tráfego sainte em relação a 2009 e em junho de 2010 passou a ser líder isolada em tráfego de LD nacional. Hoje, com a média de minutos por

usuário acima de qualquer outro competidor, a TIM é a única operadora a atingir o nível máximo nos indicadores de qualidade de rede da Anatel por 10 meses consecutivos, o que representa maior qualidade para o cliente ao realizar e receber chamadas.

### **Conectadas**

Para atender à crescente demanda por acesso à internet, a TIM se preparou por quase dois anos e, em meados de agosto de 2010, deu início ao que seria um dos maiores sucessos de vendas e aceitação de público, lançou o plano pré-pago de acesso à internet pelo celular por apenas R\$ 0,50 por dia. Em apenas quatro meses, o Infinity Web já tinha atingido a marca de 1 milhão de usuário/dia (valor 4 vezes mais alto que antes do lançamento da oferta).

Com base na qualidade, na inovação e na conveniência, que foram os atributos centrais presentes na estratégia da TIM, a Empresa atingiu seus objetivos para 2010, criando valor para acionistas, clientes e todos os *stakeholders*. Para 2011 a Companhia espera desafios ainda maiores, que serão certamente superados com a energia realizadora de seus funcionários e a força de marca TIM.

## 8. Investimentos e Perspectivas

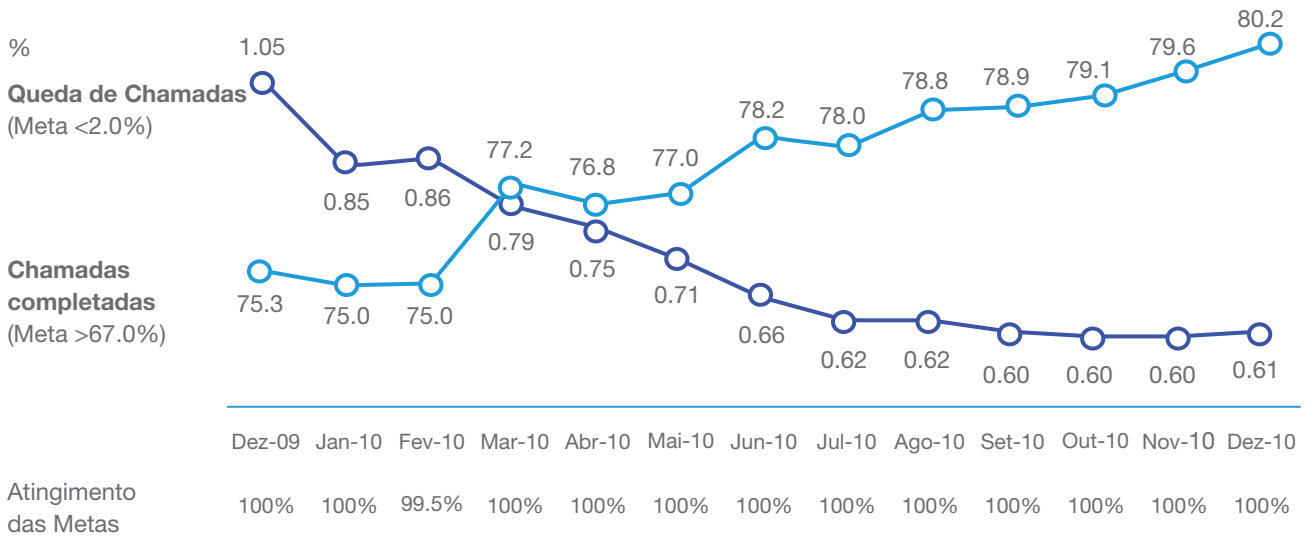
Investindo continuamente para melhorar a qualidade e a satisfação dos clientes.



istockphoto.com/fotoVoyager

Durante o ano de 2010 a TIM investiu de maneira significativa em diversas frentes para melhorar a qualidade dos serviços e do atendimento prestados aos seus clientes e dar suporte a sua estratégia mercadológica fortemente baseada no incentivo ao uso dos serviços de voz (local e longa distância) e de dados.

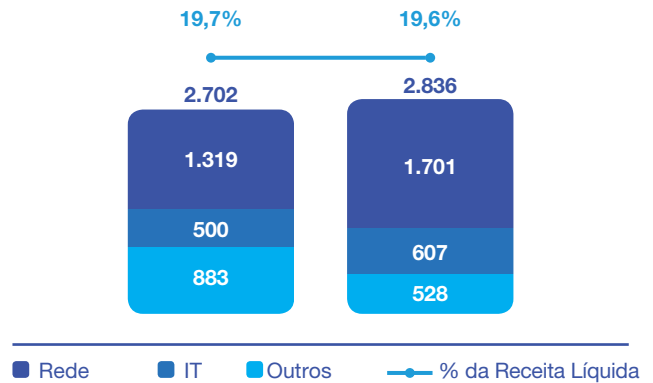
Os resultados obtidos com esses investimentos ficam evidentes com o atingimento de 100% das metas de qualidade de rede estabelecidas pela Anatel durante 11 dos 12 meses do ano (em fevereiro o indicador foi 99,5%). Com isso foi assumida a liderança de qualidade de rede superando os demais concorrentes. Além disso, atingiram-se os menores níveis no indicador de queda de chamada com uma média de 0,6% no último trimestre do ano e os melhores níveis no índice de chamadas completadas (vide gráfico abaixo).

**QUALIDADE DE REDE (ANATEL)**


O desempenho evidencia o comprometimento da TIM em prover um serviço de excelente qualidade mesmo com forte crescimento do tráfego de voz e dados no período, em função do sucesso do novo portfólio de ofertas.

Os investimentos, em 2010, totalizaram R\$ 2.836 milhões, o que representou o mesmo nível de 2009 em percentuais de receita líquida (19,6% vs. 19,7%), porém em valores absolutos houve um pequeno incremento. Considerando apenas a rede, os investimentos aumentaram 28,9% A/A, principalmente na capacidade/expansão do 2G e no desdobramento do 3G. O investimento em infraestrutura tecnológica (rede + TI) somou 81% do total, conforme gráfico ao lado.

Olhando para o futuro a empresa enxerga a necessidade de manter o nível de investimentos de forma que sejam assegurados aos seus clientes altos níveis de qualidade para buscar a melhoria contínua da satisfação deles. É com esse foco que a TIM se propôs a investir aproximadamente R\$ 8,5 bilhões para o triênio 2011-13.

**CAPEX (R\$ Milhões)**


## 9. Desempenho Operacional

Forte aquisição de novos clientes, para criar uma comunidade de 51 milhões de usuários.



A base total de assinantes da TIM encerrou o ano de 2010 com 51,0 milhões de clientes, um crescimento da base de 24,1% se comparado com 2009, com participação de mercado de 25,1%.

A TIM adicionou 9,9 milhões de novos clientes à sua base em 2010, sendo 4,1 milhões de linhas somente no quarto trimestre, quase triplicando o 1,5 milhão do quarto trimestre de 2009. No ano, a empresa foi responsável por 34,2% do total de adições líquidas do mercado.

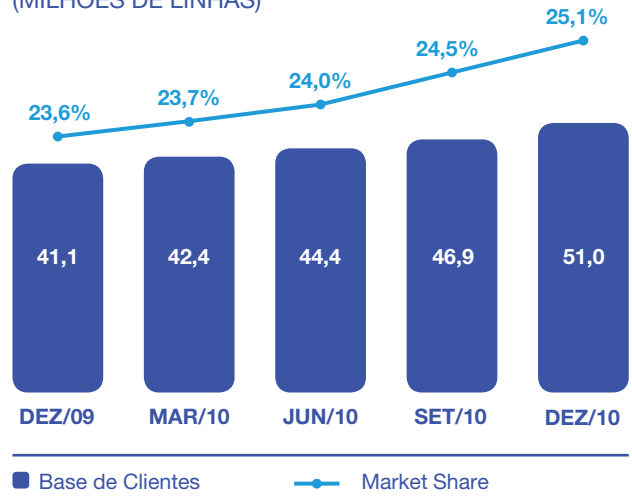
Esse desempenho é resultado do reposicionamento da Companhia e da ótima resposta aos novos planos, refletindo no maior nível já alcançado de adições brutas, sendo 28,6 milhões de linhas no ano (+38,3% A/A) e 9,3 milhões no trimestre (+53,8% A/A).

A base do segmento pré-pago alcançou 43,5 milhões de usuários (25,7% acima de 2009), enquanto a do pós-pago ficou em 7,5 milhões de usuários no trimestre (15,7% acima do registrado em 2009).

O MOU (média mensal de minutos por usuário) atingiu 116 minutos em 2010, sendo que no último trimestre alcançou 129 minutos (crescimento de 30% ano a ano), como reflexo ao forte incentivo ao uso em razão das ofertas baseadas em comunidade.

O ARPU (receita média por usuário) foi de R\$ 23,7 em 2010, uma redução de 10,8% se comparado com 2009. A queda é explicada pela redução do *mix* pós-pago no período e queda na receita de *incoming*.

**BASE DE CLIENTES E MARKET SHARE**  
(MILHÕES DE LINHAS)



# 10. Desempenho Financeiro e Mercado de Capitais

## Conciliando o crescimento da receita com aumento de rentabilidade.



©iStockphoto.com/quavondo

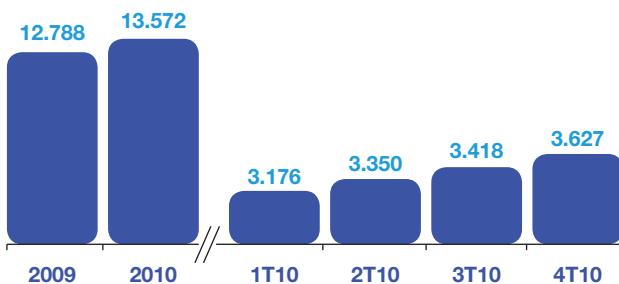
### 10.1. Desempenho Financeiro

A receita bruta de serviços ficou em R\$ 18.761 milhões em 2010, uma expansão de 8,5% quando comparada a 2009. A receita bruta de produtos totalizou R\$ 1.558 milhões, o que representa uma redução de 9,3% A/A. A receita bruta total se expandiu 6,9% chegando a R\$ 20.319 milhões.

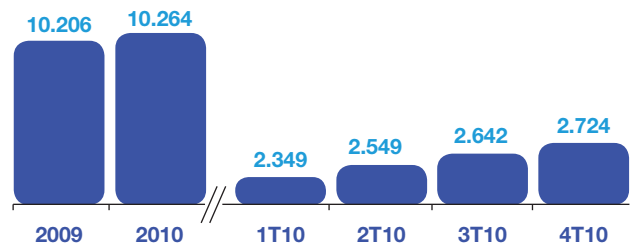
A receita líquida total foi de R\$ 14.457 milhões em 2010 (uma expansão de 5,2% A/A), enquanto a receita líquida de serviços totalizou R\$ 13.572 milhões (6,1% a mais do que em 2009), impactada principalmente pela expansão da receita de voz (local e LD). A receita líquida de produtos totalizou R\$ 886 milhões no ano, uma queda de 7,6% em relação ao ano anterior, refletindo a estratégia da TIM na venda de *chip* avulso.

Os custos e despesas operacionais de 2010 totalizaram R\$ 10.264 milhões (uma leve expansão de 0,6% A/A). Apesar da expansão das operações da empresa, que acabaram aumentando as linhas de comercialização (+3,4%) e o custo com produtos vendidos (+10,9%), o plano de eficiência reduziu os custos com pessoal (-7,5%) e as provisões para devedores duvidosos (-25,9%). A estratégia do *chip* avulso também contribuiu para a manutenção dos níveis de custo, pois reduziu a quantidade de subsídios que a empresa concedia. Os custos gerais e administrativos e com rede e interconexão ficaram praticamente estáveis em relação ao ano de 2009. Além disso, houve queda de 6,2% na linha Outras Despesas.

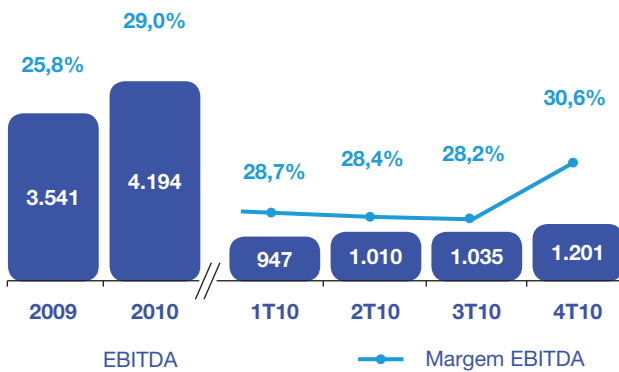
#### RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS (R\$ MILHÕES)



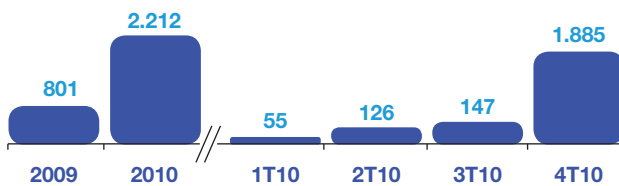
#### OPEX (R\$ MILHÕES)



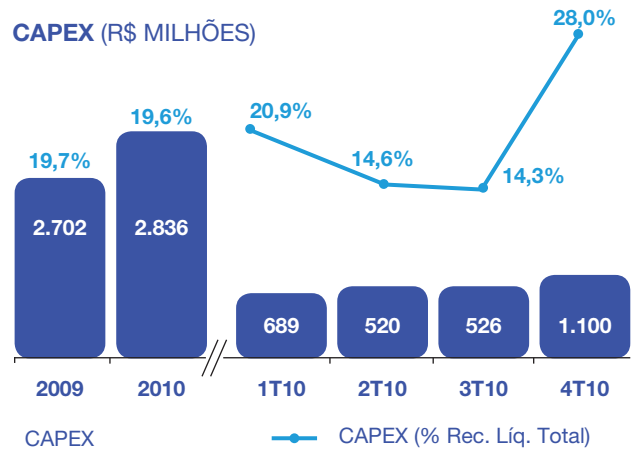
O EBITDA totalizou R\$ 4.194 milhões em 2010, um crescimento de 18,4% comparado a 2009, atingindo a margem de 29% no ano. O EBITDA acumulado de 2010 foi o maior já alcançado pela empresa, e a evolução das margens (2009 fechou com margem de 25,8%) comprova que a empresa conseguiu conciliar crescimento de receita com aumento de rentabilidade.

**EBITDA E EBITDA MARGEM (R\$ MILHÕES)**


O lucro líquido de 2010 totalizou R\$ 2.212 milhões, com crescimento de 176% em comparação aos números registrados em 2009. O salto é decorrente de um melhor resultado operacional, mas também de um impacto significativo da utilização de créditos tributários, que totalizaram aproximadamente R\$ 1,2 bilhão e impactaram positivamente no resultado.

**LUCRO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)**


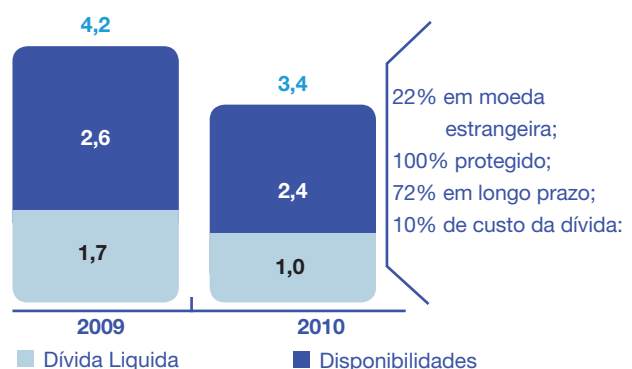
Os investimentos alcançaram o montante de R\$ 2.836 milhões, 4,9% maior do que em 2009 em termos nominais, mas na mesma proporção da receita do 4T09. Em 2010, o Capex esteve principalmente focado na cobertura de rede e na capacidade de suportar o aumento do tráfego. Com relação ao 3G, TIM manteve a estratégia em cobertura *right on spot*, focando nas áreas de maior densidade e fornecendo uma qualidade de serviços superior.

**CAPEX (R\$ MILHÕES)**


A dívida bruta acumulou o total R\$ 3.378 milhões (dos quais 72% em longo prazo) em 2010. Houve uma substancial redução na dívida se comparada à de 2009 (que era de R\$ 4.240 milhões) devido, principalmente, a financiamentos que venceram durante o ano e não foram renovados. A dívida da Companhia é composta de financiamentos de longo prazo com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e o EIB (*European Investment Bank*), assim como empréstimos de outras instituições financeiras locais e internacionais.

Aproximadamente, 22% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (dólar), sendo 100% protegida em moeda local. O custo médio da dívida ficou em 10,06% ao final de 2010, comparado ao custo de 9,67% ao final de 2009, seguindo a tendência de alta na taxa Selic no período.

As disponibilidades alcançaram R\$ 2.394 milhões, resultando em uma posição de dívida líquida (dívida bruta – disponibilidades) de R\$ 984 milhões, uma redução de mais de 40% A/A.

**DÍVIDA BRUTA (R\$ BILHÕES)**




**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO 2010 (IFRS)**  
**(EM MILHARES DE R\$)**

DESCRIÇÃO	1T10	2T10	3T10	4T10	2010
<b>Receita Bruta</b>	4.638.451	4.942.702	5.172.709	5.565.433	20.319.295
Receita Bruta de Serviços de Telecomunicações	4.352.230	4.563.196	4.748.624	5.097.335	18.761.385
Serviços de Telecomunicações Móvel	4.083.120	4.248.259	4.409.695	4.739.065	17.480.139
Assinatura e Utilização	2.038.988	2.143.273	2.250.890	2.478.825	8.911.976
VAS - Serviços adicionais	484.153	550.228	564.886	642.263	2.241.530
Longa Distância	570.508	591.451	586.281	626.101	2.374.341
Interconexão	918.789	902.224	922.687	935.665	3.679.365
Outras Receitas	70.682	61.083	84.951	56.211	272.927
Serviços de Telecomunicações Fixo	269.110	314.937	338.929	358.270	1.281.246
Receita Bruta de Venda de Mercadorias	286.221	379.506	424.085	468.098	1.557.910
Impostos e descontos sobre receita total	(1.342.412)	(1.383.721)	(1.495.928)	(1.639.784)	(5.861.845)
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(1.175.830)	(1.213.212)	(1.330.370)	(1.470.347)	(5.189.759)
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(166.582)	(170.509)	(165.558)	(169.437)	(672.086)
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>3.296.039</b>	<b>3.558.981</b>	<b>3.676.781</b>	<b>3.925.649</b>	<b>14.457.450</b>
Receita Líquida de Serviços	3.176.400	3.349.984	3.418.254	3.626.988	13.571.626
Receita Líquida de Venda de Produtos	119.639	208.997	258.527	298.661	885.824
<b>Custos da Operação</b>	<b>(2.348.956)</b>	<b>(2.548.904)</b>	<b>(2.641.686)</b>	<b>(2.724.309)</b>	<b>(10.263.855)</b>
Custo de pessoal	(153.200)	(147.520)	(139.798)	(146.204)	(586.722)
Comercialização	(790.155)	(854.498)	(935.325)	(903.187)	(3.483.165)
Rede e interconexão	(1.022.261)	(1.044.935)	(1.075.302)	(1.084.544)	(4.227.042)
Gerais e administrativas	(112.179)	(125.981)	(122.652)	(123.797)	(484.609)
Custo dos produtos vendidos	(135.645)	(231.867)	(274.594)	(383.985)	(1.026.091)
Provisão para devedores duvidosos	(92.627)	(90.458)	(69.397)	(58.016)	(310.498)
Outras receitas (despesas) operacionais	(42.889)	(53.645)	(24.618)	(24.576)	(145.728)
<b>EBITDA</b>	<b>947.083</b>	<b>1.010.077</b>	<b>1.035.095</b>	<b>1.201.340</b>	<b>4.193.595</b>
Margem EBITDA	28,7%	28,4%	28,2%	30,6%	29,0%
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(779.670)</b>	<b>(771.445)</b>	<b>(755.545)</b>	<b>(686.801)</b>	<b>(2.993.461)</b>
Depreciação	(366.623)	(370.010)	(367.651)	(344.370)	(1.448.654)
Amortização	(413.047)	(401.435)	(387.894)	(342.431)	(1.544.807)
<b>EBIT</b>	<b>167.413</b>	<b>238.632</b>	<b>279.550</b>	<b>514.539</b>	<b>1.200.134</b>
Margem EBIT	5,1%	6,7%	7,6%	13,1%	8,3%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(70.916)</b>	<b>(58.911)</b>	<b>(58.839)</b>	<b>(56.791)</b>	<b>(245.457)</b>
Despesas financeiras	(98.957)	(98.828)	(86.579)	(96.137)	(380.501)
Receitas financeiras	55.944	53.600	52.656	69.471	231.671
Variações cambiais, líquidas	(27.903)	(13.683)	(24.916)	(30.125)	(96.627)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>96.497</b>	<b>179.721</b>	<b>220.711</b>	<b>457.748</b>	<b>954.677</b>
Imposto de renda e contribuição social	(41.916)	(53.757)	(74.188)	1.426.899	1.257.038
<b>Lucro líquido</b>	<b>54.581</b>	<b>125.964</b>	<b>146.523</b>	<b>1.884.647</b>	<b>2.211.715</b>

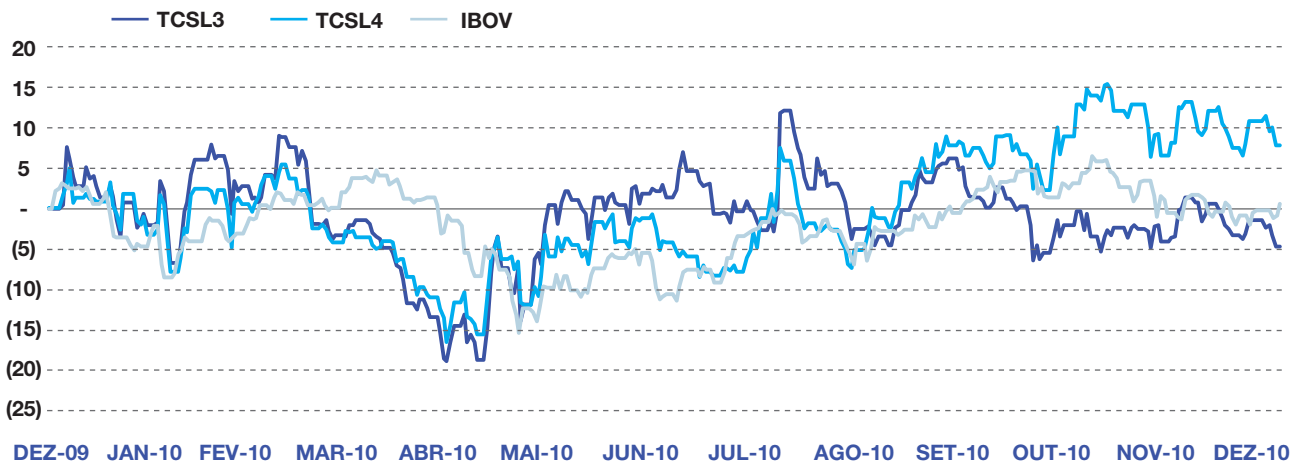
### 10.2. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM Participações S.A. são transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sob o código TCSL3, e as ações preferenciais sob o código TCSL4. A Companhia ainda possui um programa de *American Depositary Receipts* (ADRs) no mercado norte-americano, que são negociados sob o código TSU na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou o ano de 2010 cotado a 69.304,81 pontos, acumulando valorização de 1,04% quando comparado ao ano anterior. Ao longo do ano, a Bovespa apresentou um volume médio diário negociado de R\$ 4,72 bilhões, 10,6% inferior ao de 2009.

O Dow Jones Industrial Average (DJIA), principal índice da NYSE, acumulou no ano ganho de 11%, encerrando 2010 cotado a 11.577,51 pontos.

Em 2010, as ações negociadas da TIM totalizaram um volume financeiro de R\$ 6.806,2 milhões, representando uma média diária de R\$ 27,6 milhões. Na Bolsa de Nova York, as ADRs da TIM atingiram um volume total de US\$ 3.184,1 milhões no ano, uma média diária de US\$ 12,6 milhões. A Companhia encerrou o ano com suas ações ordinárias e preferenciais cotadas a R\$ 6,81 e a R\$ 5,51 na Bovespa, acumulando desvalorização de 4,76% e valorização de 7,62%, respectivamente, enquanto as ADRs atingiram na NYSE a cotação de US\$ 34,14, uma valorização de 14,9% no acumulado do ano.



# 11. Serviços, Produtos e Atendimento

## Encontrando maneiras inovadoras para criar valor para seus clientes.



©iStockphoto.com/UltraONES

A estratégia da TIM é fortemente calcada no entendimento e segmentação de sua base de clientes. A segmentação permite a prestação de atendimento e oferta de produtos e serviços, atendendo assim aos diferentes perfis de nossos clientes *consumer* e *business*.

### 11.1. Soluções Consumer

2010 foi um ano de consolidação e evolução do portfólio de ofertas da TIM, que havia sido completamente renovado em 2009. Dessa forma, a companhia permaneceu com o posicionamento de operadora que faz “Planos e Promoções que Revolucionam”. O portfólio é baseado em um conceito e uma mecânica inovadores no mercado brasileiro, como a tarifação por chamada, a quebra da barreira da longa distância e o uso ilimitado, sempre explorando o conceito de comunidade TIM, que conta com mais de 51 milhões de linhas em todo o país. Os lançamentos ao longo de 2010 procuraram explorar e aprofundar ainda mais esses benefícios.

#### Principais planos comercializados

> Plano Infinity (pré ou pós) – o cliente é tarifado apenas pelo 1º minuto de cada ligação para qualquer número TIM e fala o quanto quiser, ou seja, o pagamento passa a ser não mais por minuto, mas por chamada;

> Plano TIM Liberty – por uma mensalidade fixa, os clientes podem falar ilimitadamente com qualquer número TIM, sem restrição de ligações e duração das chamadas;

> Plano Da Vinci – é uma oferta única, em que o uso é ilimitado em voz e também em dados pelo celular, além de contar com um exclusivo atendimento e portfólio de aparelhos.

No segmento pré-pago, a TIM iniciou o ano incentivando o plano Infinity Pré através da promoção de 25 centavos (local e longa distância usando o CSP 41), o que impulsionou o uso e o crescimento da base de clientes.

Com o foco no Dia das Mães (uma data importante para o setor) e aproveitando o período de Copa do Mundo, a Companhia lançou uma oferta que associava o tema Seleção Brasileira com uma condição comercial agressiva. Ainda no segundo trimestre a TIM lançou o TIM Turbo, um conjunto de ofertas que funcionava tanto para o segmento pré quanto pós. Esse conjunto de pacotes visa turbinar

os planos com benefícios ainda mais interessantes em três frentes: internet, mensagem e voz. No caso da voz pré, são oferecidos dois pacotes de ligações ilimitadas para números “prediletos” por um tempo determinado, mediante o pagamento de uma taxa de adesão.

Em mais uma data comemorativa, o Dia dos Pais, a TIM manteve suas ofertas até então lançadas e reforçou sua comunicação para promover a oferta Infinity Pré 25 centavos para local e LD.

Para o quarto trimestre, foi lançada no segmento pré a oferta Infinity Mais, que ampliou o benefício de tarifação por chamada para ligações com terminação em linhas fixas, cobrando 50 centavos por chamada. Essa oferta e o Infinity Web foram os grandes chamarizes para a campanha de Natal, tornando possível um expressivo resultado de adições líquidas no quarto trimestre.

A promoção Infinity Web consiste em um mês de gratuidade de utilização de internet no plano Infinity Pré e, após esse período, cobram-se 50 centavos ao dia para um uso ilimitado de acesso à internet pelo aparelho celular. Esta oferta, que será detalhada mais à frente, serviu como catalisador para que o plano Infinity Pré ganhasse ainda mais diferenciação ante os concorrentes.

Para o segmento pós-pago, 2010 começou com o lançamento da oferta Infinity Zero, um plano inovador sem assinatura mensal – o cliente só paga pela utilização mensal e ainda pode contar com os benefícios do plano Infinity (cobrança por chamada para chamadas locais e LD usando o código CSP 41). Ainda no segmento, a TIM também lançou no primeiro trimestre o plano Liberty+100, com um valor de assinatura muito competitivo na oferta de *chip* avulso (sem subsídio de aparelhos). Esse plano inclui os mesmos benefícios do plano Liberty, adicionados de 100 minutos para chamadas fora da rede TIM e chamadas ilimitadas para usuários de rádio.

No segundo trimestre, o TIM Turbo também foi lançado para os planos pós, e os pacotes disponíveis para voz pós eram Predileto Local e Predileto DDD, ambos com chamadas ilimitadas para números TIM móveis ou fixo mediante uma assinatura mensal. Além disso, foram lançadas outras opções de pacotes para ligações fora da rede TIM para o plano Liberty.

Para o terceiro trimestre, a TIM manteve as ofertas pós-pagas lançadas no início do ano e criou novos serviços, como o Infinity Família, que oferece ligações grátis e ilimitadas entre os números TIM da família, inclusive ligações para o TIM Fixo. Dessa forma, é possível aproveitar todos os benefícios dos planos Infinity (cada membro da família escolhe o seu) e ainda falar gratuitamente entre si. Ainda no pós, o TIM Turbo foi incrementado com novos pacotes para os clientes Liberty, pacotes estes focados na ampliação da comunidade com quem se pode falar de forma ilimitada. Portanto, mediante o pagamento de uma mensalidade reduzida, o usuário Liberty poderia falar ilimitadamente com rádios.

Fechando o ano, no pós-pago, foi lançada também a promoção Infinity Mais, que oferece ligações para telefones fixos pelo valor de 50 centavos por chamada. Mais uma vez foi reforçada a estratégia de uso intensivo, oferecendo benefícios diferenciados aos clientes TIM. Outra oferta que impulsionou as vendas no pós foram os Combos Liberty, que traziam os benefícios do plano Liberty em conjunto com a promoção Liberty Web, que dava 6 meses de gratuidade de acesso ilimitado à internet quando o cliente comprava um aparelho novo (sem subsídio).

Durante 2010, a TIM manteve a estratégia de TIM Chip Avulso, em que os clientes podem optar por descontos no serviço em vez do subsídio no aparelho. Dessa maneira, foi possível reduzir ainda mais a dependência desse modelo de oferta e sinalizar fortemente ao mercado que é possível oferecer serviços diferenciados a preços competitivos e disponibilizar aparelhos sem necessariamente dá-los aos clientes.

A consolidação e a evolução das ofertas permitiram que a TIM apresentasse uma melhoria nos indicadores operacionais. Suas vendas atingiram um patamar recorde de 28,6 milhões de linhas em 2010, as novas ofertas tiveram grande aceitação no mercado e foi possível continuar acelerando a substituição fixo-móvel, aumentando sensivelmente a utilização (o MOU – *Minutes Of Use* – fechou o ano em 129 minutos). Seguiremos em 2011 no mesmo caminho, através de lançamentos inovadores e que estimulem a utilização dos clientes, sempre mantendo a qualidade do serviço.

### 11.2. Soluções Business

Em 2010, a TIM manteve a estratégia de diferenciação e inovação no segmento *business*. O foco foi oferecer soluções funcionais para todos os perfis de uso, com simplicidade, economia e comodidade. Esses atributos constituem a estratégia da TIM para o segmento corporativo. A TIM lançou em 2010 planos e serviços inovadores para atender desde os microempreendedores individuais até as grandes corporações.

Nesse sentido, lançou duas novas famílias de planos de voz, TIM Liberty Empresa e TIM Empresa Mundi, focados nas principais necessidades de comunicação dos usuários do mercado corporativo.

Os planos TIM Liberty Empresa seguem o conceito de comunidade, e o cliente pode falar com mais de 51 milhões de pessoas em todo o Brasil sem custo adicional. Todas as ligações para qualquer celular TIM são gratuitas e ilimitadas, sejam elas para números pré-pago ou pós-pago TIM. Nesse plano, o cliente também pode escolher entre 5 opções de pacotes de minutos para falar com clientes de outras operadoras. A oferta Liberty no segmento corporativo permitiu que empresas tivessem economia imediata na comunicação entre seus funcionários, clientes e fornecedores, através de comunicação gratuita e ilimitada em todo o seu ecossistema.

A família de planos TIM Empresa Mundi é uma alternativa econômica, diferenciada e inovadora, que permite a utilização do pacote de minutos em ligações para qualquer direção. O TIM Empresa Mundi é o único do mercado com essas características. Nesse plano, há quatro opções de pacotes de minutos individuais para fazer ligações locais e de longa distância nacional e internacional para mais de 20 países com o código 41, sem a cobrança do deslocamento nacional, e as tarifas custam a partir de R\$ 0,25 o minuto. Através desse plano, a TIM atendeu de forma diferenciada e inovadora empresas que tinham necessidade de ligações internacionais, como consultorias, importadoras/exportadoras e multinacionais. Além disso, permitiu que as contas de telefonia das empresas não fossem mais uma surpresa no final do mês, garantindo controle e redução de custo.

Ainda em 2010, a TIM lançou a oferta Liberty Web Empresa, que oferece 6 meses grátis de acesso à internet pelo celular. Isso permitiu que empresas adquirissem soluções completas de voz e dados através de *smartphones*. Atualmente uma parcela importante das vendas para o segmento corporativo sai com um serviço de internet ativo no *smartphone*. Todos os clientes que adquirem essa solução recebem gratuitamente o Mentor TIM, um treina-

### USUÁRIOS INFINITY WEB

# 4x

O número de usuários únicos cresceu 4 vezes, atingindo, em dezembro, mais de 1 milhão por dia.

mento *one-to-one* presencial ou por telefone que orienta o cliente a utilizar todos os recursos do seu novo *smartphone* e soluções de dados. No final de 2010, o Mentor TIM completou mais de 100 mil usuários TIM treinados.

Reforçando a estratégia TIM Empresa Simples, lançada em 2009, e que oferece uma solução simples e completa de telefonia fixa, telefonia móvel e internet, a TIM lançou em 2010 novos *combos*, incluindo aparelhos fixos e *modems* sem custo para os seus clientes.

No ano passado a TIM também lançou ofertas diferenciadas para diferentes tamanhos de empresas, sendo uma oferta simples e compacta para microempreendedores individuais, por exemplo, e uma oferta mais atrativa para o segmento de médias empresas, que necessita maior volume de celulares e *smartphones*.

### 11.3. Serviços de Valor Agregado (VAS)

No ano de 2010, as receitas provenientes dos serviços de VAS representaram 12,8% da receita bruta de serviços, com um crescimento de aproximadamente 20% no ano. Os serviços de valor agregado tiveram presença constante na agenda de lançamentos da TIM para o mercado, atingindo seu ápice no terceiro trimestre, quando foram lançados os grandes conceitos para dados em 2010: o Infinity Web e o Liberty Web.

Esses conceitos focam no uso de internet no aparelho celular (*webphone* ou *smartphone*), que se delineou como a estratégia principal da TIM nos serviços de dados desde o início de 2010, ainda com as primeiras ofertas que buscavam incentivar a utilização de *micro-browsing* e redes sociais. As ofertas Infinity/Liberty Web trazem a mesma possibilidade de uso ilimitado que os planos de voz de

mesmo nome. O Infinity Web é direcionado ao público pré-pago e o Liberty Web direcionado aos clientes pós-pago:

> Liberty Web, plano de dados pós-pago lançado no Dia dos Pais, que consiste em oferecer *smartphones* desbloqueados de primeira linha para usuários novos ou não. Para este *combo* promocional, os clientes têm seis meses de acesso livre e ilimitado à internet. Os aparelhos *smartphones* podem ser pagos em 12 parcelas com cartão de crédito. Uma versão para os clientes corporativos também foi lançada – Liberty Web Empresa.

> Infinity Web é um acesso diário e ilimitado à internet por uma taxa fixa (R\$ 0,50 por dia). A TIM incentiva a migração de usuários de *lan houses* para a internet móvel, com conceito “a qualquer hora e local” por uma tarifa mais competitiva. Vale dizer que os aparelhos neste plano estão a um preço bem competitivo, e que a opção de compra via cartão de crédito torna mais fácil para o público-alvo (classe de renda mais baixa) encaixá-los em seu orçamento. O Infinity Web oferece uma degustação do serviço de forma gratuita durante um mês.

Desde o lançamento do Infinity Web até o fim de 2010, observou-se um crescimento da ordem de 4 vezes o número de usuário únicos (clientes que realizaram pelo menos uma conexão no dia), atingindo em dezembro 1 milhão de usuários por dia.

A TIM ainda criou novas promoções para incentivar o uso de SMS e internet móvel. No TIM Turbo, os clientes pagam para utilizar serviços de dados e SMS ilimitados durante um tempo, de acordo com o plano escolhido. Além disso, em parceria com as outras três principais operadoras de telefonia móvel, a TIM lançou a promoção “Torpedão Campeão”, que busca alavancar o uso de SMS no Brasil.

Houve também investimentos para ampliar o uso das redes sociais através de parcerias com Facebook, Twitter e Orkut. Foram lançados em 2010 os serviços Twitter SMS, Facebook SMS, O.FACEBOOK.COM, Orkut SMS, entre outros. A busca por tornar mais simples e direto o acesso a redes sociais se mostrou um arma de sucesso para a conquista de clientes.

No mercado corporativo, a TIM, lançou a solução BES Express, que possibilita aos clientes corporativos sincronizarem, através do Microsoft Exchange, seus *e-mails*, calendário, contatos e *e-mails* pessoais, além de acessar a internet, visualizar e editar documentos. Essa solução gratuita simplifica a vida e reduz os custos de empresas de pequeno e médio portes, pois não demanda a compra de um servidor BES para oferecer os benefícios de uma solução de *pushmail* completa.

Complementando a oferta de serviços BlackBerry para clientes corporativos, foram lançados os *combos* BlackBerry Liberty, nos quais o cliente usufrui de todos os benefícios do plano Liberty Empresa, do serviço Blackberry BIS Ilimitado, BlackBerry Internacional e SMS ilimitado. Essa oferta proporciona uso ilimitado de voz e dados no Brasil e no exterior por um preço bastante agressivo.

#### 11.4. Aparelhos e Aplicativos

Em relação a aparelhos, a TIM continuou a vender aparelhos seguindo a estratégia do Chip Avulso, iniciada em 2009. Os clientes podem adquirir aparelhos desbloqueados, em 12 prestações sem juros, do nosso completo e inovador portfólio. Durante o primeiro trimestre, a Companhia lançou o novo Motorola Quench, com tecnologias Android e Motoblur, e o Samsung Blue Earth, um aparelho *eco-friendly*.

A TIM manteve a estratégia de cortar subsídios, focando suas ações na prestação de serviços em vez de subsidiar a compra dos celulares. Portanto, com o surgimento das primeiras ofertas de dados com foco em *micro-browsing* e redes sociais para o público pré-pago, introduziu-se o conceito dos *webphones* – aparelhos com teclado QWERTY, ou tela sensível ao toque, com bom suporte à internet, porém sem todas as funcionalidades de um *smartphone* – a preços bem competitivos não subsidiados. Ao longo do ano, os *webphones* foram ganhando espaço no portfólio e nas vendas de aparelhos.

No segundo trimestre de 2010, aproveitando a onda da Copa do Mundo, foi lançado o aparelho Samsung Live Star, que já vem com TV digital, de forma que as pessoas podiam assistir sem custo aos jogos da Copa em seu celular. Além desse lançamento, a TIM apresentou a ponta móvel da sua loja virtual de aplicativos, a TIM AppShop. Essa loja passou a ficar acessível através de um ambiente WAP tornando a compra pelo usuário muito mais simples e rápida. Dentro da TIM AppShop, o cliente tem acesso a um catálogo de aplicativos para comprar ou assinar e baixar direto para seu celular, cujo intuito é aumentar as funcionalidades do aparelho e facilitar e divertir o dia a dia dos clientes.

No terceiro trimestre, todas as atenções estavam voltadas para o lançamento do iPhone 4 e a TIM, mais uma vez, saiu na frente dos concorrentes inovando nos eventos de lançamento. As lojas TIM de grandes shoppings pelo Brasil abriram à zero hora e um minuto do dia do lançamento oficial pela Apple para realizar as vendas do aparelho. Em todas as lojas se formaram filas para a compra do novo *gadget*, e os eventos chamaram a atenção de toda a mídia.

O quarto trimestre foi de grande movimentação, pois além de continuar com a atualização do seu portfólio através do lançamento de *smartphones* como Motorola Milestone 2 e Nokia N8, a TIM lançou o *tablet* Samsung Galaxy Tab.

A TIM ainda lançou um serviço de garantia estendida, que possibilita ao cliente aumentar em 12 meses a garantia do fabricante. Este seguro protege o produto contra defeitos funcionais, reparando ou trocando o aparelho por um igual ou similar.

#### 11.5. Oferta de Dados

No terceiro trimestre foi feito o relançamento da oferta de banda larga móvel da TIM, o Novo TIM Web. Introduziu-se assim um conceito inovador no mercado brasileiro, pois se deixava de cobrar o acesso à internet por *megabytes* para se basear no tempo de conexão. O objetivo dessa quebra de paradigma era encontrar uma forma mais transparente para que os clientes pudessem monitorar mais facilmente sua conta e uso. Como oferta de lançamento, o acesso à internet é gratuito das 0h às 8h.

Ainda no terceiro trimestre, a TIM lançou o TIM Communicator, um discador que, além de fazer a conexão de dados através do *minimodem*, pode realizar recarga de pré-pagos, contratação de Pacotes WI-FI e acessar os serviços TIM WI-FI, TIM Music Store, TIM Games, TIM Café, Facebook, Twitter, Orkut e MSN, além de enviar e receber SMS.

#### 11.6. Oferta de Longa Distância

Na longa distância, a TIM manteve sua estratégia de aumentar o *market share* do CSP 41 na sua base de clientes e promover a migração de tráfego de longa distância feito através de acessos fixos de outras operadoras para a TIM, mantendo ações de fidelização e retenção de seus clientes de alto valor. Para isso, a TIM manteve a longa distância incorporada à suas principais ofertas em 2010.

Com o foco nas ofertas como Infinity e Liberty, a TIM estimulou o tráfego LD entre seus 51 milhões de assinantes, beneficiando-se do diferencial de sua rede de voz presente em todos os estados do Brasil. Ambos os planos permitem que o usuário fale de forma ilimitada para qualquer

#### MARKET SHARE DE LONGA DISTÂNCIA

# Nº 1

TIM reafirma o primeiro lugar em participação de tráfego de longa distância.

número TIM do país através do código 41. No plano Infinity paga-se apenas o primeiro minuto de cada ligação, e no plano Liberty é cobrada uma assinatura que permite quantidade ilimitada de ligações.

Além disso, foram conduzidas diversas ações de marketing direto, promoções para novos clientes e iniciativas de comunicação segmentada, como veiculação de vinhetas nos aeroportos e renovação do material em pontos de venda para estimular o uso do CSP 41.

#### 11.7. Oferta de Roaming Internacional

No âmbito de oferta de *roaming* internacional, em 2010, foram lançados os pacotes compartilhados de *roaming* para o público *corporate* de 250, 500 e 1.000 minutos, e para o público *consumer* o pacote de 100 minutos especial para os Estados Unidos (pacote mais barato válido para uso somente nesse país).

Além desses, em outubro, ocorreu o lançamento do serviço aéreo a bordo de aeronaves nacionais em parceria com a operadora On air. Esta última fechou contrato com a TAM, e agora os clientes TIM têm o serviço de voz e dados a bordo das aeronaves que possuem o sistema instalado.

A TIM ainda manteve seus serviços diferenciados de pacotes de voz e dados para uso no exterior. Para clientes pessoa física foi mantido o conceito First Call Free, que disponibiliza três minutos na primeira chamada recebida ou originada em viagens internacionais, e para clientes pré-pago houve uma oferta agressiva em preço para fomentar a utilização. No caso dos clientes corporativos, o serviço Blackberry Ilimitado no exterior continuou com grande apelo, pois a TIM disponibiliza um pacote mensal

de dados específico para este serviço, possibilitando conexão ilimitada GPRS/EDGE/3G em todos os países onde a TIM possui cobertura.

#### 11.8. Telefonia Fixa

A aquisição da Intelig contribuiu para fortalecer a oferta fixa da TIM, ampliando ainda mais a diferenciação e o foco das empresas. Isso se traduziu em lançamentos importantes em 2010.

A companhia lançou o Tim Fixo Pré, um serviço de voz fixo destinado aos usuários pré-pago (sem taxa mensal ou exigência mínima de recarga). Para promover sua nova oferta, a TIM preparou a promoção Recarga Bonificada, na qual o cliente recebia 10 vezes o montante da recarga para utilizar em chamadas locais ou intrarrede (fixo e móvel). Este novo produto reforça o portfólio de produtos convergentes da TIM, adicionando uma atrativa e simples solução para telefonia fixa residencial.

No terceiro trimestre de 2010, a companhia expandiu seu portfólio TIM Fixo com um novo plano, chamado TIM Fixo Mais, que consiste em uma taxa mensal de R\$ 39,90 (R\$ 20 para clientes portados) por 1.000 minutos para qualquer ligação de fixo para fixo. Além disso, a TIM adicionou promocionalmente para todos os seus clientes pós-pago fixo (novos e atuais) tarifas grátis para três números móveis da TIM até o fim do ano.

#### 11.9. Operações Comerciais

A TIM possui um amplo canal de distribuição de vendas de *chips* e recargas em todos os estados do Brasil, consolidando sua presença nacional desde 2002. A Companhia conta com mais de 9 mil pontos de vendas, entre lojas *premium* e revendedores (exclusivos ou multimarca), além de contar com a capilaridade das grandes redes de varejo. Nossos clientes do serviço pré-pago contam, além dos pontos de vendas tradicionais, com canais alternativos para recarga, como supermercados e bancas de jornais, totalizando cerca de 398 mil pontos espalhados por todo o Brasil.

O ano de 2010 foi de consolidação para a área Comercial. As mudanças realizadas em 2009 sofreram alguns ajustes e o modelo de *go-to-market*, que resultou em volumes crescentes de vendas ao longo do ano anterior, foi aprofundado, culminando em um novo recorde de vendas em 2010. Os canais alternativos para venda de *chips* pré-pago tiveram uma importância fundamental na construção desse resultado.

#### RECORDE DE VENDAS

# 28,6 milhões de linhas

TIM atingiu o maior nível adições brutas, em 2010.

A TIM, em 2010, atingiu a marca de 28,6 milhões de adições brutas, sendo 25,2 milhões de acessos pré-pago e 3,4 milhões pós-pago. Esses números representam um crescimento de 38,3% em relação a 2009 (41,2% no pré e 20,6% no pós).

No pré-pago, o principal motor de crescimento continuou sendo o plano Infinity Pré, lançado em 2009, e que teve sua proposta de valor incrementada pelo lançamento de ofertas inovadoras, como Infinity Mais (voz) e Infinity Web (dados). O crescimento das adições brutas foi feito, em grande parte, através de canais alternativos, mais econômicos, o que permitiu conciliar maior volume de vendas com maior eficiência de custos. O faturamento de recarga cresceu 18% no ano, sendo que mais de 94% das recargas já são feitas via canal eletrônico. Esse ótimo desempenho do canal eletrônico é resultado do Projeto TIM PDV, que vem sendo implementado pela TIM desde 2007 e que viabiliza a ampliação da venda de recargas eletrônicas.

Já no pós-pago *consumer*, foi mantido o portfólio diferenciado de planos (Infinity, Liberty e Da Vinci) com o lançamento de novas ofertas inovadoras de voz (Infinity Mais) e dados (Liberty Web), tornando os benefícios para os clientes ainda mais atrativos. A TIM manteve também a modalidade de comercialização de Chip Avulso, sem fidelização, oferecendo descontos no valor das franquias e aparelhos parcelados em 12 vezes. Essa combinação proporcionou um desempenho 33% maior nas adições brutas desse segmento em relação a 2009.



No segmento *business* (PME), o portfólio de planos continuou sendo modificado, focando na segmentação das necessidades dos usuários para melhor atender aos clientes corporativos. O lançamento dos planos TIM Liberty Empresa e TIM Empresa Mundi, aliado à manutenção de uma rede altamente capilar, com mais de 4.000 vendedores, viabilizou um desempenho mais constante no volume de vendas ao longo do ano, tendo batido recordes de vendas por vários meses e fechando o ano com o maior volume de vendas da história do canal (+23% em relação a 2009).

Essa abordagem comercial, em conjunto com as inovações de oferta, permitiu à TIM ter um forte crescimento de vendas em 2010 sem aumentar os custos de aquisição; pelo contrário, o SAC (Subscriber Acquisition Cost) unitário caiu 36,4% em comparação ao ano de 2009.

Para 2011, a perspectiva é de crescimento em todos os segmentos, focando em desenvolver regiões com menor desempenho e melhorando a eficiência e a qualidade de cada canal.

#### 11.10. Atendimento ao cliente

A qualidade no atendimento ao cliente é uma das prioridades da nova gestão da TIM. Em 2010, continuaram os investimentos na melhoria da satisfação do cliente e na qualidade da prestação do serviço.

A equipe de Satisfação do Cliente acompanha as observações dos usuários por meio de pesquisas qualitativas e de trabalhos de monitoria, medidas de forma independente e objetiva, com o propósito de aprimorar a qualidade e atuar na correção dos processos. Para isso, foram contratadas pesquisas a fim de obter diagnósticos precisos de diferentes situações.

Também em 2010, a TIM permaneceu com iniciativas que visam o diálogo com os seus clientes por meio de associações de defesa do consumidor, públicas e privadas, firmando um relacionamento de transparência e de credibilidade.

O resultado dessas ações pode ser verificado na redução de 12% no volume total de reclamações recebidas pelos diversos canais da TIM e nos últimos números divulgados pela Pesquisa de Satisfação, que apresentou resultados muito positivos, como a satisfação do serviço de internet móvel, seja através do aparelho celular ou de *modems*, além de um maior porcentual de problemas solucionados para clientes pós-pago de alto valor.

#### 11.11. Intelig

##### 11.11.1. Sinergias TIM e Intelig

A aquisição da Intelig trouxe sólidos benefícios para a TIM, através de relevantes sinergias geradas com a rede daquela. A infraestrutura complementar da Intelig à rede da TIM, como a rede metropolitana de fibra óptica e seu extenso *backbone*, permitiu à TIM, em 2010, acelerar o desenvolvimento de sua rede 3G e gerar importantes economias de OPEX. Esses benefícios ainda continuarão a ser vistos no próximo ano.

No âmbito comercial, a integração entre TIM e Intelig pôde claramente melhorar a posição competitiva da TIM, especialmente no segmento corporativo, no qual a Intelig sempre atuou com forte presença.

##### 11.11.2. Linhas de Negócio e Abordagem Comercial

A Intelig possui três principais linhas de negócio: segmento residencial, corporativo e *wholesale*. Para o segmento residencial, oferece serviços de telefonia local e LD (CSP 23), além de ser provedora de internet. Para o segmento corporativo, possui oferta de voz e dados para todos os subsegmentos do corporativo, incluindo contas do governo. A companhia também opera no mercado de *wholesale*, com a venda de transporte de voz e dados para outras operadoras de telecom.

No segmento residencial, a Intelig investiu na criação de novos canais de venda, como televendas e porta a porta, ganhando capilaridade na conquista de novos clientes. A comercialização de planos de longa distância cresceu significativamente ao longo do ano, tendo batido em dezembro o recorde de vendas para clientes pessoa física, com um volume de mais de 300 mil pacotes.

Durante o último ano, essa integração possibilitou a conquista de grandes contas governamentais, como os governos estaduais de Rio de Janeiro e de São Paulo, além de importantes empresas em diversos segmentos de indústria, alavancando as vendas corporativas.

Na frente de *wholesale*, foram mantidos importantes contratos de transporte e aprofundada a parceria com a Sparkle, empresa do grupo Telecom Italia que atua como fornecedora de serviços de transporte internacional de voz e dados.

No início do ano, a marca foi relançada, através de uma campanha nacional com o *slogan* “Intelig agora é TIM”, incentivando o uso do 23, código de longa distância da Intelig.



#### 11.11.3. Oferta de Longa Distância

O ano de 2010 marcou a retomada dos investimentos em comunicação do serviço de Longa Distância da Intelig com o código 23, fomentando a competição num segmento que se mostrava carente de novidades. Iniciou-se o ano comemorando os 10 anos da Intelig com o lançamento da oferta Aniversário 10 Anos Intelig 23, presenteando o cliente com a tarifa superpromocionada de R\$ 0,10/min para chamadas nacionais de fixo para fixo, a qualquer hora em qualquer dia da semana. A simplificação do conceito e a agressividade da oferta, aliadas à presença na mídia de massa da Intelig, multiplicaram de forma significativa o tráfego de longa distância com o 23.

No segundo semestre, a oferta foi reformulada aproveitando o bom momento gerado na primeira metade do ano, quando foi lançada a nova fase da campanha sob o mote Se Liga 23. Nessa nova fase foi utilizada a imagem de um ator renomado (Selton Mello) para promover o serviço com as ligações de longa distância de fixo para fixo a R\$ 0,23 o minuto a qualquer hora do dia, quebrando paradigmas e mudando os hábitos de uso de seus clientes. Um grupo de 23 países também contemplava essa tarifa *flat* de R\$ 0,23/min para chamadas de longa distância internacional. Num confronto direto de comparação com as tarifas das concorrentes, a campanha Se Liga 23 evidenciou a economia e a simplicidade do 23, elevando ainda mais o tráfego de LD.

#### 11.11.4. Oferta Fixa e Dados

No segmento corporativo, a Intelig expandiu sua atuação de mercado abrangendo não somente o segmento de Grandes Contas, mas também de Pequenas e Médias Empresas através do lançamento da oferta Sem Fronteiras 23 em maio de 2010. Essa oferta se diferencia por cobrar a mesma tarifa de ligação local para DDD, além de estender as ligações grátis para qualquer linha móvel da TIM (proporcionando uma economia de até 50%). Pela primeira vez em sua história, a Intelig fez campanha publicitária para esse tipo de produto, corroborando a intenção do grupo de investir nessa nova operação. Dois produtos de acesso dedicado à internet, IP Fácil e IP Max, com velocidades de 1 Mbps até 100 Mbps, foram lançados para atender à demanda de dados do segmento corporativo.

No segmento residencial, foi lançado um piloto em bairros selecionados da cidade de São Paulo de um serviço *multi-play*: o Intelig Combo. O serviço oferece telefonia fixa junto com o primeiro plano de banda larga de alta velocidade com tecnologia BPL (Banda Larga por Linha de Energia), através uma parceria com a AES Eletropaulo.

Ainda no primeiro semestre, a Companhia fechou uma parceria com a IBM para oferecer o IBM Lotus Traveller, uma ferramenta que permite que os clientes acessem o *e-mail* através do *software* IBM Lotus Notes. O serviço é direcionado para a área de Grandes Contas (1.000 maiores companhias do Brasil) com o objetivo de promover a migração de ferramentas de suporte corporativo aos dispositivos móveis.

#### 11.11.5. Rede

A Intelig tem uma infraestrutura que permite aos seus clientes obter soluções integradas e personalizadas. A empresa possui uma rede de fibra óptica instalada de Norte a Sul do país (100% digital), totalizando mais de 500 mil km de cabos de fibras ópticas, com um extenso *backbone* de 16 mil km e redes metropolitanas nas principais capitais do país. Além disso, a empresa conta com centrais telefônicas, estações de satélites, conexão às grandes redes internacionais e capacidade nos principais sistemas de cabos submarinos.

## 12. Ativos Intangíveis



André Velozo

### 12.1. A Marca TIM e Campanhas publicitárias

#### 12.1.1. A Marca TIM

Em 2010, após promover uma revolução no hábito de se comunicar das pessoas, lançando planos com conceitos de comunicação ilimitada, a TIM manteve o compromisso de inovar e melhorar cada vez mais a qualidade de seus serviços. O resultado: a TIM foi a empresa que mais cresceu em 2010, fechando o ano com mais de 51 milhões de clientes. Com a assinatura “Você, sem Fronteiras”, consolidou seu posicionamento de empresa que pensa diferente, acreditando que pode agregar vantagens até o momento ainda não experimentadas pelo mercado de telecom, potencializando o seu cliente ao máximo. A manutenção de seu portfólio inovador – com planos que permitem falar mais e pagar menos, como o Infinity, e outro com proposta de comunicação ilimitada, como o Liberty – foi o grande diferencial para alavancar o seu crescimento no mercado.

#### 12.1.2. Campanhas publicitárias

A estratégia de comunicação para 2010 foi baseada em consistência de informações e coerência com o cenário. Podem-se destacar dois movimentos importantes: a campanha publicitária que lançou um compromisso de apresentar as melhorias de cobertura e qualidade de sinal, em que o cliente pode acompanhar o desenvolvimento do plano de expansão através da mídia; e o trabalho de consolidação dos planos Infinity e Liberty, que estiveram presentes ao longo do ano em todas as propostas de

comunicação. A marca manteve em sua comunicação o Blue Man Group com o firme propósito de gerar reconhecimento público.

Em 2010, a TIM realizou mais de 25 campanhas de planos e promoções, e fechou o ano com um filme de retrospectiva que relembrou os grandes lançamentos do período e seus principais benefícios ao cliente. A promessa que fica é que a empresa continuará inovando para que seu cliente possa romper as fronteiras diárias, sentindo-se cada vez mais sem fronteiras.

### 12.2. Recursos Humanos

A TIM fechou o exercício de 2010 com 9.081 colaboradores em todo o Brasil, um ativo intangível fundamental para o sucesso de seus negócios. Trata-se de uma equipe altamente qualificada, na qual 44,9% dos colaboradores possuem ou estão cursando nível superior e 5,3% já são pós-graduados; os outros 47,8% concluíram o ensino médio e apenas 2% não o fizeram. É uma equipe jovem: 74,9% dos colaboradores têm até 35 anos; 18,9% estão entre 36 e 45 anos; e 6,2% estão acima dos 45 anos de idade. Adicionalmente, seu corpo funcional é composto também de 26 terceirizados e 177 estagiários.

O respeito aos direitos dos colaboradores (seu bem-estar e motivação) tem sido foco das iniciativas anualmente implementadas pela TIM, que, além de oferecer incentivos e oportunidades, procura envolvê-los na condução dos negócios e investe no desenvolvimento profissional, de forma a promover seu total comprometimento com as metas da Companhia.

Um dos pilares da gestão de Recursos Humanos é possibilitar o autodesenvolvimento dos colaboradores, por meio de programas de formação inovadores. Em 2010, a TIM registrou 10.732 participantes no Programa de Treinamento e Capacitação, totalizando 433 mil horas, uma média de 40 horas por funcionário. O resultado foi fruto de ações voltadas principalmente ao desenvolvimento de competências *core* da Companhia, através das iniciativas de formação internacional com escolas de negócio de renome mundial, e oportunidades de graduação aos colaboradores que ainda não tiveram a chance de iniciar/concluir seus estudos.

A atração e o desenvolvimento de profissionais de valor são prioridades na Companhia, que desenvolveu o programa “Talentos sem Fronteiras”: uma iniciativa com o objetivo de identificar e buscar os melhores jovens profissionais no mercado de trabalho, preparando-os para assumir posições de destaque e relevância na Empresa. Em 2010, foram selecionados 84 jovens talentos.

A qualidade de vida também está entre as principais preocupações da Companhia, que deu continuidade a programas voltados para a saúde e o bem-estar com o objetivo de reduzir o estresse e promover hábitos saudáveis na rotina de seus colaboradores. Adicionalmente a TIM oferece aos colaboradores o plano de previdência complementar, que em 2010 contou com a adesão de 81% do quadro funcional.

## DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

# 10.732

Foi o número de colaboradores que participaram em atividades de treinamento, com uma média de 40 horas por colaborador.

### 12.3. Capital Tecnológico

A tecnologia tem um papel de grande importância para suportar os serviços prestados aos clientes da TIM nos mais diversos segmentos. Em 2010, a Companhia investiu R\$ 607 milhões em tecnologia da informação, e isso, associado a uma maior eficiência tecnológica, possibilitou um crescimento de 77% na quantidade de projetos entregues.

Esses projetos atendiam a demandas de todas as áreas da empresa, porém tinham como principal objetivo melhorias na qualidade de serviço e atendimento, além da implementação de inovações que agregariam valor aos clientes da TIM através de serviços diferenciados.

A implantação de novos sistemas de informação e a atualização de outros já existentes trouxeram maior eficiência a processos-chave para o negócio, por exemplo, as áreas de atendimento a clientes, relacionamento com parceiros e fornecedores, faturamento e cobrança.

## 13. Responsabilidade Socioambiental



Claudio Medeiros

As estratégias comerciais competitivas e a retomada, de forma rentável, da participação no acirrado mercado de telefonia móvel marcaram a atuação da TIM em 2010. O resultado foi a consolidação do novo posicionamento da marca TIM no Brasil.

A empresa investiu na estratégia de renovação do portfólio de serviços para oferecer mais benefícios aos clientes de maneiras inteligentes, sem necessariamente cobrar mais por isso. O que não mudou foi a missão de

se aproximar do cliente para oferecer possibilidades inovadoras de conectividade, com foco em suas expectativas e necessidades diversificadas, contribuindo como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável e tendo sempre em mente a necessidade de inclusão social.

Mais detalhes sobre a atuação da empresa nos aspectos da responsabilidade socioambiental podem ser encontrados no Relatório de Sustentabilidade 2010.

**TIM Participações S.A. e  
TIM Participações S.A. e empresas Controladas**  
Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2010 e 2009  
e Parecer dos Auditores Independentes

# TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 31 de dezembro de 2010 e 2009

#### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	47
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	49
Demonstrações do resultado e do resultado abrangente	51
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	53
Demonstrações dos fluxos de caixa	55
Demonstrações do valor adicionado	56
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	57

# PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

### Aos Administradores e Acionistas TIM Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras<sup>1</sup> individuais da TIM Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da TIM Participações e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da TIM Participações S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 12 de fevereiro de 2010, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto<sup>4</sup>.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

João César de Oliveira Lima Júnior  
Contador CRC 1RJ077431/O-8

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 (EM MILHARES DE REAIS)

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de Janeiro de 2009	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de Janeiro de 2009
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	6.016	35.958	35.968	2.376.232	2.413.024	1.531.543
Aplicações financeiras (Nota 6)	9	40	4.016	18.177	146.145	23.048
Contas a receber (Nota 7)	-	-	-	2.748.411	2.443.424	2.635.355
Estoques (Nota 8)	-	-	-	228.654	406.434	548.514
Dividendos a receber (Nota 13)	509.235	57.398	43.680	-	-	-
Impostos indiretos a recuperar (Nota 9)	1	-	-	494.036	464.615	314.627
Impostos diretos a recuperar (Nota 10)	380	1.005	1.067	361.929	440.693	288.726
Despesas antecipadas (Nota 12)	-	-	-	93.768	24.690	20.960
Operações com derivativos (Nota 38)	-	-	-	6.122	49.237	260.925
Outros ativos (Nota 14)	1.174	135	215	98.591	94.390	26.839
	<b>516.815</b>	<b>94.536</b>	<b>84.946</b>	<b>6.425.920</b>	<b>6.482.652</b>	<b>5.650.537</b>
<b>Não Circulante</b>						
Aplicações financeiras (Nota 6)	416	342	311	13.692	16.567	9.911
Contas a receber (Nota 7)	-	-	-	36.812	41.269	-
Impostos indiretos a recuperar (Nota 9)	8.372	7.331	6.257	188.111	180.032	156.139
Impostos diretos a recuperar (Nota 10)	-	-	-	139.366	41.706	70.836
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	-	-	-	1.732.732	297.487	189.565
Depósitos judiciais (Nota 13)	20.741	11.630	5.467	385.519	227.521	143.924
Despesas antecipadas (Nota 12)	-	-	-	14.620	9.847	13.693
Operações com derivativos (Nota 38)	-	-	-	16.746	29.027	126.648
Outros ativos	-	-	-	17.763	11.863	7.268
	<b>10.153.238</b>	<b>8.573.804</b>	<b>7.671.063</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos (Nota 15)	-	-	-	5.863.723	5.593.772	4.753.800
Imobilizado (Nota 16)	157.556	157.556	157.556	4.535.848	4.990.712	4.987.575
Intangível (Nota 17)	-	-	-	-	-	-
	<b>10.340.323</b>	<b>8.750.663</b>	<b>7.840.654</b>	<b>12.944.932</b>	<b>11.439.803</b>	<b>10.459.359</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>10.857.138</b>	<b>8.845.199</b>	<b>7.925.600</b>	<b>19.370.852</b>	<b>17.922.455</b>	<b>16.109.896</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de janeiro de 2009	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de janeiro de 2009
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores (Nota 18)	1.296	5.818	768	3.103.469	3.099.982	3.328.714
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	-	-	957.549	1.417.363	1.482.705
Operações com derivativos (Nota 38)	-	-	-	2.071	48.122	52.448
Obrigações trabalhistas (Nota 20)	102	50	27	125.292	107.863	106.991
Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 21)	14	9	11	544.375	563.852	471.958
Impostos, taxas e contribuições diretos (Nota 22)	150	4	6	265.328	162.645	129.821
Dividendos a pagar (Nota 26)	511.738	224.652	193.365	511.737	224.652	193.365
Outros passivos (Nota 23)	1.711	1.660	4.121	181.268	115.450	113.639
	515.011	232.193	198.298	5.691.089	5.739.929	5.879.641
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	-	-	2.277.121	2.742.595	2.066.514
Operações com derivativos (Nota 35)	-	-	-	164.482	113.200	10.814
Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 21)	-	-	-	57.720	5.157	-
Impostos, taxas e contribuições diretos (Nota 22)	-	-	-	138.981	23.984	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	-	-	-	83.708	96.154	-
Provisão para contingências (Nota 24)	4.021	3.998	6.520	249.057	324.508	253.370
Passivo atuarial (Nota 36)	5.256	4.782	4.717	9.166	7.527	6.425
Provisão para futura desmobilização de ativos (Nota 25)	-	-	-	255.737	239.635	177.067
Outros passivos (Nota 21)	26.847	26.866	20.447	142.982	52.406	20.447
	36.124	35.646	31.684	3.378.954	3.605.166	2.534.637
<b>Patrimônio líquido (Nota 26)</b>						
Capital social	8.149.096	8.149.096	7.613.610	8.149.096	8.149.096	7.613.610
Reserva de capital	396.129	396.129	191.886	396.129	396.129	191.886
Reservas de lucros	1.760.778	158.049	142.516	1.755.584	158.049	142.516
Prejuízos Acumulados	-	(125.914)	(252.394)	-	(125.914)	(252.394)
	10.306.003	8.577.360	7.695.618	10.300.809	8.577.360	7.695.618
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>10.857.138</b>	<b>8.845.199</b>	<b>7.925.600</b>	<b>19.370.852</b>	<b>17.922.455</b>	<b>16.109.896</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (EM MILHARES DE REAIS)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Receita operacional líquida (Nota 27)	-	-	14.457.450	13.158.134
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas (Nota 28)	-	-	(7.305.767)	(6.672.369)
Lucro bruto	-	-	7.151.683	6.485.765
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização (Nota 29)	-	-	(4.494.608)	(4.436.751)
Gerais e administrativas (Nota 30)	(6.318)	(13.355)	(1.008.694)	(1.033.438)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 15)	2.221.271	351.452	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 31)	(84)	322	(448.247)	(462.114)
	2.214.869	338.419	(5.951.549)	(5.932.303)
Lucro operacional	2.2214.869	338.419	1.200.134	553.462
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras (Nota 32)	2.233	4.547	231.671	137.033
Despesas financeiras (Nota 33)	(117)	111	(380.501)	(328.908)
Variações cambiais, líquidas (Nota 34)	(76)	(2)	(96.627)	(53.240)
	2.040	4.656	(245.457)	(245.115)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.216.909	343.075	954.677	308.347
Imposto de renda e contribuição social (Nota 35)	-	(1.702)	1.257.038	33.026
<b>Lucro líquido do exercício (Nota 3f)</b>	<b>2.216.909</b>	<b>341.373</b>	<b>2.211.715</b>	<b>341.373</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
(EM MILHARES DE REAIS)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício (Nota 3f)	2.216.909	341.373	2.211.715	341.373
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.216.909</b>	<b>341.373</b>	<b>2.211.715</b>	<b>341.373</b>
Atribuível a:				
<b>Acionista da Companhia</b>	<b>2.216.909</b>	<b>341.373</b>	<b>2.211.715</b>	<b>341.373</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva especial de ágio	Reserva legal	Reserva para expansão		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2009</b>	7.613.610	191.886	111.554	30.962	(252.394)	7.695.618
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido (nota 24)	-	-	-	4.789	-	4.789
Aumento do capital social com transferência de reserva (nota 24)	18.761	(18.761)	-	-	-	-
Aumento de capital por aquisição da HOLDCO (nota 2b)	516.725	223.004	-	-	-	739.729
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	341.373	341.373
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (nota 24)	-	-	10.744	-	(10.744)	-
Dividendos (nota 24)	-	-	-	-	(204.149)	(204.149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	8.149.096	396.129	122.298	35.751	(125.914)	8.577.360
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido (nota 24)	-	-	-	8.345	-	8.345
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.211.715	2.211.716
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (nota 24)	-	-	104.550	-	(104.550)	-
Dividendos (nota 24)	-	-	-	-	(496.611)	(496.611)
Constituição de reserva para expansão	-	-	-	1.484.640	(1.484.640)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	8.149.096	396.129	226.848	1.528.736	-	10.300.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva especial de ágio	Reserva legal	Reserva para expansão		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2009</b>	<b>7.613.610</b>	<b>191.886</b>	<b>111.554</b>	<b>30.962</b>	<b>(252.394)</b>	<b>7.695.618</b>
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido (nota 24)	-	-	-	4.789	-	4.789
Aumento do capital social com transferência de reserva (nota 24)	18.761	(18.761)	-	-	-	-
Aumento de capital por aquisição da HOLDCO (nota 2b)	516.725	223.004	-	-	-	739.729
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	341.373	341.373
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (nota 24)	-	-	10.744	-	(10.744)	-
Dividendos (nota 24)	-	-	-	-	(204.149)	(204.149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>8.149.096</b>	<b>396.129</b>	<b>122.298</b>	<b>35.751</b>	<b>(125.914)</b>	<b>8.577.360</b>
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido (nota 24)	-	-	-	8.345	-	8.345
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.216.909	2.216.909
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (nota 24)	-	-	104.550	-	(104.550)	-
Dividendos (nota 24)	-	-	-	-	(496.611)	(496.611)
Constituição de reserva para expansão	-	-	-	1.489.834	(1.489.834)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>8.149.096</b>	<b>396.129</b>	<b>226.848</b>	<b>1.533.930</b>	<b>-</b>	<b>10.306.003</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (EM MILHARES DE REAIS)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.216.909	343.075	954.677	308.347
<b>Ajustes para reconciliar o resultado são ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	-	-	2.993.461	2.913.966
Resultado de equivalência patrimonial	(2.221.271)	(351.452)	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	(1.702)	(190.652)	(74.897)
Passivo atuarial	474	65	1.639	1.102
Valor residual de ativo permanente baixado	-	-	27.211	40.603
Provisão para futura desmobilização de ativos	-	-	15.045	62.567
Provisão para contingências	39	(2.721)	(72.987)	(55.404)
Atualização monetária sobre as provisões para futura desmobilização de ativos, depósitos judiciais e contingências	(84)	164	(13.703)	(8.878)
Juros e variação monetária e cambial sobre empréstimos	-	-	395.219	340.669
Juros sobre aplicações financeiras não realizados	(1.526)	(3.943)	(145.537)	(70.203)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	310.497	422.163
	(5.459)	(16.514)	4.274.870	3.880.035
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais</b>				
Contas a receber	-	-	(611.028)	(145.148)
Impostos e contribuições a recuperar	(417)	(1.013)	(56.395)	(273.643)
Estoques	-	-	177.780	142.080
Despesas antecipadas	-	-	(73.851)	895
Dividendos	190.000	174.722	-	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	(10.083)	(6.047)	(155.803)	(92.936)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas	52	23	17.429	(11.061)
Fornecedores	(4.522)	5.050	(1.087.709)	(579.043)
Impostos, taxas e contribuições	151	(4)	250.766	115.440
Outros exigíveis a curto e longo prazo	33	3.959	156.394	(127.555)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	169.755	160.176	2.892.453	2.909.064
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras	1.484	7.886	276.379	(59.457)
Adições ao imobilizado e intangível	-	-	(1.744.565)	(2.491.907)
Caixa proveniente aquisição Intelig/Holdco	-	-	-	132.816
	1.484	7.886	(1.468.186)	(2.418.548)
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos	-	-	452.843	1.849.808
Amortização de empréstimos	-	-	(1.712.721)	(1.290.771)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(201.181)	(168.072)	(201.181)	(168.072)
<b>Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades de financiamentos</b>	(201.181)	(168.072)	(1.461.059)	390.965
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(29.942)	(10)	(36.792)	881.481
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35.958	35.968	2.413.024	1.531.543
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.016	35.958	2.376.232	2.413.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (EM MILHARES DE REAIS)

	PARENT COMPANY		CONSOLIDATED	
	2010	2009	2010	2009
<b>Receitas</b>				
Receita operacional bruta	-	-	20.319.295	18.074.636
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(310.498)	(422.163)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(1.386.017)	(999.997)
	-	-	18.622.780	16.652.476
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(4.982.366)	(4.609.369)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.341)	(11.010)	(3.076.895)	(3.099.807)
	(3.341)	(11.010)	(8.059.261)	(7.709.176)
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	-	-	(2.993.461)	(2.913.966)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	(3.341)	(11.010)	7.570.058	6.029.334
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	2.221.271	351.452	-	-
Receitas financeiras	2.235	4.551	698.519	833.828
	2.223.506	356.003	698.519	833.828
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	2.220.165	344.993	8.268.577	6.863.162
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal e encargos</b>				
Remuneração Direta	1.338	1.196	351.755	329.104
Benefícios	755	350	115.938	113.917
F.G.T.S	-	-	31.445	28.596
Outros	26	-	4.405	(11.251)
	2.119	1.546	503.543	460.366
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	844	2.052	582.367	1.581.202
Estaduais	11	11	3.705.212	3.167.203
Municipais	-	-	10.150	8.340
	855	2.063	4.297.729	4.756.745
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>				
Juros	159	(104)	939.156	1.073.755
Aluguéis	123	115	316.434	230.923
	282	11	1.255.590	1.304.678
<b>Remuneração de Capital Próprio</b>				
Dividendos	496.611	204.149	496.611	204.149
Lucros retidos	1.720.298	137.224	1.715.104	137.224
	2.216.909	341.373	2.211.715	341.373
	2.220.165	344.993	8.268.577	6.863.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# 1. Contexto operacional

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações”, “Companhia”), é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”) – uma empresa do Grupo Telecom Italia, que detém 77,14% do capital votante e de 66,27% do capital social.

As ações da Companhia são negociadas na BM&F/BOVESPA. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósito americanos (American Depositary Receipts – ADR) nível II negociados na Bolsa de New York – EUA. Em consequência, a Companhia também está sujeita às normas da Securities and Exchange Commission (“SEC”) e, visando atender às necessidades de mercado, adota como princípio a divulgação simultânea das informações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o IFRS, nos dois mercados, em reais e em português e inglês.

A Companhia tem como principal objetivo exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações, especialmente serviços de telefonia móvel pessoal e telefonia fixa nas áreas de suas autorizações.

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular S.A. (“TIM Celular”) e da Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”). A TIM Celular e a Intelig atuam como prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional em todos os estados brasileiros. Adicionalmente, a TIM Celular também atua como prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e como prestadora do Serviço Móvel Pessoal (SMP) em todos os estados brasileiros. Salienta-se também que a Intelig detém autorização para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

Os serviços prestados pelas companhias controladas são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, agência reguladora das telecomunicações no país. As outorgas de autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) são por tempo indeterminado.

As autorizações de direito de uso de radiofrequência mantidas pela Companhia são por prazo determinado e possuem as seguintes datas de expiração, com possibilidade de renovação por mais 15 anos, conforme o caso:

TERMOS DE AUTORIZAÇÃO	DATA DE EXPIRAÇÃO	
	Radiofrequências 800MHz, 900 MHz and 1,800 MHz	Radiofrequências 1900 /2100 MHz (3G)
1. Amapá, Roraima, Pará, Amazonas, Maranhão, Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2016	Abril, 2023
2. Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2016	Abril, 2023
3. São Paulo	Março, 2016	Abril, 2023
4. Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Setembro, 2022	Abril, 2023
5. Santa Catarina	Setembro, 2023	Abril, 2023
6. Município e região de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul	Abril, 2024	Abril, 2023
7. Pernambuco	May, 2024	Abril, 2023
8. Ceará	Novembro, 2023	Abril, 2023
9. Paraíba	Dezembro, 2023	Abril, 2023
10. Rio Grande do Norte	Dezembro, 2023	Abril, 2023
11. Alagoas	Dezembro, 2023	Abril, 2023
12. Piauí	Março, 2024	Abril, 2023
13. Minas Gerais (exceto os municípios do triângulo Mineiro para radiofrequências 3G)	Abril, 2013	Abril, 2023
14. Bahia e Sergipe	Agosto, 2012	Abril, 2023

## 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

### A. Critérios de elaboração e divulgação

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) conforme definido pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e os instrumentos derivativos mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

#### A.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2011.

#### A.2. Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 2.d.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

A conciliação das diferenças entre o resultado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	2010
Controladora	2.216.909
Eliminação de serviços prestados entre subsidiárias	(5.194)
<b>Consolidado</b>	<b>2.211.715</b>

### A.3. Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que se baseiam na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009, nas normas aplicáveis às concessionárias/ autorizatárias de serviços públicos de telecomunicações e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e das normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidades emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras individuais visando o alinhamento e equiparação às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM nº. 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças de práticas contábeis em relação às consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

### A.4. Informações por segmentos

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, que analisa o Grupo como um único segmento de telefonia móvel, que representa mais de 90% das operações da Companhia.

## B. Adoção de IFRS pela primeira vez

### B.1. Base da transição para o IFRS

#### B.1.1. Aplicação do CPC 37, CPC 43 e IFRS 1

A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2009 e a data-base destas demonstrações financeiras consolidadas é 31 de dezembro de 2010.

Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa do IFRS.

#### B.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa no seu balanço de transição em 1 de janeiro de 2009:

#### (A) Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e empreendimentos em conjunto

A Companhia utilizou a isenção que possibilita que uma controlada, quando se tornar uma adotante pela primeira vez em data posterior à da adoção pela sua entidade controladora, em suas próprias demonstrações financeiras em IFRS, considerar os valores contábeis que foram inclusos nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas, com base na data de transição para as IFRS da entidade controladora.

Desta forma, uma vez que a data da transição para o IFRS adotada pela controladora da Companhia (Telecom Itália S.p.a.) foi 1 de janeiro de 2005, os ativos e passivos que já haviam sido apresentados em IFRS inclusos nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas ao acionista controlador, foram assumidos nas demonstrações financeiras locais na data de transição do IFRS da Companhia.

## **(B) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros**

A Companhia optou por classificar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 (CPC 39) e IAS 39 (CPC 08) na data de transição para IFRS. Não foram realizadas análises retroativas a data original de contratação de instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações de acordo com o IFRS.

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia.

### **B.1.3. Exceção da aplicação retrospectiva seguida pela Companhia**

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória de aplicação retrospectiva:

Exceção das estimativas

As estimativas segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demais exceções obrigatórias no IFRS 1 foram observadas, analisadas e não produzem efeitos com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **B.2. Comparação entre BR GAAP e IFRS**

Com a aplicação de todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC com vigência para as demonstrações financeiras a serem elaboradas a partir de 31 de dezembro de 2010, a Companhia não apresenta diferenças nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com BR-GAAP em relação ao IFRS, com exceção das demonstrações financeiras da controladora cuja avaliação dos investimentos é efetuada utilizando-se o método de equivalência patrimonial.

## **C. Efeito da adoção dos novos CPC's e do IFRS**

Os seguintes ajustes relevantes foram identificados quando da implementação dos novos CPCs/IFRS:

### **C.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconheceu os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPCs nas demonstrações financeiras da

controladora e dos ajustes relativos as normas internacionais – IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças que geraram impostos diferidos são decorrentes da reversão dos encargos financeiros capitalizados (item c.2), ajuste nas provisões para futura desmobilização de ativos de ativos (item c.3) e reversão do ativo diferido (item c.5).

### **C.2. Encargos financeiros capitalizados**

Os encargos financeiros de certos contratos de empréstimos e financiamentos relacionados à atividade de investimento eram capitalizados com base na média dos valores de obras em andamento, conforme deliberação CVM nº. 193 (revogada pela deliberação CVM nº. 577) e Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/207. Os encargos financeiros capitalizados eram depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Para fins de primeira adoção de IFRS, a Companhia optou por aplicar a isenção permitida pelo IFRS 1 conforme descrito no item b.1.2.(a) e reverteu os encargos financeiros capitalizados.

Adicionalmente, de acordo com o BRGAAP antigo, a controladora TIM Celular capitalizou despesas relacionadas a diferenças de juros e de câmbio sobre o financiamento de suas concessões de 1999 a 2000. Para fins de primeira adoção de IFRS, a Companhia optou por aplicar a isenção permitida pelo IFRS 1 conforme descrito no item b.1.2.(a) e reverteu os encargos financeiros capitalizados.

### **C.3. Obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos**

A Companhia reconhece como provisão para futura desmobilização de ativos o valor presente dos custos estimados a serem incorridos pela desmontagem e remoção de torres de telefonia celular e equipamentos em imóveis alugados. A contrapartida desta provisão é reconhecida no imobilizado, e a depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos correspondentes ativos. Até 31 de dezembro de 2008 a Companhia adotava como prática contábil o pronunciamento SFAS 143 "Accounting for Asset Retirement Obligations" do "Financial Accounting Standards Boards" – FASB, segundo o qual a obrigação futura com a desmontagem e remoção das torres deve ser contabilizada pelo seu valor presente como uma provisão, considerando as taxas de desconto históricas de cada período para o qual a provisão foi constituída. Com a adoção do ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1), a provisão para desmontagem e remoção das torres deve refletir os efeitos de mudanças na taxa de desconto corrente de um período para outro. Assim, a Companhia efetuou o ajuste na data de transição.

#### C.4. Combinação de negócios

Aquisição HOLDCO/Intelig: Em 16 de abril de 2009, a Companhia celebrou em reunião de Conselho de Administração um Acordo de Incorporação entre a Companhia, sua acionista controladora, TIM Brasil e JVCO Participações Ltda. ("JVCO") com a interveniência de Docas Investimentos S.A., para tratar da aquisição do controle indireto da Intelig. Tal aquisição dar-se-ia através da incorporação pela Companhia de HOLDCO Participações Ltda. ("HOLDCO"), sociedade controlada por JVCO, e que por sua vez deteria, quando da conclusão da incorporação, 100% do capital social da Intelig.

A ANATEL, por meio do Ato nº. 4.634, de 11 de agosto de 2009, publicado no DOU, em 14 de agosto de 2009, aprovou a transação ora apresentada, concedendo, ainda, um prazo de 18 (dezoito) meses para a eliminação da sobreposição geográfica de outorgas do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, detidas por TIM Celular e Intelig, em vista da relação de coligação entre ambas advindas da referida Incorporação.

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária deliberada pelos acionistas da TIM Participações aprovou a efetivação da incorporação da HOLDCO, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações (43.356.672 ações ordinárias e 83.931.352 ações preferenciais), em nome da JVCO.

Sendo assim, a TIM Participações passou a ser controladora da Intelig, empresa essa detentora de determinadas autorizações para a prestação de serviços de telecomunicação fixa sob o regime privado, com operações em todo o território nacional, atuando predominantemente no mercado de chamadas locais e de longa distância nacionais e internacionais e de transmissão de dados.

De acordo com o BRGAAP antigo, a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos da data base de 30 de novembro de 2009, porém, para fins de implementação das novas regras contábeis (CPC 15 - Combinação de Negócios e IFRS3 R), a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 (data de aquisição) considerando-se: a) o valor justo do custo de aquisição determinado com base na avaliação das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações considerando o valor de mercado (de negociação) das ações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729; e b) os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos na combinação de negócios mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição.

O quadro a seguir apresenta o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

ATIVOS	
Caixa e equivalentes de caixa	132.816
Contas a Receber	126.353
Impostos a recuperar	23.074
Depósitos judiciais	33.453
Imobilizado	780.845
Intangível	135.850
Outros ativos	25.114
<b>Total dos ativos identificáveis adquiridos</b>	<b>1.257.505</b>
Passivos	(342.431)
Empréstimos	(118.402)
Contingências	(140.107)
Impostos e contribuições de longo prazo	(101.311)
Outros passivos	(25.540)
<b>Total passivos assumidos</b>	<b>(727.791)</b>
<b>Ativos líquidos identificáveis adquiridos</b>	<b>529.714</b>

Como resultado da avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Intelig na data de aquisição da empresa, os ativos líquidos adquiridos a valor justo totalizaram R\$529.714. Assim, concluímos que o valor pago pela aquisição da Intelig no montante de R\$739.729 em 30 de dezembro de 2009 foi superior em R\$210.015 ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Referido valor excedente foi alocado como ágio ("goodwill") e é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Intelig, com base em projeções preparadas pela Companhia em conjunto com bancos de investimentos.

Caso referida transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2009, a receita operacional líquida e o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, considerando a combinação dos saldos da TIM Participações e suas controladas e a Intelig, seriam de R\$ 13.747.028 e R\$ 801.223, respectivamente.

### C.5. Ativo Diferido

A Companhia, facultada pela Lei 11.638/07, manteve no seu ativo diferido os gastos pré-operacionais registrados até 31 de dezembro de 2008 e o saldo remanescente estava sendo amortizado de acordo com a vida útil remanescente desse ativo. Para fins da primeira adoção de IFRS, a Companhia optou por aplicar a isenção permitida pelo IFRS 1 conforme descrito no item b.1.2.(a) e reverteu os gastos pré-operacionais no balanço de transição.

### C.6. Equivalência Patrimonial (controladora)

Refere-se aos valores apurados em equivalência patrimonial, decorrentes dos efeitos da aplicação dos ajustes dos CPC's nas controladas.

### C.7. Reclassificações

Em decorrência da aplicação dos CPCs/IFRS e adequação das melhores práticas contábeis adotadas no mercado e pelos acionistas controladores, a Companhia e suas controladas efetuaram algumas reclassificações no balanço e demonstração de resultado, conforme descritas a seguir:

#### C.7.1. Imposto de renda e contribuições social diferidos

Foram reclassificados do grupo de "Ativo circulante" para "Ativo não circulante" e quando aplicável, estão apresentados por seus valores líquidos;

#### C.7.2. Impostos e contribuições diretos a recuperar

Foram reclassificados do grupo de "Impostos e contribuições a recuperar" para o novo grupo "Impostos e contribuições diretos a recuperar";

#### C.7.3. Impostos e contribuições diretos a recolher

Foram reclassificados do grupo de "Impostos e contribuições a recolher" para o novo grupo "Impostos e contribuições diretos a recolher";

#### C.7.4. Subsídios na venda de aparelhos

Foram reclassificados do grupo de "Despesas antecipadas" para o "Ativo intangível".

#### C.7.5. Contribuições ao Fust/Funttel

Foram reclassificados do grupo de "Deduções da receita bruta" para o grupo de "Outras receitas/despesas, líquidas";

#### C.7.6. Receita de venda de "sim card"

Foram reclassificados do grupo de "Venda de mercadorias" para o grupo de "Outras receitas de telecomunicações";

#### C.7.7. Amortização de subsidio na venda de aparelhos

Foram reclassificados de "Custo das mercadorias vendidas" para o grupo de "Amortização de intangível";

#### C.7.8. Provisão para contingências trabalhistas

Foram reclassificados de "Outras receitas/despesas, líquidas" para o grupo de "Despesa de pessoal gerais e administrativas";

#### C.7.9. Reversão de provisão de contingências trabalhistas

Foram reclassificados de "Outras despesas operacionais" para o grupo de "Despesa de pessoal gerais e administrativas";

### C.8. Aquisição de ações de acionistas não controladores

Aquisição de ações de acionistas não controladores da antiga Telesc e CTMR (incorporadas pela antiga TIM Sul que em 2006 foi incorporada pela TIM Celular): De acordo com o BRGAAP antigo, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores acima dos valores contábeis. Com adoção do CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3R), o efeito da aquisição de ações dos acionistas não controladores ocorrido em 2002, passou a ser registrado no patrimônio líquido (antes da data de transição para o IFRS) e conseqüentemente o saldo remanescente do ágio em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$3.547, gerado nesta operação foi eliminado no balanço de transição com base na isenção permitida pelo IFRS 1 conforme descrito no item b.1.2.(a).

Aquisição das ações da TIM Sul e TIM Nordeste com ações da TIM Participações: A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários na TIM Sul e na TIM Nordeste Telecomunicações com ações emitidas pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil dessas ações nas demonstrações financeiras, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas. Para fins da primeira adoção de IFRS, a Companhia optou por aplicar a isenção permitida pelo IFRS 1 conforme descrito no item b.1.2.(a), e registrou o ágio no montante de R\$157.556, o qual foi apurado à época quando da elaboração das demonstrações financeiras em IFRS reportadas à sua controladora em 2005.

### **C.9. Reversão dividendos acima do mínimo obrigatório**

Para fins de BR GAAP o dividendo proposto acima do mínimo obrigatório era reconhecido como uma obrigação no mesmo exercício em que o lucro era realizado. De acordo com o ICPC 08, os dividendos acima do mínimo obrigatório, somente devem ser reconhecidos como uma obrigação a pagar no momento em que são aprovados pelos acionistas da Companhia.

**D.** A Companhia apresenta nos quadros abaixo, os valores correspondentes aos impactos gerados no Balanço Patrimonial da Controladora e Consolidado em 01 de janeiro de 2009 (data da transição) e 31 de dezembro de 2009 (período comparativo), e na Demonstração do Resultado da Controladora e Consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Apresenta também a reconciliação do patrimônio líquido (controladora e consolidado) e do resultado do exercício (controladora e consolidado) para os períodos reapresentados. Essas informações contábeis estão sendo reapresentadas com a aplicação dos referidos ajustes e reclassificações acima comentados.



### D.1. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA DOS PERÍODOS REAPRESENTADOS

	NOTA	31/12/2009	01/01/2009
<b>Patrimônio líquido divulgado</b>		8.282.093	7.790.456
Combinação de negócios	2c.4	263.625	
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556
Equivalência patrimonial	2c.6	(122.367)	(248.847)
Outros	2c.4	(3.547)	(3.547)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>		<b>8.577.360</b>	<b>7.695.618</b>

### D.2. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DOS PERÍODOS REAPRESENTADOS

	NOTA	31/12/2009	01/01/2009
<b>Patrimônio líquido divulgado</b>		8.282.093	7.790.456
Combinação de negócios aquisição Intelig	2c.4	280.327	-
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	(110.982)	(148.037)
Ativo diferido	2c.5	(110.979)	(149.029)
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	14.999	18.868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	67.893	29.351
Outros	2c.8	(3.547)	(3.547)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>		<b>8.577.360</b>	<b>7.695.618</b>

### D.3. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA DO PERÍODO REAPRESENTADO

	NOTA	31/12/2009
<b>Lucro líquido divulgado</b>		214.893
Equivalência patrimonial	2c.6	126.480
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>341.373</b>

**D.4. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO REAPRESENTADO**

	NOTA	31/12/2009
<b>Lucro líquido divulgado</b>		214.893
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	37.055
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	(3.869)
Ativo diferido	2c.5	38.050
Resultado de dezembro/09 da Intelig	2c.4	16.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	38.542
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>341.373</b>

**D.5. RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA CONTROLADORA EM 01 DE JANEIRO DE 2009 – DATA DE TRANSIÇÃO**

			CONTROLADORA		
	Nota	Nota ajuste	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - após os ajustes
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5		35.968	-	35.968
Aplicações financeiras	6		4.016	-	4.016
Dividendos a receber	-		174.722	-	174.722
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	1.067	(1.067)	-
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	1.067	1.067
Outros ativos	14		215	-	215
			<b>215.988</b>	<b>(131.042)</b>	<b>215.988</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	6		311	-	311
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	6.257	(6.257)	-
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	6.257	6.257
Depósitos judiciais	13		5.467	-	5.467
Investimentos	15	2c.6	7.788.868	(117.805)	7.540.021
Intangível	17	2c.4	3.547	154.009	157.556
			<b>7.804.450</b>	<b>36.204</b>	<b>7.709.612</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>8.020.438</b>	<b>(94.838)</b>	<b>7.925.600</b>

	Nota	Nota ajuste	<b>CONTROLADORA</b>		
			Balanco Patrimonial em 01/01/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanco Patrimonial em 01/01/09 - após os ajustes
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	18		768	-	768
Obrigações trabalhistas	20		27	-	27
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	17	(6)	11
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	-	6	6
Dividendos a pagar	26		193.365	-	193.365
Outras obrigações	23		4.121	-	4.121
			<b>198.298</b>	<b>-</b>	<b>198.298</b>
<b>Não Circulante</b>					
Provisão para contingências	24		6.520	-	6.520
Passivo atuarial	37		4.717	-	4.717
Outras obrigações	23		20.447	-	20.447
			<b>31.684</b>	<b>-</b>	<b>31.684</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26		7.613.610	-	7.613.610
Reserva de capital	26		34.330	157.556	191.886
Reserva de lucros	26		142.516	-	142.516
Prejuízos acumulados	26		-	(252.394)	(252.394)
			<b>7.790.456</b>	<b>(94.838)</b>	<b>7.695.618</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>			<b>8,020,438</b>	<b>(94,838)</b>	<b>7,925,600</b>

**D.6. RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA EM 01 DE JANEIRO DE 2009 – DATA DE TRANSIÇÃO**

	Nota	Nota ajuste	CONSOLIDADO		
			Balanço Patrimonial em 01/01/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - após os ajustes
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5		1.531.543	-	1.531.543
Aplicações financeiras	6		23.048	-	23.048
Contas a receber	7		2.635.355	-	2.635.355
Estoques	8		548.514	-	548.514
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	603.353	(288.726)	314.627
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	288.726	288.726
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2c.7.1	49.451	(49.451)	-
Despesas antecipadas	12	2c.7.4	155.825	(134.865)	20.960
Operações com derivativos	36		260.925	-	260.925
Outros ativos	14		26.839	-	26.839
			<b>5.834.853</b>	<b>(184.316)</b>	<b>5.650.537</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	6		9.911	-	9.911
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	226.975	(70.836)	156.139
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	70.836	70.836
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2c.1. 7.1	110.763	78.802	189.565
Depósitos judiciais	13		143.924	-	143.924
Despesas antecipadas	12		13.693	-	13.693
Operações com derivativos	36		126.648	-	126.648
Outros ativos	14		7.268	-	7.268
Imobilizado	16	2c.2.3	4.799.094	(45.294)	4.753.800
Intangível	17	2c.2. 4. 7.4	4.817.312	170.263	4.987.575
Diferido		2c.5	149.029	(149.029)	-
			<b>10.404.617</b>	<b>54.742</b>	<b>10.459.359</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>16.239.470</b>	<b>(129.574)</b>	<b>16.109.896</b>

		CONSOLIDADO			
	Nota	Nota ajuste	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - após os ajustes
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	18		3.328.714	-	3.328.714
Empréstimos e financiamentos	19		1.482.705	-	1.482.705
Operações com derivativos	36		52.448	-	52.448
Obrigações trabalhistas	20		106.991	-	106.991
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	601.779	(129.821)	471.958
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	-	129.821	129.821
Dividendos a pagar	26		193.365	-	193.365
Outras obrigações	23		113.639	-	113.639
			<b>5.879.641</b>	<b>-</b>	<b>5.879.641</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	19		2.066.514	-	2.066.514
Operações com derivativos	36		10.814	-	10.814
Provisão para contingências	24		253.370	-	253.370
Passivo atuarial	37		6.425	-	6.425
Provisão para futura desmobilização de ativos	25	2c.3	211.803	(34.736)	177.067
Outras obrigações	23		20.447	-	20.447
			<b>2.569.373</b>	<b>(34.736)</b>	<b>2.534.637</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26		7.613.610	-	7.613.610
Reserva de capital	26		34.330	157.556	191.886
Reservas de lucros	26		142.516	-	142.516
Prejuízos acumulados	26		-	(252.394)	(252.394)
			<b>7.790.456</b>	<b>(94.840)</b>	<b>7.695.616</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>			<b>16.239.470</b>	<b>(129.574)</b>	<b>16.109.896</b>

**D.7. RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA CONTROLADORA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

	Nota	Nota ajuste	CONTROLADORA		
			Balanço Patrimonial em 31/12/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 31/12/09 - após os ajustes
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5		35.958	-	35.958
Aplicações financeiras	6		40	-	40
Dividendos a receber		2c.9	190.000	(132.602)	190.000
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	1.005	(1.005)	-
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	1.005	1.005
Outros ativos	14		135	-	135
			<b>227.138</b>	<b>(132.602)</b>	<b>227.138</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	6		342	-	342
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	7.331	(7.331)	-
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	7.331	7.331
Depósitos judiciais	13		11.630	-	11.630
<b>Permanente</b>					
Investimentos	15	2c.6	8.299.944	273.860	8.573.804
Intangível	17	2c.4	3.547	154.009	157.556
			<b>8.322.794</b>	<b>427.869</b>	<b>8.750.663</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>8.549.932</b>	<b>295.267</b>	<b>8.845.199</b>

		<b>CONTROLADORA</b>			
	Nota	Nota ajuste	Balanco Patrimonial em 31/12/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanco Patrimonial em 31/12/09 - após os ajustes
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	18		5.818	-	5.818
Obrigações trabalhistas	20		50	-	50
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	13	(4)	9
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	-	4	4
Dividendos a pagar	26		224.652	-	224.652
Outras obrigações	23		1.660	-	1.660
			<b>232.193</b>	<b>-</b>	<b>232.193</b>
<b>Não Circulante</b>					
Provisão para contingências	24		3.998	-	3.998
Passivo atuarial	37		4.782	-	4.782
Outras obrigações	23		26.866	-	26.866
			<b>35.646</b>	<b>-</b>	<b>35.646</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26		8.149.096	-	8.149.096
Reserva de capital	26	2c.4	15.569	380.560	396.129
Reservas de lucros	26		158.049		158.049
Prejuízos acumulados	26	2c.4. 2c.6	(40.621)	(85.293)	(125.914)
			<b>8.312.043</b>	<b>295.267</b>	<b>8.577.360</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>			<b>8.549.932</b>	<b>295.267</b>	<b>8.845.199</b>

**D.8. RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

	Nota	Nota ajuste	CONSOLIDADO		
			Balanço Patrimonial em 31/12/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 31/12/09 - após os ajustes
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5		2.413.024	-	2.413.024
Aplicações financeiras	6		146.145	-	146.145
Contas a receber	7		2.443.424	-	2.443.424
Estoques	8		406.434	-	406.434
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	905.308	(440.693)	464.615
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	440.693	440.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2c.7.1	32.709	(32.709)	-
Despesas antecipadas	12	2c.7.4	238.270	(213.580)	24.690
Operações com derivativos	36		49.237	-	49.237
Outros ativos	14		94.390	-	94.390
			<b>6.728.941</b>	<b>(246.289)</b>	<b>6.482.652</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	6		16.567	-	16.567
Contas a receber	7		41.269	-	41.269
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9		221.738	(41.706)	180.032
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	41.706	41.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2c.7.2	196.886	100.601	297.487
Depósitos judiciais	13	2c.1. 7.1	227.521	-	227.521
Despesas antecipadas	12		9.847	-	9.847
Operações com derivativos	36		29.027	-	29.027
Outros ativos	14		11.863	-	11.863
Imobilizado	16	2c.2. 3	5.323.174	270.598	5.593.772
Intangível	17	2c.2. 4. 7.4	4.494.342	496.370	4.990.712
Diferido		2c.5	110.979	(110.979)	-
			<b>10.683.213</b>	<b>756.590</b>	<b>11.439.803</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>17.412.154</b>	<b>510.301</b>	<b>17.922.455</b>



	Nota	Nota ajuste	CONSOLIDADO		
			Balanco Patrimonial em 31/12/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanco Patrimonial em 31/12/09 - após os ajustes
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	18		3.099.982	-	3.099.982
Empréstimos e financiamentos	19		1.417.363	-	1.417.363
Operações com derivativos	36		48.122	-	48.122
Obrigações trabalhistas	20		107.863	-	107.863
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	726.497	(162.645)	563.852
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	-	162.645	162.645
Dividendos a pagar	26		224.652	-	224.652
Outras obrigações	23		115.450	-	115.450
			<b>5.739.929</b>		<b>5.739.929</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	19		2.742.595	-	2.742.595
Operações com derivativos	36		113.200	-	113.200
Provisão para contingências	24		208.167	116.341	324.508
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	29.141	(23.984)	5.157
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	-	23.984	23.984
Imposto de renda e contribuição social diferidos				96.154	96.154
Passivo atuarial	37		7.527	-	7.527
Provisão para futura desmobilização de ativos	25	2c.3	237.096	2.539	239.635
Outras obrigações	23		52.406	-	52.406
			<b>3.390.132</b>	<b>215.034</b>	<b>3.605.166</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	26		8.149.096	-	8.149.096
Reserva de capital	26		15.569	380.560	396.129
Reservas de lucros			158.049	-	158.049
Prejuízos acumulados			(40.621)	(85.293)	(125.914)
			<b>8.282.093</b>	<b>295.267</b>	<b>8.577.360</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>			<b>17.412.154</b>	<b>510.301</b>	<b>17.922.455</b>

**D.9. RECONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

	Nota	Nota ajuste	CONTROLADORA		
			Demonstração do resultado em 31/12/09 divulgada	Ajustes/reclassificações conforme CPC's/IFRS	Demonstração do resultado em 31/12/09 reapresentada
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas	30	2c.7.8. 9	(15.041)	1.686	(13.355)
Resultado da equivalência patrimonial			224.973	126.480	351.452
Outras despesas operacionais	31	2c.7.8	2.007	(1.686)	322
			<b>211.939</b>	<b>126.480</b>	<b>338.419</b>
<b>Resultado operacional</b>					
			<b>211.939</b>	<b>126.480</b>	<b>338.419</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>					
Receitas financeiras	32		4.551	-	4.551
Despesas financeiras	33	2c.2. 3	105	-	105
			<b>4.656</b>	<b>-</b>	<b>4.656</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
			<b>216.595</b>	<b>126.480</b>	<b>343.075</b>
Imposto de renda e contribuição social	34	2c.2	(1.702)	-	(1.702)
			<b>214.893</b>	<b>126.480</b>	<b>341.373</b>
<b>Lucro líquido do período</b>					
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>					
			-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					
			<b>214.893</b>	<b>126.480</b>	<b>341.373</b>
<b>Atribuível a:</b>					
<b>Acionistas da Companhia</b>					
			<b>214.893</b>	<b>126.480</b>	<b>341.373</b>

**D.10. RECONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

	Nota	Nota ajuste	CONSOLIDADO		
			Demonstração do resultado em 31/12/09 divulgada	Ajustes/reclassificações conforme CPC's/IFRS	Demonstração do resultado em 31/12/09 reapresentada
Receita operacional líquida	27		13.105.935	52.199	13.158.134
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	2c.2, 3 e 5	(6.723.182)	50.813	(6.672.369)
<b>Lucro bruto</b>			<b>6.382.753</b>	<b>103.012</b>	<b>6.485.765</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Comercialização	29		(4.450.079)	13.328	(4.436.751)
Gerais e administrativas	30	2c.7.8 e 9	(1.070.536)	37.098	(1.033.438)
Outras despesas operacionais	31	2c.7.8	(385.113)	(77.001)	(462.114)
			(5.905.728)	(26.575)	(5.932.303)
Resultado operacional			477.025	76.437	553.462
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	32		834.126	(298)	833.828
Despesas financeiras	33	2c.2 e 3	(1.090.742)	11.799	(1.078.943)
			(256.616)	11.501	(245.115)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			<b>220.409</b>	<b>87.938</b>	<b>308.347</b>
Imposto de renda e contribuição social	34	2c.2	(5.516)	38.542	33.026
<b>Lucro líquido do período</b>			<b>214.893</b>	<b>126.480</b>	<b>341.373</b>
Outros componentes do resultado abrangente					
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>			<b>214.893</b>	<b>126.480</b>	<b>341.373</b>
Atribuível a:					
<b>Acionistas da Companhia</b>			<b>214.893</b>	<b>126.480</b>	<b>341.373</b>

### E. Reconciliação das Informações Trimestrais – ITR

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 656, a Companhia optou por não reapresentar as Informações Trimestrais – ITRs nesta data. Conseqüentemente, de forma a cumprir com os requerimentos da referida Instrução, apresenta a seguir a reconciliação do patrimônio líquido e o resultado dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010 e 2009:

#### E.1. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA DOS PERÍODOS REAPRESENTADOS

	NOTA	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
<b>Patrimônio líquido divulgado</b>		<b>8.552.155</b>	<b>8.419.090</b>	<b>8.317.615</b>
Combinação de negócios aquisição Intelig	2c.4	280.327	280.327	280.327
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556	157.556
Equivalência patrimonial	2c.6	(68.067)	(89.870)	(114.438)
Outros	2c.4	(3.547)	(3.547)	(3.547)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>		<b>8.918.424</b>	<b>8.763.556</b>	<b>8.637.513</b>

	NOTA	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
<b>Patrimônio líquido divulgado</b>		<b>7.696.795</b>	<b>7.631.195</b>	<b>7.646.442</b>
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556	157.556
Equivalência patrimonial	2c.6	(205.822)	(224.378)	(243.219)
Outros	2c.4	(3.547)	(3.547)	(3.547)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>		<b>7.644.982</b>	<b>7.560.826</b>	<b>7.557.232</b>

## E.2. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DOS PERÍODOS REAPRESENTADOS

	NOTA	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
<b>Patrimônio líquido divulgado</b>		<b>8.546.504</b>	<b>8.413.439</b>	<b>8.312.043</b>
Combinação de negócios aquisição Intelig	2c.4	280.327	280.327	280.327
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556	157.556
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	(85.593)	(93.728)	(102.423)
Ativo diferido	2c.5	(82.442)	(91.954)	(101.467)
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	24.674	21.446	18.070
Imobilizado a valor justo	2c.4	17.055	12.541	6.482
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	58.239	61.825	64.900
Outros	2c.8	(3.547)	(3.547)	(3.547)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>		<b>8.912.773</b>	<b>8.757.905</b>	<b>8.631.941</b>

	NOTA	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
<b>Patrimônio líquido divulgado</b>		<b>7.696.795</b>	<b>7.631.195</b>	<b>7.646.442</b>
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556	157.556
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	(119.741)	(128.857)	(138.274)
Ativo diferido	2c.5	(120.492)	(130.004)	(139.517)
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	12.478	10.083	7.697
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	21.933	24.400	26.875
Outros	2c.8	(3.547)	(3.547)	(3.547)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>		<b>7.644.982</b>	<b>7.560.826</b>	<b>7.557.232</b>

### E.3. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA DOS PERÍODOS REAPRESENTADOS

	NOTA	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
<b>Lucro líquido divulgado</b>		<b>261.717</b>	<b>136.997</b>	<b>35.522</b>
Equivalência patrimonial	2c.8	71.002	49.199	24.631
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>332.719</b>	<b>186.196</b>	<b>60.153</b>

	NOTA	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
<b>Prejuízo divulgado</b>		<b>(98.450)</b>	<b>(159.261)</b>	<b>(144.014)</b>
Equivalência patrimonial	2c.6	43.025	24.469	5.628
<b>Prejuízo ajustado</b>		<b>(55.425)</b>	<b>(134.792)</b>	<b>(138.386)</b>

### E.4. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DOS PERÍODOS REAPRESENTADOS

	NOTA	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
<b>Lucro líquido divulgado</b>		<b>256.066</b>	<b>131.346</b>	<b>29.950</b>
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	25.389	17.254	8.559
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	28.537	19.025	9.512
Ativo diferido	2c.5	9.675	6.447	3.071
Imobilizado a valor justo	2.c 4	17.055	12.541	6.482
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	(9.654)	(6.068)	(2.993)
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>327.068</b>	<b>180.545</b>	<b>54.581</b>

	NOTA	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
<b>Prejuízo divulgado</b>		<b>(98.450)</b>	<b>(159.261)</b>	<b>(144.014)</b>
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	28.296	19.180	9.763
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	(6.390)	(8.785)	(11.171)
Ativo diferido	2c.5	28.537	19.025	9.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	(7.418)	(4.951)	(2.476)
<b>Prejuízo ajustado</b>		<b>(55.425)</b>	<b>(134.792)</b>	<b>(138.386)</b>

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (BRGAAP/IFRS).

### A. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas.

### B. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras possuem vencimento superior a três meses da data do balanço e são registradas pelo seu valor justo, como ativo circulante e não circulante na data dos balanços.

### C. Ativos e passivos financeiros

#### C.1. Ativos financeiros

##### C.1.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### (A) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não utiliza contabilidade de “hedge”.

#### (B) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do

balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber”.

#### C.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “outros ganhos (perdas), líquidos” no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

### C.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### C.1.4. *Impairment* de ativos financeiros

#### (A) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- > Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- > Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- > A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- > Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- > O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- > Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

(I) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

(II) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

### c.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros: os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos e empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Nesta categoria encontram-se basicamente os instrumentos financeiros derivativos



Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

#### D. Contas a receber

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações são registradas pelo preço praticado na data da prestação do serviço. Inclui também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços, valores a receber de uso da rede (interconexão) e valores a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares e acessórios.

#### E. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma provisão é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável.

#### F. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. São apropriadas ao resultado na medida em que incorrem.

#### G. Investimentos

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

#### H. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, e do impairment, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e do seu valor residual (nota 16). A Companhia reconhece seus ativos por componente individualizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece como provisão para futura desmobilização de ativos o valor presente dos custos estimados a serem incorridos pela desmontagem e remoção de torres de telefonia celu-

lar e equipamentos em imóveis alugados. A contrapartida desta provisão é reconhecida no imobilizado, e a depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos correspondentes ativos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. O registro desta obrigação é feito conforme o ICPC 12 – Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares (equivalente ao IFRIC 1).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas/despesas, líquidas” na demonstração do resultado.

#### I. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e impairment, caso aplicável, e reflete: (I) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências, (II) software em uso e/ou desenvolvimento, e (III) subsídio na venda de aparelhos e mini modems. Inclui também o ágio.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear ao longo da vida útil dos ativos, correspondente a quinze anos para bandas de radiofrequência, cinco anos para software e quinze anos para autorizações.

As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente para refletir as mudanças tecnológicas.

#### Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

### Software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada,

### Subsídio na venda de aparelhos e mini modems

A Companhia oferece subsídio na venda de aparelhos e mini *modems* a clientes pós-pagos formalizados através de contratos. Estes recursos despendidos são registrados como ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38/CPC 04.

O subsídio na venda de aparelhos e mini *modems* a assinantes do sistema pós-pago são diferidos e amortizados pelo prazo mínimo do contrato de serviço assinado pelos clientes (12 meses). A multa contratual para clientes que cancelarem as assinaturas ou migrarem para o sistema

pré-pago antes do término dos contratos é invariavelmente superior ao subsídio concedido na venda dos aparelhos e mini *modems*.

### J. Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados pelo menos anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

### K. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### L. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do

empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### M. Provisões

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### N. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, sendo reconhecidos na demonstração do resultado. Não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda diferido é determinado, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade

de de que lucro real futuro e a base de contribuição social estejam disponíveis e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido e a contribuição social são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda e as contribuições sociais diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda e as contribuições sociais diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda e as contribuições sociais incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A TIM Celular, através dos Laudos Constitutivos 0144/2003 e 0232/2003, emitidos em 31 de março de 2003 pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, tornou-se beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (I) redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano fiscal de 2002 até 2011, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da implantação de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular digital; e (II) redução de 37,5%, 25% e 12,5% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2003, 2004 a 2008 e 2009 a 2013, respectivamente, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular analógica.

#### O. Provisão para contingências

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos internos e externos, e da administração da Companhia por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis, sendo as perdas possíveis objeto de divulgação e as perdas remotas não são divulgadas.

#### P. Reconhecimento das receitas

A receita de serviços de telefonia móvel basicamente compreende assinaturas mensais, utilização dos minutos, encargos de *roaming* e chamadas de longa distância e são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e seu valor possa ser mensurado de forma confiável.

#### > Receitas de serviços prestados

A receita de serviços de telefonia celular é reconhecida com base em minutos de utilização processados, líquida de créditos e ajustes relativos a descontos concedidos sobre os serviços. Essas receitas somente são reconhecidas quando o resultado do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável. Os faturamentos são reconhecidos mensalmente e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas por seus valores brutos dos valores devidos a outras operadoras de telecomunicações. As receitas de serviços do sistema pré-pago são reconhecidas quando os serviços são prestados aos clientes com base nos minutos utilizados. Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da utilização desses serviços pelos clientes.

#### > Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-móveis e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade são transferidos para o comprador. Uma parcela dessas vendas de aparelhos é relativa a contratos com prazo contratual mínimo de 12 meses e incluem multa de rescisão. Para estes contratos, o custo de aquisição subsidiado do aparelho é capitalizado no grupo de "Ativos intangíveis".

#### **Q. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego**

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

#### **R. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outros ganhos/(perdas), líquidos".

#### **S. Participação no resultado**

A Companhia e suas controladas provisionam mensalmente a participação de empregados no resultado, em função de metas divulgadas a seus colaboradores e aprovadas pelo Conselho de Administração, estando tais valores registrados como despesa de pessoal, alocada nas contas de resultado de acordo com o centro de custo de origem do empregado.

#### **T. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### **U. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações do IFRSAs**

normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

> IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

> IAS 24 Revisado (revisado), “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

> A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relaciona-

das do governo. a Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. a Companhia está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

> O IFRIC 19, “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais” está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. a Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo ou da controladora.

## 4 Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentaram um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

### (A) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### (B) Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido)

O Imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças

temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.

### (C) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

### (D) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração.

### (E) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Caixa e bancos	240	95	119	104.024	350.225	272.918
Aplicações financeiras:						
CDB	5.776	35.863	35.849	2.272.208	2.062.799	1.258.625
	6.016	35.958	35.968	2.376.232	2.413.024	1.531.543

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos e podem ser negociados a qualquer momento dentro do prazo contratado.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
CDB	117	42	4.019	31.561	162.292	32.650
Títulos públicos federais	308	340	308	308	340	309
Fundo de investimento em cotas	-	-	-	-	80	-
	425	382	4.327	31.869	162.712	32.959
Parcela circulante	(9)	(40)	(4.016)	(18.177)	(146.145)	(23.048)
Parcela não circulante	416	342	311	13.692	16.567	9.911

A remuneração média das aplicações da Companhia é de 100,73 % da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo significativo da rentabilidade reconhecida, exceto as aplicações de longo prazo que se encontram restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

## 7. CONTAS A RECEBER

	CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Serviços faturados	887.138	948.066	831.762
Serviços a faturar	624.962	560.080	560.513
Uso de rede	596.166	606.819	867.426
Venda de mercadorias	935.105	738.821	708.176
Outras contas a receber	110.895	39.513	29.581
	<b>3.154.266</b>	<b>2.893.299</b>	<b>2.997.458</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(369.043)	(408.606)	(362.103)
	<b>2.785.223</b>	<b>2.484.693</b>	<b>2.635.355</b>
Parcela circulante	(2.748.411)	(2.443.424)	(2.635.355)
Parcela não circulante	36.812	41.269	-

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Saldo inicial	408.606	362.103	455.939
Saldo de companhia adquirida	-	106.284	-
Constituição de provisão	310.497	422.163	748.833
Baixas da provisão	(350.060)	(481.944)	(842.669)
<b>Saldo final</b>	<b>369.043</b>	<b>408.606</b>	<b>362.103</b>

Os valores justos das contas a receber apresentam-se como segue:

	CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Serviços de telefonia	3.043.371	2.853.786	2.967.877
Outras contas a receber	110.895	39.513	29.581
	<b>3.154.266</b>	<b>2.893.299</b>	<b>2.997.458</b>



A idade do contas a receber apresenta-se como segue:

	CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
A vencer	2.237.402	1.968.323	2.003.372
Vencidos até 30 dias	160.621	86.584	19.128
Vencidos até 60 dias	58.678	18.371	2.507
Vencidos até 90 dias	343.810	332.053	395.309
Vencidos a mais de 90 dias	353.755	487.968	577.142
	<b>3.154.266</b>	<b>2.893.299</b>	<b>2.997.458</b>

## 8. ESTOQUES

	CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Aparelhos celulares	205.381	370.426	517.436
Acessórios e cartões pré-pagos	12.887	23.347	24.393
TIM "chips"	21.516	21.875	27.859
	<b>239.784</b>	<b>415.648</b>	<b>569.688</b>
Provisão para ajuste ao valor de realização	(11.130)	(9.214)	(21.174)
	<b>228.654</b>	<b>406.434</b>	<b>548.514</b>

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES INDIRETOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO		
	2010	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS	-	679.350	642.272	470.766
Outros	1	2.797	2.375	-
	1	682.147	644.647	470.766
Parcela circulante	(1)	(494.036)	(464.615)	(314.627)
Parcela não circulante	-	188.111	180.032	156.139

A parcela registrada no longo prazo refere-se basicamente ao ICMS sobre o ativo imobilizado das companhias controladas.

**10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIRETOS A RECUPERAR**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda e contribuição social	8.375	7.330	7.322	262.647	170.736	100.590
PIS / COFINS	-	-	-	211.255	292.876	223.886
Outros	377	1.006	2	27.393	18.787	35.086
	8.752	8.336	7.324	501.295	482.399	359.562
Parcela circulante	(380)	(1.005)	(1.067)	(361.929)	(440.693)	(288.726)
<b>Parcela não circulante</b>	<b>8.372</b>	<b>7.331</b>	<b>6.257</b>	<b>139.366</b>	<b>41.706</b>	<b>70.836</b>

A Companhia e a TIM Celular possuem ações contra a Lei nº. 9.718/98 declarando a inconstitucionalidade dessa Lei no que tange ao alargamento da base de cálculo dos tributos ali tratados, impedindo a cobrança de PIS e COFINS sobre receitas que não sejam decorrentes do faturamento da empresa. No entanto, ainda não obtiveram decisão judicial favorável final e por esse motivo nenhum registro de crédito de PIS e COFINS foi efetuado. A administração, porém, entende como provável a chance de desfecho favorável dessas causas às Companhias. Os montantes envolvidos são de R\$ 19.039 e R\$ 44.302, respectivamente, atualizados monetariamente.

**11. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Prejuízo fiscal	8.764	7.798	4.843	1.669.112	1.719.136	1.649.882
Base negativa de contribuição social	3.220	2.872	1.744	600.852	619.081	593.924
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	126.003	139.501	123.115
Operações com derivativos	-	-	-	48.853	28.240	(110.266)
Provisão para contingências	1.367	1.359	2.217	84.679	110.333	86.146
Depreciação acelerada de equipamentos TDMA	-	-	-	11.419	17.522	30.921
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	-	24.660	26.602	29.130
Imposto de renda diferido s/ajustes CPC's (nota 3)	53.569	53.569	53.569	193.674	215.870	148.262
Deposito judicial FISTEL		-	-	19.069		-
Imposto de renda e contribuição social sobre saldos de valor justo do imobilizado decorrente de combinação de negócios (Nota 2c.4)	-	-	-	(83.708)	(96.154)	-
Outros	1.787	1.626	6.150	18.431	(8.478)	33.839
	68.707	67.224	68.523	2.713.044	2.771.653	2.584.953
Provisão para desvalorização de créditos fiscais	(68.707)	(67.224)	(68.523)	(1.064.020)	(2.570.320)	(2.395.388)
	-	-	-	1.649.024	201.333	189.565
Parcela imposto ativo diferido	-	-	-	1.732.732	297.487	189.565
<b>Parcela imposto passivo diferido</b>				(83.708)	(96.154)	-

## TIM CELULAR

A controlada TIM Celular, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração e revisado pelo conselho fiscal, reconheceu em 2010 a totalidade dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. De forma similar a 2009, a Companhia avaliou o reconhecimento dos créditos fiscais sob a perspectiva de probabilidade de recuperação, tendo registrado os créditos fiscais para aquela parcela considerada como sendo provável de recuperação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os seguintes principais fatores suportam esta avaliação da Companhia:

- Redução significativa das incertezas no ambiente macroeconômico;
- Melhoria substancial dos indicadores de desempenho, tanto no âmbito financeiro como operacional, resultado de ações tomadas pela Companhia ao longo do exercício relativas à reformulação de seu portfólio de produtos e serviços e estratégia diferenciada de preços e subsídios;
- Resultado da consolidação das operações entre as companhias do Grupo, que gerou uma maior eficiência operacional e tributária

Estes fatores, aliados ao robusto resultado apresentado pela Companhia e a revisão de suas projeções, levam a um cenário de menor incerteza em relação ao reconhecimento dos créditos tributários.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a TIM Celular estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

2011	399.796
2012	274.580
2013	277.114
2014	252.119
2015	244.312
2016 em diante	284.811
	1.732.732

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2010. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

## INTELG

Baseado nas projeções dos lucros tributáveis futuros e considerando a existência de histórico de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a controlada Intelig concluiu pela existência de incertezas relacionadas à recuperabilidade dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social e conseqüentemente não reconheceu o respectivo ativo de imposto de renda diferido. Os montantes deste crédito são de R\$ 923.907 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 882.016 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 871.080 em 01 de janeiro de 2009.

**12. DESPESAS ANTECIPADAS**

	CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Aluguéis e seguros	26.930	17.220	14.069
Propagandas não veiculadas	80.293	9.540	1.907
Outros	1.165	7.777	18.677
	108.388	34.537	34.653
Parcela circulante	(93.768)	(24.690)	(20.960)
<b>Parcela não circulante</b>	<b>14.620</b>	<b>9.847</b>	<b>13.693</b>

**13. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Cível	9.430	431	95	112.175	97.826	34.869
Trabalhista	11.304	11.191	4.923	103.092	68.586	50.462
Tributário (*)	7	8	449	170.148	61.109	58.593
Regulatório	-	-	-	104	-	-
	20.741	11.630	5.467	385.519	227.521	143.924

(\*) Foi publicada, em abril de 2008, a Lei Federal nº. 11.652, que visa a cobrança da contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública à EBC – Empresa Brasil de Comunicação. O entendimento da empresa é de que a Lei é inconstitucional uma vez que a contribuição instituída não se reveste das características necessárias à instituição válida de qualquer tributo previsto na Constituição Federal. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da TIM Celular e em março de 2010 foram realizados depósitos judiciais referentes à contribuição de 2010, no montante de R\$56.086. Para este depósito judicial há provisão constituída de mesmo valor registrada no grupo de “Impostos indiretos e contribuições a pagar” no passivo não circulante. O mandado de segurança está pendente de julgamento em primeira instância judicial, tendo sido avaliado pelos advogados internos e externos como risco de perda provável.

**14. OUTROS ATIVOS**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	61.403	81.210	11.958
Adiantamentos a empregados	2	-	-	4.879	5.723	5.712
Incentivos fiscais	-	-	-	13.533	13.358	14.260
Outros direitos	1.172	135	215	36.539	5.862	2.177
	1.174	135	215	116.354	106.253	34.107
Parcela circulante	(1.174)	(135)	(215)	(98.591)	(94.390)	(26.839)
<b>Parcela não circulante</b>	-	-	-	17.763	11.863	7.268

**15. Investimentos - Controladora**
**(A) PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS**

	2010		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	31.506.833.561	3.2798.157.267	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	9.435.865	717.372	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.243.627	(22.356)	2.221.271
Resultado de equivalência patrimonial	2.243.627	(22.356)	2.221.271
Valor do investimento	9.419.984	717.372	10.137.356
Reserva especial de ágio	15.881	-	15.881
<b>Valor do investimento</b>	9.435.865	717.372	10.153.237

	2009		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	31.506.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	7.834.075	739.729	
Lucro líquido do exercício	351.452	-	351.452
Resultado de equivalência patrimonial	351.452	-	351.452
Valor do investimento	7.818.194	739.729	8.557.923
Reserva especial de ágio	15.881		15.881
<b>Valor do investimento</b>	<b>7.834.075</b>	<b>739.729</b>	<b>8.573.804</b>

**(B) MUTAÇÃO DO INVESTIMENTO EM EMPRESAS CONTROLADAS**

	TIM CELULAR	INTELIG	TOTAL
<b>Saldo do investimento em 01 de janeiro de 2009</b>	<b>7.671.063</b>	<b>-</b>	<b>7.540.021</b>
Resultado de equivalência patrimonial	351.452	-	351.452
Dividendos complementares de 2008	(131.042)		(131.042)
Destinação de dividendos	(57.398)	-	(190.000)
Aquisição Intelig	-	739.729	739.729
<b>Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>7.834.075</b>	<b>739.729</b>	<b>8.573.804</b>
Resultado de equivalência patrimonial	2.243.627	(22.356)	2.221.271
Dividendos complementares de 2009	(132.602)	-	(132.602)
Destinação de dividendos	(509.235)	-	(509.235)
<b>Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>9.435.865</b>	<b>717.373</b>	<b>10.153.238</b>

## 16. Imobilizado

### (A) MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2010
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	8.538.467	-	(2.545)	892.907	9.428.829
Cabos de fibra ótica	463.384	-	-	3.054	466.438
Aparelhos em comodato	1.212.042	-	(72.687)	186.713	1.326.068
Infra-estrutura	2.049.973	-	(39)	161.795	2.211.729
Bens de informática	1.106.637	-	-	49.994	1.156.631
Bens de uso geral	432.980	-	(1.862)	26.710	457.828
Terrenos	37.622	-	-	553	38.175
Obras em andamento	654.045	1.745.985	-	(1.321.726)	1.078.304
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>14.495.150</b>	<b>1.745.985</b>	<b>(77.133)</b>	<b>-</b>	<b>16.164.002</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(5.763.613)	(858.360)	2.111	-	(6.619.862)
Cabos de fibra ótica	-	(30.934)	-	-	(30.934)
Aparelhos em comodato	(865.764)	(291.786)	45.442	-	(1.112.108)
Infra-estrutura	(1.137.850)	(150.734)	5.869	-	(1.282.715)
Bens de informática	(950.838)	(79.676)	905	-	(1.029.609)
Bens de uso geral	(183.313)	(37.164)	(4.574)	-	(225.051)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(8.901.378)</b>	<b>(1.448.654)</b>	<b>49.753</b>	<b>-</b>	<b>(10.300.279)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	2.774.854	(858.360)	(434)	892.907	2.808.967
Cabos de fibra ótica	463.384	(30.934)	-	3.054	435.504
Aparelhos em comodato	346.278	(291.786)	(27.245)	186.713	213.960
Infra-estrutura	912.123	(150.734)	5.830	161.795	929.014
Bens de informática	155.799	(79.676)	905	49.994	127.022
Bens de uso geral	249.667	(37.164)	(6.436)	26.710	232.777
Terrenos	37.622	-	-	553	38.175
Obras em andamento	654.045	1.745.985	-	(1.321.726)	1.078.304
<b>Total Imobilizado Líquido</b>	<b>5.593.772</b>	<b>297.331</b>	<b>(27.380)</b>	<b>-</b>	<b>5.863.723</b>



**CONTINUAÇÃO**

	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferência	Saldo Intelig	Saldo em 31/12/2010
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>						
Equipamentos de comutação / transmissão	7.726.698	563	-	563.332	248	8.538.467
Cabos de fibra ótica	-	-	-	-	463.384	463.384
Aparelhos em comodato	955	381	(123)	380.566	-	1.212.042
Infra-estrutura	1.930.992	118	-	118.293	688	2.049.973
Bens de informática	1.066.639	30	-	29.787	10	1.106.637
Bens de uso geral	352	56	(73)	55.815	26	433
Terrenos	27.790	184	-	184	9.648	37.622
Obras em andamento	277	355	-	(1.147.977)	23	654
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>12.334.725</b>	<b>1.502.720</b>	<b>(123.14)</b>	<b>-</b>	<b>780.845</b>	<b>14.495.150</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Equipamentos de comutação / transmissão	(4.994.315)	(769.344)	46	-	-	(5.763.613)
Cabos de fibra ótica	-	-	-	-	-	-
Aparelhos em comodato	(637.697)	(312.67)	84.603	-	-	(865.764)
Infra-estrutura	(984.322)	(153.528)	-	-	-	(1.137.850)
Bens de informática	(822.231)	(128.607)	-	-	-	(950.838)
Bens de uso geral	(142.36)	(41.01)	57	-	-	(183.313)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(7.580.925)</b>	<b>(1.405.159)</b>	<b>84.706</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.901.378)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>						
Equipamentos de comutação / transmissão	2.732.383	(206)	46	563.332	248	2.774.854
Cabos de fibra ótica	-	-	-	-	463.384	463.384
Aparelhos em comodato	317	68	(38)	380.566	-	346
Infra-estrutura	947	(35)	-	118.293	688	912
Bens de informática	244	(99)	-	29.787	10	156
Bens de uso geral	209	15	-	55.815	26	250
Terrenos	27.79	184	(16)	184	9.648	37.622
Obras em andamento	277	355	-	(1.147.977)	23	654
<b>Total Imobilizado Líquido</b>	<b>4.753.800</b>	<b>97.561</b>	<b>(38.434)</b>	<b>-</b>	<b>780.845</b>	<b>5.593.772</b>

**(B) TAXAS DE DEPRECIAÇÃO**

	<b>TAXA MÉDIA ANUAL %</b>
Equipamentos de Comutação/ Transmissão	8 à 14,29
Cabos de fibra ótica	4 à 10
Aparelhos em Comodato	50
Infra-Estrutura	4 à 10
Bens de Informática	20
Bens de Uso Geral	4 à 10

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

**Tecnologias em operação**

As companhias controladas operam sua rede de prestação de serviços nas tecnologias, GSM e 3G. Em 31 de dezembro 2010, nenhuma provisão para perda em relação à recuperação do ativo imobilizado foi considerada necessária.

**17. Intangível**

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ágio e outros, são demonstrados como segue:

**(A) MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL**

<b>CONSOLIDATED</b>					
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 31/12/2010
<b>Custo do Intangível Bruto</b>					
Direito de uso de softwares	6.115.624	-	746.174	-	6.861.798
Licenças de concessão	4.266.301	-	-	-	4.266.301
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.521.244	-	290.336	-	1.811.580
Bens e instalações em andamento	16.508	1.089.775	(1.036.510)	-	69.773
Ágio	367.571	-	-	-	367.571
Outros ativos	33.181	-	-	-	33.181
<b>Total Intangível Bruto</b>	<b>12.320.429</b>	<b>1.089.775</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.410.204</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Direito de uso de softwares	(4.075.570)	(794.858)	-	173	(4.870.255)
Licenças de concessão	(1.943.627)	(302.517)	-	-	(2.246.144)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(1.307.664)	(441.366)	-	-	(1.749.030)
Outros ativos	(2.856)	(6.066)	-	(5)	(8.927)
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(7.329.717)</b>	<b>(1.544.807)</b>	<b>-</b>	<b>168</b>	<b>(8.874.356)</b>
<b>Intangível Líquido</b>					
Direito de uso de softwares	2.040.054	(794.858)	746.174	173	1.991.543
Licenças de concessão	2.322.674	(302.517)	-	-	2.020.157
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	213.580	(441.366)	290.336	-	62.550
Bens e instalações em andamento	16.580	1.089.775	(1.036.510)	-	69.773
Ágio	367.571	-	-	-	367.571
Outros ativos	30.325	(6.066)	-	(5)	24.254
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>4.990.712</b>	<b>(455.032)</b>	<b>-</b>	<b>168</b>	<b>4.535.848</b>

**CONSOLIDADO**

	Saldo em 01/01/2009	Adições	Transferências	Baixas	Saldo Intelig	Saldo em 31/12/2009
<b>Custo do Intangível Bruto</b>						
Direito de uso de softwares	4.831.979	-	752.939		530.706	6.115.624
Licenças de concessão	4.079.741	-	-		186.560	4.266.301
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.037.887	-	483.357		-	1.521.244
Bens e instalações em andamento	84.554	1.168.250	(1.236.296)		-	16.580
Ágio	157.556	-	-		210.015	367.571
Outros ativos	3.040	-	-		30.141	33.181
<b>Total Intangível Bruto</b>	<b>10.194.757</b>	<b>1.168.250</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>957.422</b>	<b>12.320.429</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Direito de uso de softwares	(2.744.240)	(810.984)	-	(2.170)	(518.176)	(4.075.570)
Licenças de concessão	(1.557.176)	(293.069)	-	-	(93.382)	(1.943.627)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(903.022)	(404.642)	-	-	-	(1.307.664)
Outros ativos	(2.744)	(112)	-	-	-	(2.856)
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(5.207.182)</b>	<b>(1.508.807)</b>	<b>-</b>	<b>(2.170)</b>	<b>(611.558)</b>	<b>(7.329.717)</b>
<b>Intangível Líquido</b>						
Direito de uso de softwares	2.087.739	(810.984)	752.939	(2.170)	12.530	2.040.054
Licenças de concessão	2.522.565	(293.069)	-	-	93.178	2.322.674
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	134.865	(404.642)	483.357	-	-	213.580
Bens e instalações em andamento	84.554	1.168.250	(1.236.296)	-	-	16.580
Ágio	157.556	-	-	-	210.015	367.571
Outros ativos	296	(112)	-	-	30.141	30.325
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>4.987.575</b>	<b>(340.557)</b>	<b>-</b>	<b>(2.170)</b>	<b>345.864</b>	<b>4.990.712</b>

**(B) TAXAS DE AMORTIZAÇÃO**

	TAXA MÉDIA ANUAL %
Direito de uso de softwares	20
Licenças de concessão	5 a 20
Outros ativos	20

Os subsídios na venda de aparelhos e mini modems possuem um prazo de amortização de 12 meses.

**Teste de impairment de ativos intangíveis com vida útil indefinida**

A Companhia efetua pelo menos anualmente o teste de recuperabilidade dos ágios registrados com expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos foram efetuados com base no fluxo de caixa descontado que teve como parâmetros as premissas contidas no Plano Industrial da Companhia de 10 anos e utilizaram taxas de crescimento compatíveis com o mercado em que a Companhia opera e taxa de desconto de 10% a.a. Os resultados desses testes não indicaram nenhuma necessidade de provisão contábil.

**18. FORNECEDORES**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
<b>Moeda nacional</b>						
Fornecedores de materiais e serviços	1.296	1.418	759	2.673.885	2.593.278	2.654.599
Interconexão (a)	-	-	-	210.307	220.518	306.225
Roaming (b)	-	-	-	240	274	846
Co-billing (c)	-	-	-	91.870	118.684	177.008
	1.296	1.418	759	2.976.302	2.932.754	3.138.678
<b>Moeda estrangeira</b>						
Fornecedores de materiais e serviços	-	4.400	9	71.994	100.690	131.610
Roaming (b)	-	-	-	55.173	66.538	58.426
	-	4.400	9	127.167	167.228	190.036
<b>Parcela Circulante</b>	1.296	5.818	768	3.103.469	3.099.982	3.328.714

(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO

	CONSOLIDADO			
	Garantias	31.12.10	31.12.09	01.01.09
<b>Moeda nacional</b>				
<p><b>Banco do Nordeste:</b> financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos. Este empréstimo é objeto de operações de swap, com objetivo de proteção que transforma seu custo em % da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) de 76,90%.</p>	Fiança bancária	24.825	40.950	56.830
<p><b>Banco do Nordeste:</b> financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos. Este empréstimo é objeto de operações de swap, com objetivo de proteção que transforma seu custo em % da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que vai de 75,75% até 69,80%.</p>	Fiança bancária e Aval da TIM Participações	36.508	54.861	71.603
<p><b>Banco do Nordeste:</b> financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.</p>	Fiança bancária e Aval da TIM Participações	56.917	68.063	45.287
<p><b>BNDES</b> (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social): sobre os valores incide uma taxa média de 4,23% a.a., além da variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) divulgada pelo Banco Central do Brasil. Parte desse financiamento em "TJLP" foi objeto de swap para 91,43% da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).</p>	Fiança da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular.	583.498	802.310	1.019.898
<p><b>BNDES</b> (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social): sobre 82,8% de parte dos valores "incentivados", incide uma taxa de juros média de aproximadamente 2,34% a.a., além da TJLP (taxa de juros de longo prazo), divulgada pelo Banco Central do Brasil e sobre 17,2% dos valores "não incentivados", incide uma taxa de juros composta de IPCA mais o custo de captação BNDES.</p>	Fiança da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular	949.902	657.727	270.496
<p><b>BNDES</b> (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social): sobre o valor incide uma taxa de 4,5% a.a.. Este empréstimo faz parte do programa denominado PSI (Programa de Sustentação de Investimento)</p>	Fiança da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular	70.097	-	-
<p><b>BNDES</b> (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social): sobre os valores incide uma taxa de juros média de 3% a.a., além da variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) divulgada pelo Banco Central do Brasil. Parte desse financiamento em "TJLP" foi objeto de swap para 81,80% da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).</p>	Fiança bancária	10.569	23.252	35.892
<p><b>BNDES</b> (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social): sobre os valores incide uma taxa de juros média de 4,82% a.a., além da variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) divulgada pelo Banco Central do Brasil. Este empréstimo faz parte do programa denominado PEC (Programa Especial de Crédito).</p>	Fiança da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular.	407.268	407.373	-

**CONTINUA**

<b>Empréstimo Sindicalizado</b> O saldo devedor é atualizado pela variação da taxa do CDI, acrescido da sua respectiva margem aplicável em 1,80% e 2,75% do CDI a.a.	Aval da TIM Participações	590.440	628.747	
<b>CCB:</b> Empréstimo bancário em moeda nacional, contratado junto ao Banco Santander para cobertura de capital de giro. Seu custo é de 110% da taxa diária do CDI.	N.A.	204.957	203.750	205.634
<b>Resolução 2770:</b> Financiamento bancário com custo de 108% do CDI.	N.A.	165.901	516.517	1.214.832
<b>Moeda estrangeira</b>				
<b>BEI:</b> O saldo devedor é atualizado pela taxa LIBOR 6M + Spread. Empréstimo em moeda estrangeira sendo 100% protegida da exposição cambial através de operações de Swaps com custo médio de 95,42% do CDI.	Fiança Bancária e Aval da TIM Participações	479.337	422.276	
<b>Banco BNP Paribas:</b> O saldo devedor é atualizado pela taxa LIBOR 6M+Spread. Este empréstimo em moeda estrangeira tem 80% do risco garantido pela seguradora "SACE S.p.A". Esta operação está 100% protegida da exposição cambial, através de operações de SWAP's com custo médio de 95,01% do CDI.	Aval da TIM Participações.	244.891	254.397	
<b>Banco Morgan Stanley:</b> Dívida no valor de USD 68.000.000.	Aval da TIM Celular	-	118.402	
<b>Total</b>		<b>3.234.670</b>	<b>4.159.958</b>	<b>3.549.219</b>
Parcela circulante		(957.549)	(1.417.363)	(1.482.705)
<b>Parcela não circulante</b>		<b>2.277.121</b>	<b>2.742.595</b>	<b>2.066.514</b>

Os empréstimos em moeda estrangeira contratados junto ao Banco BNP Paribas, com garantia do SACE e as Cédulas de Crédito Bancário (CCB) contratadas junto ao Banco Santander Brasil S.A. possuem cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo a todos os índices financeiros requeridos.

Os financiamentos da TIM Celular junto ao BNDES, obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel, também possui cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada vem atendendo os índices financeiros definidos.

Em Agosto de 2010, houve a liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI) no montante de R\$92.000. Esses recursos estão sendo utilizados para

a aquisição de máquinas e equipamentos em projetos de ampliação da capacidade de rede. Por se tratar de financiamento subsidiado pelo BNDES, isto é, com taxa de juros (4,5%a.a.) inferior as praticadas pelo mercado, esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais. Dessa forma, utilizando-se do método de juros efetivos definido pelo IAS39/CPC 38 Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração, foram feitas as seguintes considerações; foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). Com base neste comparativo, a subvenção concedida pelo BNDES ajustada a valor presente resultou em R\$22.772, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas Antecipadas Subvenções Governamentais LP", e será diferido pela vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "Outras Receitas de Subvenção".

As controladas da Companhia contrataram operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras e de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixados e TJLP.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

**CONSOLIDADO**

2012	623.409
2013	365.126
2014	215.141
2015	215.141
2016 em diante	858.304
	2.277.121

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros passivos não foram identificadas diferenças significativas entre os valores justos e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos serem contratados substancialmente com bancos de fomento, tais como o BNDES. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES e outros bancos de fomento. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos que incluem características próprias, em geral aplicando taxas que seriam aplicáveis a qualquer entidade, ajustadas apenas pelo risco específico de crédito das entidades e projetos envolvidos.



**20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Payroll taxes	10	16	15	31.522	30.156	26.235
Salaries and provisions payable	-	-	-	85.337	70.329	70.410
Employees' withholding	92	34	12	8.433	7.378	10.346
	102	50	27	125.292	107.863	106.991

**21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRETOS A RECOLHER**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS	-	-	-	419.294	470.311	400.766
Impostos e Taxas ANATEL	-	-	-	128.870	44.297	23.560
ISS	-	-	-	46.539	31.651	28.615
Outros	14	9	11	7.392	22.750	19.017
	14	9	11	602.095	569.009	471.958
Parcela circulante	(14)	(9)	(11)	(544.375)	(563.852)	(471.958)
Parcela não circulante	-	-	-	57.720	5.157	-

**22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIRETOS A RECOLHER**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda e contribuição social	-	-	6	289.659	99.007	67.263
PIS / COFINS	-	-	-	100.779	55.766	56.019
Outros	150	4	-	13.871	31.856	6.539
	150	4	6	404.309	186.629	129.821
Parcela circulante	(150)	(4)	(6)	(265.328)	(162.645)	(129.821)
Parcela não circulante	-	-	-	138.981	23.984	-

### 23. OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Serviços a prestar pré-pagos	-	-	-	264.147	134.053	103.769
Grupamento de ações (*)	20.347	20.366	20.447	20.347	20.366	20.447
Subvenções Governamentais (nota 19)	-	-	-	22.772	-	-
Outras obrigações	8.211	8.160	4.121	16.894	13.437	9.870
	<b>28.558</b>	<b>28.526</b>	<b>24.568</b>	<b>324.160</b>	<b>167.856</b>	<b>134.086</b>
Parcela circulante	(1.711)	(1.660)	(4.121)	(181.268)	(115.450)	(113.639)
<b>Parcela não circulante</b>	<b>26.847</b>	<b>26.866</b>	<b>20.447</b>	<b>142.982</b>	<b>52.406</b>	<b>20.447</b>

(\*) Em 30 de maio de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1.000 (mil) ações existentes para cada 1 (uma) ação da respectiva espécie. No período compreendido entre 01 de junho de 2007 a 02 de julho de 2007, os acionistas ajustaram suas posições acionárias em lotes de múltiplos de 1.000 (mil) ações, por espécie, mediante negociação privada, no mercado de balcão ou na Bolsa de Valores de São Paulo- BOVESPA, a seu livre e exclusivo critério.

(\*\*) Em Agosto de 2010, houve a liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI) no montante de R\$92.000. Esta operação enquadra-se no escopo do CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais. A subvenção concedida pelo BNDES ajustada a valor presente resultou em R\$22.772 e será diferida pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “Outras Receitas de Subvenção” (nota 19).

### 24. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios, registrando provisões quando a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas.

A provisão para contingências constituída está composta como segue:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Cível	-	35	422	40.531	91.801	97.988
Trabalhista	4.021	3.963	6.098	53.162	49.512	55.170
Tributária	-	-	-	145.099	159.105	76.762
Regulatória	-	-	-	10.265	24.090	23.450
	4.021	3.998	6.520	249.057	324.508	253.370

As variações na provisão para contingências encontram-se resumidas a seguir:

	31.12.09	ADIÇÕES, LÍQUIDAS DE REVERSÕES	PAGAMENTOS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31.12.10
Cível	91.801	43.866	(84.691)	(10.445)	40.531
Trabalhista	49.512	3.618	(267)	299	53.162
Tributária	159.105	(11.134)	(4.760)	1.888	145.099
Regulatória	24.090	(3.893)	(7.348)	(2.584)	10.265
	324.508	32.457	(97.066)	(10.842)	249.057

	01.01.09	SALDO COMPANHIA ADQUIRIDA	ADIÇÕES, LIQUIDAS DE REVERSÕES	PAGAMENTOS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31.12.09
Cível	97.988	7.113	73.061	(84.130)	(2.231)	91.801
Trabalhista	55.170	10.744	(11.436)	(3.713)	(1.253)	49.512
Tributária	76.762	116.490	(10.786)	(10.982)	(12.379)	159.105
Regulatória	23.450	5.760	(2.943)	(1.782)	(395)	24.090
	253.370	140.107	47.896	(100.607)	(16.258)	324.508

## Contingências Cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das companhias. A administração analisa cada procedimento judicial ou administrativo com o intuito de fazer um julgamento a respeito de eventual contingência, classificando esse risco como provável, possível ou remoto. Essa avaliação sempre toma por base a opinião dos advogados contratados e responsáveis pela condução das causas. Referida avaliação está sujeita a revisões periódicas, podendo, portanto ser alterada no decorrer do andamento dos processos, à vista de fatos ou eventos supervenientes, tais como mudanças de orientação jurisprudencial.

### Ações movidas por Consumidores

As Companhias controladas são partes em aproximadamente 69.890 ações (61.697 em 30 de junho de 2010), que se relacionam primordialmente a reclamações movidas por consumidores. Referidas ações tratam de matérias atinentes à relação entre as controladas e seus clientes, destacando-se os procedimentos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida. Para estas ações, a Companhia efetuou o provisionamento nos termos acima mencionados.

### Ações Coletivas

Há duas principais ações coletivas que merecem destaque envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como provável: **(I)** ação movida contra a TIM Celular, no estado da Bahia, visando à proibição da cobrança como longa distância das chamadas telefônicas originadas e recebidas entre as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA em virtude da existência de “áreas fronteiriças”; e **(II)** ação movida contra a TIM Celular no estado do Rio de Janeiro, que envolve impossibilidade de cobrança de multa de fidelização nos casos de roubo e furto de aparelho. Considerando que estas ações envolvem obrigações de fazer ou não-fazer e, tendo em vista a impossibilidade de quantificar de forma acurada eventuais contingências no atual estágio processual das ações, a administração não constituiu provisão com relação aos processos acima descritos.

## Contingências Trabalhistas

São contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas Reclamações Trabalhistas

Do total de 6.172 reclamações trabalhistas (5.192 em 30 de junho de 2010) movidas contra a Companhia e suas controladas, 79% referem-se a demandas que envolvem prestadores de serviços, com grande concentração de processos em determinadas empresas, notadamente em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife. Em decorrência da incorporação da HOLDCO pela TIM Participações, ocorrida em dezembro de 2009, existem 45 reclamações trabalhistas envolvendo TIM e Grupo Docas.

Em relação às reclamações de terceiros, parte das demandas decorre de projetos específicos de revisão de contratos com prestadores de serviços, os quais levaram, no ano de 2006, à rescisão de vários deles, com o conseqüente encerramento de atividades destas empresas e desligamentos. Outra parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (call center) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

A avaliação de chances de êxito e do valor de contingência está sujeita a revisões periódicas, motivadas por decisões proferidas no curso dos processos, em virtude de alterações normativas, ou de modificações em Orientações Jurisprudenciais e Súmulas proferidas pelos tribunais superiores.

A adequação da provisão trabalhista se baseou, principalmente, na concentração de esforços com o objetivo de intensificar o processo de padronização relativo à classificação dos riscos das reclamações trabalhistas envolvendo a Companhia e suas controladas, tendo em

vista o fato da gestão do contencioso trabalhista fazer uso de inúmeros métodos de análise processual e avaliação dos riscos existentes.

### Contingências Tributárias IR e CSLL

No ano de 2005, a TIM Celular recebeu autuações da Secretaria da Receita Federal de Minas Gerais no montante total de R\$126.933, relacionadas à: **(I)** tributação de variações monetárias decorrentes de operações de swap e variações cambiais relativas a empréstimos não liquidados, **(II)** cobrança de multa isolada, decorrente de falta de recolhimento da contribuição social sobre o lucro sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002 e parte do exercício de 2001, **(III)** suposta falta de recolhimento do imposto de renda de pessoa jurídica sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002, e **(IV)** remessa de juros ao exterior (IRRF) – denúncia espontânea sem pagamento de encargos moratórios.

A controlada está atualmente discutindo com as autoridades fiscais essas autuações e com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração havia concluído que as prováveis perdas a serem incorridas com esses processos seriam de R\$32.750, valor esse provisionado em 2005 na rubrica “Provisão para imposto de renda e contribuição social”.

Em setembro de 2009, a TIM Celular aderiu ao REFIS que previa a anistia de multa e juros e possibilidade de parcelamento de débitos de tributos federais. A TIM Celular decidiu por aderir parcialmente ao REFIS em relação a essas autuações e foi efetuado o pagamento no valor de R\$4.884 referente à parcela correspondente a exclusões ao lucro líquido antes da CSLL e variação cambial. O valor provisionado na rubrica “Provisão para imposto de renda e contribuição social” relativa a CSLL era de R\$8.547, sendo que o valor de R\$3.663, que corresponde à diferença entre o valor que havia sido provisionado e o valor efetivamente pago, foi revertido em favor da controlada.

A controlada permanece discutindo com as autoridades fiscais essas autuações, que atualmente totalizam R\$209.805, estando provisionado o valor de R\$24.203, valor este que a administração considera como perda provável.

### Contingências Regulatórias

Em decorrência do suposto descumprimento de alguns dispositivos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e de metas de qualidade definidas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o SMP (PGMQ-SMP) e para o STFC, foram instaurados pela ANATEL alguns Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações – PADO em face das companhias controladas.

As companhias controladas têm envidado todos os seus esforços e apresentado as argumentações necessárias para não serem sancionadas. Tais argumentos, que na maioria das vezes são técnicos e jurídicos, podem colaborar para uma redução significativa da multa inicialmente aplicada ou para o arquivamento definitivo do PADO sem aplicação de nenhuma sanção. A provisão reconhecida pela Companhia considera esta avaliação.

### Contingências cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela administração e por seus consultores jurídicos como possíveis para as quais não há provisão para contingências constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2010	2009
Cível	364.550	238.390
Trabalhista	262.330	165.647
Tributária	2.397.408	1.494.077
Regulatória	79.803	58.496
	3.134.091	1.956.610

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

### Cíveis Ações Coletivas

Há algumas ações coletivas envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como possível e merecem ser destacadas. As referidas ações podem ser sumarizadas como segue: **(I)** ação movida contra a TIM Celular, no estado de Pernambuco, questionando a política de troca de aparelhos defeituosos adotada pela Companhia, sustentando que a Companhia estaria em

desacordo com os termos da garantia fornecida pelo fabricante; **(II)** ação movida contra a TIM Celular, no estado do Rio Grande do Norte (Natal), questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; **(III)** ação movida contra a TIM Celular, no Estado do Pará, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede na localidade de São Felix do Xingu; **(IV)** ações movidas contra a TIM Celular, no estado do Maranhão, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede nos seguintes Municípios: Balsas, Grajaú, Coelho Neto; **(V)** ação movida contra a TIM Celular que questiona a cobrança de chamada de longa distância nas ligações realizadas no município de Bertiooga - SP e região e **(VI)** ação movida contra a TIM Celular no Estado do RJ questionando o envio de SMS sem o consentimento prévio do consumidor.

#### Outras Ações e Procedimentos

A TIM Celular é ré, junto com outras empresas de telecomunicações, na ação proposta pela GVT, perante a 4ª Vara Federal do Distrito Federal. A ação visa à declaração de nulidade de cláusula contratual que trata do valor do VU-M praticado pelas rés, a título de interconexão, entendendo a autora ser abusiva e ilegal, fato que segundo a mesma enseja a restituição dos valores supostamente cobrados excessivamente desde julho de 2004. O juiz concedeu a liminar determinando provisoriamente o pagamento do VU-M na base de R\$0,2899 por minuto e determinou que a GVT depositasse judicialmente o montante referente à diferença entre este valor e o valor apontado pelas rés. A liminar foi confirmada no TRF da 1ª Região. A TIM recorreu desta decisão, através de RESP e foi parcialmente provida, para obrigar a GVT a pagar para TIM o valor fixado pela ANATEL no processo arbitral em tramite na Agência, em que são partes GVT e VIVO. Além da ação judicial, a GVT promoveu também representação perante a Secretaria de Direito Econômico, que entendeu por bem instaurar Processo Administrativo contra a Companhia e outras operadoras de telefonia móvel por suposta infração à ordem econômica, que foi julgado em março de 2010.

A SDE opinou pela condenação por alegada prática do "Price Squeeze" e encaminhou o processo para o CADE para julgamento, opinando ainda pelo arquivamento da denúncia de conduta uniforme ("cartel"). Ainda não houve julgamento no CADE.

A TIM Celular é ré na ação de indenização proposta pela empresa prestadora de serviços GLÓRIA SOUZA & CIA LTDA perante a 9ª Vara Cível do município de Belém, estado do Pará, onde pleiteia a quantia de R\$6.119. A referida empresa prestava serviços de mão de obra terceiri-

zada para a TIM, na região norte do país. Tendo em vista a decisão da TIM em promover a rescisão do contrato, aquela, inconformada, ingressou com a ação judicial para pleitear danos morais, alegando prejuízos e perdas em virtude de pagamentos de indenizações trabalhistas propostas por seus empregados. Foi apresentada a defesa da TIM e a réplica da Gloria Souza & Cia.

Há uma ação judicial de cobrança oriunda da TIM Celular proposta pelo Mattos & Calumby Lisboa Advogados Associados em tramitação na 29ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro. O Autor sustenta ser credor de valores oriundos da relação contratual celebrada com a TIM (Contrato de Prestação de Serviços Profissional Jurídico). Houve homologação da perícia e interposição de recurso por parte da TIM.

Há ainda uma ação proposta pela empresa (Distribuidor de recarga) INTEGRAÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS TELEMÁTICOS LTDA. em face da TIM Celular, na 2ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis-SC no valor de R\$4.000 que visa à suspensão da exigibilidade de créditos já executados pela TIM, pleiteando em sua liminar que não sejam incluídos em cadastros restritivos, bem como indenizações oriundas da rescisão do contrato. Vale destacar que a TIM ingressou com ação de execução em face da referida empresa perante a 4ª Vara Cível de Florianópolis, no valor de R\$3.957. A TIM se manifestou afirmando que os bens indicados pelo executado são insuficientes para garantir a execução. Desde janeiro/2010 os autos estão suspensos em razão da interposição de um Agravo de Instrumento.

A MCS era o maior parceiro comercial da TIM em São Paulo (aproximadamente 40 lojas). Este parceiro comercial estava em operação desde 2003 e o contrato terminou em janeiro de 2010. O contrato foi encerrado em razão da discordância entre as partes em relação à determinação dos valores de compensação, o funcionamento do sistema, a criação e determinação de metas entre outras questões. A MCS procurou atribuir a causa de sua inadimplência e perdas para a TIM. Considera que a sua saúde financeira tem sido prejudicada por mudanças nas políticas de remuneração da TIM. Antes mesmo do término do contrato, a MCS ingressou com uma demanda de resolução contratual e pleiteia também o pagamento de R\$8.120. A TIM ingressou com uma Ação Inibitória, a fim de evitar que a MCS transferisse as lojas TIM para concorrente.

Em março de 2010 a Ação Inibitória foi julgada procedente para determinar que a MCS se abstenha de transferir as lojas que antes eram da TIM pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2010 (data do término do contrato). A ação de resolução contratual ainda está em curso.

A SECIT propôs uma ação de indenização em face da TIM sustentando que a TIM descumpriu o contrato celebrado. A referida empresa foi contratada pela TIM para realizar trabalhos de infraestrutura visando a instalação de ERB's na área 4 (Minas Gerais). A TIM apresentou defesa e o caso está na fase inicial, pendente de julgamento. O valor dado à causa foi de R\$9.758.

## Trabalhistas

### Reclamações Trabalhistas

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (call center) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

Nos autos do processo 01102-2006-024-03-00-0, ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região, em Minas Gerais, que tem como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, houve sentença, publicada em 16.04.2008, na qual a Juíza substituta de primeiro grau julgou procedentes em parte os pedidos do Ministério Público, tendo reconhecido a terceirização irregular, o dano moral coletivo. Dessa decisão foi interposto recurso ordinário, o qual foi negado provimento em 13.07.2009. Anteriormente à interposição do referido recurso, a TIM Celular impetrou mandado de segurança com pedido de liminar para impedir o cumprimento imediato dos atos coativos impostos na mencionada sentença. Tendo em vista o recurso ordinário interposto, o mandado de segurança perdeu seu objeto.

Para obter efeito suspensivo ao apelo, a TIM Celular propôs medida cautelar inominada, a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito. Para reverter a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a TIM Celular propôs reclamação correcional perante o Tribunal Super-

rior do Trabalho, tendo obtido decisão favorável aos seus interesses, revertendo-se a decisão do Tribunal de segunda instância. Foram opostos embargos de declaração, porém lhes foram negado provimento. Em 16.09.2009, foi interposto recurso de revista, que está pendente de julgamento pelo TST.

Em decorrência da Ação Civil Pública de Minas Gerais acima exposta, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal ajuizou o processo 1218-2009-007-10-00-8 (Ação Civil Pública), que possui como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos. A sentença foi julgada improcedente, dispondo que, em decorrência da Lei Geral de Telecomunicações, toda terceirização no setor de telecomunicações é lícita. O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário em Março/2010, o qual foi julgado improcedente, mantendo-se a sentença de 1º grau. Foi interposto Recurso de revista, que se encontra pendente de decisão pelo TST.

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos indenização por previsão contratual formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista. Alguns dos ex-empregados têm questionado essa transação e em alguns casos já obtiveram decisões iniciais favoráveis.

Cumprir ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo, de ex-empregados da Gazeta Mercantil requerendo em Juízo a inclusão no pólo passivo da Holdco ou TIM Participações, com posterior pagamento de condenação. Informamos que os reclamantes foram empregados da empresa Gazeta Mercantil, não tendo qualquer vínculo empregatício com a Holdco ou TIM Participações. Importante esclarecer que a Holdco, antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil é parte.

## Tributárias

### IR e CSLL

Em 30 de outubro de 2006, a TIM Celular recebeu autos de infração que inicialmente compunham um valor total de R\$331.171. Em março de 2007, a Delegacia da Receita Federal em Recife/PE intimou a controlada, apresentando um Relatório de Informação Fiscal, que informou à empresa a exclusão do auto de infração de parte dos

valores, parte esta referente a exigências de IRPJ, CSLL e multa isolada, que totalizaram uma redução de R\$73.027 (débito principal e multa isolada). Desta forma, o valor final autuado foi firmado em R\$258.144.

Os autos de infração compõem o mesmo processo administrativo e foram lavrados com exigências de suposta falta de recolhimento de IRPJ, CSLL e multa isolada, por diferentes razões. A maior parte daqueles refere-se à amortização do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás e correspondentes deduções para fins tributários. O art. 7º da lei nº. 9.532/97 autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimento na outra, adquirido com fundamento na perspectiva de rentabilidade futura da investida. Ainda, trata-se de operação usual de mercado e que obedece às prescrições da Instrução CVM nº. 319/99.

O Relatório de Informação Fiscal suso mencionado, promoveu, de fato, um deslocamento de parte das infrações contidas no auto de infração que discutia a adequação temporal da dedutibilidade do ágio para 159 processos de compensações de tributos federais, específicos que totalizam o valor de R\$85.771, estes decorrentes de compensações conectadas a tal reconhecimento. Em setembro de 2009 em um dos processos de compensação houve decisão parcialmente favorável à TIM Celular, reduzindo parte do crédito compensado pela controlada. Atualmente, a controlada continua defendendo o restante dos processos de compensação parte na esfera administrativa com o valor de total de R\$73.074 e parte na esfera judicial no valor de R\$ 9.193.

De maio a julho de 2008, a TIM Celular recebeu outros 49 despachos decisórios, de mesma natureza, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil referentes a processos de compensação efetuados de IR e CSLL pela controlada nos anos de 2002, 2003 e 2004, totalizando o valor de R\$ 10.883. As referidas autuações foram tempestivamente impugnadas pela controlada, e aguardam decisão na esfera administrativa.

Em dezembro de 2010 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, no valor de R\$ 164.102 que trata da (I) suposta não adição na base de cálculo do IRPJ e da CSL o valor correspondente à amortização do ágio na aquisição das ações da Tele Nordeste Celular Participações; (II) exclusão do ágio amortizado; e (III) dedução de IRPJ a título de incentivo fiscal de redução do imposto e adicionais supostamente não restituíveis, em vista de suposta falta de

formalização do incentivo na Receita Federal de incentivo concedida pela Sudene. A referida autuação foi tempestivamente impugnada pela controlada e aguarda decisão na esfera administrativa.

#### IRRF

Em dezembro de 2006, a controlada Intelig recebeu autuação pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$49.652, decorrente do suposto não recolhimento do IRF e CIDE sobre tais remessas. A referida autuação foi defendida na esfera administrativa e encerrada com êxito em vista da decisão final favorável do Mandado de Segurança.

#### PIS e COFINS

No ano de 2004, a TIM Celular recebeu autos de infração que tratam da suposta exigência de PIS e COFINS referentes à variação cambial, por receitas geradas em 1999, sendo que os dois autos lavrados pelas autoridades fiscais totalizam o valor de R\$30.913. A TIM Celular havia impetrado Mandado de Segurança contra o alargamento da base de cálculo instituída pela Lei nº. 9.718/98. Em março de 2006, transitou em julgado decisão judicial favorável à companhia no referido mandado de segurança, declarando inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98, impedindo a cobrança de PIS e COFINS sobre receitas não operacionais.

Nos autos de infração acima mencionados que discutiam a cobrança do PIS e da COFINS sobre variação cambial em abril de 2007, a exigência de PIS referente à variação cambial foi cancelada e, em fevereiro de 2009 a exigência de COFINS referente à variação cambial também sofreu redução de R\$23.339, restando em discussão R\$2.263.

Em outubro, novembro e dezembro de 2009, a TIM Celular recebeu 194 autos de infração no montante de R\$26.076 que tratam da exigência de COFINS referente ao pedido de compensação não homologado, do período de 2005, 2006 e 2007 substancialmente matéria relativa à importação de serviços. Referidas autuações estão sendo impugnadas pela controlada na esfera administrativa.

Em maio de 2010, a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, no montante de R\$50.026 que tratam de: (I) falta de recolhimento de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados; (II) falta de recolhimento de CIDE sobre pagamento de *royalties* em



remessas para o exterior bem como sobre remessas relativas a roaming internacional; e **(III)** redução de prejuízo fiscal (IRPJ/CSLL) referente a dedução de despesas não comprovadas a título de serviços técnicos. As referidas autuações foram tempestivamente impugnadas pela controlada e aguardam decisão na esfera administrativa.

### ICMS

A TIM Celular recebeu autuações das autoridades fiscais do estado de Santa Catarina nos anos de 2003 e 2004, as quais se relacionam principalmente com disputas quanto à aplicabilidade da tributação do ICMS sobre serviços de telecomunicações prestados pela Controladora e supostamente não recolhidos, bem como comercialização de aparelhos celulares. O valor atualmente em discussão é de R\$41.576, considerando diversos êxitos obtidos nos processos administrativos (valor inicialmente autuado era de R\$95.449). A controlada mantém em discussão nas esferas administrativa e judicial tais autos de infração e, com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que os processos ainda em discussão foram avaliados com expectativa de perda possível para a controlada.

A controlada TIM Celular recebeu nos últimos anos, autos de infração lavrados por autoridades fiscais de vários estados brasileiros relativos ao recolhimento de ICMS tendo como objeto aspectos operacionais de sua atividade de prestação de serviços de telecomunicações, bem como comercialização de mercadorias. Como exemplo, alguns fundamentos ou motivos de autuações por suposta ausência de recolhimento do imposto, de acordo com as alegações da fiscalização: **(I)** discussão acerca da exigibilidade do diferencial entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo fixo, uso e consumo, bem como sobre a determinação da base de cálculo do referido imposto sobre operações de aquisição de mercadorias destinadas à comercialização; **(II)** escrituração de serviços tributados (segundo o entendimento do fisco) como não tributados por parte da controlada no Livro de Registro de Saídas; **(III)** suposto recolhimento a menor por utilização de alíquota errada e lançamento de serviços de telecomunicações como não tributados; **(IV)** suposta falta de recolhimento em razão de diferenças entre o valor efetivamente recolhido e o declarado; e **(V)** recolhimento do imposto fora do prazo estabelecido pela legislação estadual, dentre outros. Referidos autos de infração estão sendo defendidos tempestivamente na esfera administrativa e judicial. O montante total

envolvido nos casos em discussão, com valor acima de R\$5.000, é de R\$105.661.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração de ICMS lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Rio de Janeiro e Bahia tendo como alegação a suposta ausência de recolhimento do imposto, bem como da alíquota adicional referente ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais supostamente incidentes sobre: **(I)** prestação de serviços de roaming internacional; e **(II)** prestação de serviços na modalidade pré-paga. Referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa e totalizam o valor de R\$50.446.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados da Paraíba, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, São Paulo e Goiás nos respectivos valores de R\$ 8.247, R\$38.274, R\$8.476, R\$19.938, R\$ 46.923 e R\$ 7.410, referentes à falta de estorno proporcional dos créditos de ICMS relativos a saídas isentas e não tributadas. Referidas autuações estão sendo impugnadas pela controlada na esfera administrativa e totalizam o valor de R\$72.199.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados de São Paulo e Minas Gerais nos valores de R\$286.010 e R\$17.167, respectivamente, tendo como objeto a suposta não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos condicionais oferecidos a clientes. A controlada pretende defender-se contra tal cobrança até instância superior do Poder Judiciário.

Nos anos de 2008, 2009 e 2010, a controlada TIM Celular recebeu autos de infração com o valor total de R\$122.208 lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Ceará, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais, tendo como objeto débito decorrente de aproveitamento de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica. Referidas autuações estão sendo defendidas pela controlada na esfera administrativa.

Em 19 de novembro de 2002, a controlada Intelig recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado e Fazenda de Minas Gerais no montante de R\$8.564, referente à suposta utilização indevida de crédito do ICMS na aquisição de bens integrantes do ativo fixo e de material destinado ao uso e consumo da empresa. O referido auto de infração está sendo defendido na esfera judicial.

Em novembro de 2005, a controlada Intelig recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado e

Fazenda do Mato Grosso no valor de R\$11.723, referente à suposta utilização indevida de crédito do ICMS na aquisição de bens integrantes do ativo fixo sem o suporte da respectiva Nota Fiscal e do diferencial de alíquota do ICMS. O referido auto de infração está sendo defendido na esfera judicial.

Em dezembro de 2007 e dezembro de 2008, a controlada Intelig recebeu dois autos de infração lavrados pela Secretaria de Estado e Fazenda de São Paulo nos montantes de R\$ 5.204 e R\$11.385, respectivamente, referentes ao suposto aproveitamento indevido de crédito do ICMS nos anos de 2002 e 2003, através de estorno de débito no cancelamento de serviços de telecomunicações efetivamente não prestados. O auto de infração relativo ao período de 2002 terminou na esfera administrativa sem êxito, tendo sido iniciada a discussão judicial do débito. O auto de infração correspondente ao ano de 2003 ainda permanece em discussão em esfera administrativa.

A TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de Paraná e Paraíba, nos valores respectivamente de R\$ R\$27.188 e R\$ 29.266 que tratam de suposta falta de recolhimento de ICMS incidentes sobre a prestação de serviço de telecomunicação (modelo pré-pago) - operações de saídas de cartões telefônicos. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Em abril de 2010 a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará no montante de R\$17.558 que tratam da suposta: **(I)** falta de recolhimento de ICMS ST pela empresa ter deixado de transferir para imobilizado as mercadorias adquiridas para o estoque, tendo em vista a ocorrência de operação de comodato e **(II)** falta de recolhimento de ICMS decorrente de emissão de documento fiscal com preço inferior ao custo de aquisição. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Em novembro de 2010 a TIM Celular recebeu 02 autos de infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo no montante de R\$ 18.444 que tratam de suposto creditamento indevido de ICMS relativo a serviços de telecomunicação não prestados em decorrência de fraude por subscrição e suposto creditamento em duplicidade de ICMS referente ao período de 2005. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Em novembro de 2010 a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul no montante total de R\$ 67.958 que tratam de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisições de ativo permanente supostamente sem comprovação da procedência de tais lançamentos do livro CIAP - Controle de Créditos de ICMS no Ativo Permanente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

#### ISS

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo município do Rio de Janeiro no valor total de R\$94.359, que trata de suposto não recolhimento de ISS relativo aos seguintes serviços: programação técnica, serviço administrativo de cancelamento de plano, auxílio à lista telefônica, fornecimento de dados e informações e compartilhamento de infraestrutura de rede. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

#### FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações

Foi emitida pela ANATEL, em 15 de dezembro de 2005, a Súmula nº. 07, visando entre outros à cobrança da contribuição para o FUST sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998. O entendimento da controlada continua sendo de que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUST, tendo em vista a legislação aplicável (inclusive o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº. 9.998/00), sendo que a administração vem adotando as medidas cabíveis para resguardar os interesses da controlada. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da controlada sobre o não recolhimento de FUST sobre receitas de interconexão. A pretensão da ANATEL de cobrança de FUST sobre tais receitas encontra-se suspensa, em razão de sentença judicial favorável à controlada. O mandado de segurança está pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Desde outubro de 2006, a ANATEL vem lavrando autos de infração contra a controlada TIM Celular, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas entre os anos de 2001 e 2005, bem como multa moratória em razão da Súmula nº. 07/05. Tais autos de infração desse período somam o valor de R\$194.726.

A controlada Intelig recebeu diversos autos de infração lavrados pela ANATEL totalizando o montante de R\$45.645, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas nos períodos de janeiro a dezembro de 2001, 2002 e 2003, respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

#### **FUNTTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações**

O Ministério das Comunicações lavrou autos de infração contra a controlada TIM Celular no montante total de R\$166.943, que se referem a valores de FUNTTTEL sobre receitas de interconexão supostamente relativas aos anos de 2001 a 2005, bem como multa moratória. O entendimento da Companhia continua sendo de que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUNTTTEL. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da Companhia sobre o não recolhimento de FUNTTTEL sobre receitas de interconexão com base nos mesmos argumentos defendidos na ação do FUST. A pretensão de cobrança de FUNTTTEL sobre receitas de interconexão encontra-se suspensa em razão de sentença judicial obtida no mandado de segurança favorável à controlada.

A controlada Intelig recebeu autos de infração lavrados pelo Ministério das Comunicações no montante de R\$14.587, que se referem a valores de FUNTTTEL sobre receitas de interconexão supostamente devidas para os períodos de janeiro a dezembro de 2002, março a dezembro de 2003, abril a dezembro de 2004 e janeiro a novembro de 2005 respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

#### **Regulatórias**

A TIM Celular é detentora de autorizações para prestação, em todos os estados brasileiros, do SMP por prazo indeterminado e de correlatas autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, tendo obtido as prorrogações dessas autorizações de uso das radiofrequências por meio de Termos de Autorização pela ANATEL, pelo prazo de 15 (quinze) anos a contar do vencimento do primitivo prazo de vigência dessas autorizações.

A ANATEL por meio de Despachos emitidos em julho/10, oficializou o efeito suspensivo associado à cobrança de 2% da receita de interconexão relativo ao pagamento das renovações das RF's. Não existe impacto junto ao provisionamento da Companhia, visto que em nenhum momento a empresa entendeu que existia a obrigação regulatória associada a este pagamento

Em face dessas prorrogações de autorizações de uso das radiofrequências associadas à prestação do SMP, objeto dos referidos Termos de Autorização, expedidos em consequência dos respectivos atos, a Companhia recebeu da ANATEL exigências, indevidas no entender da Companhia, de recolhimento de nova Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) com relação a todas as suas estações móveis em operação na área de prestação do serviço, embora tais estações já se encontrem licenciadas nos montantes conforme quadro abaixo:

ESTADO	TERMO DE AUTORIZAÇÃO	DATA DE EXPIRAÇÃO	ATO	MONTANTE
Paraná (exceto os municípios de Londrina e Tamarana)	002/2006/PVCP/SPV	03/09/2022	57.551 de 13/04/2006	R\$80.066
Santa Catarina	074/2008/PVCP/SPV	30/09/2023	5.520 de 18/09/2008	R\$54.026
Município e região de Pelotas no Rio Grande do Sul	001/2009/PVCP/SPV	14/04/2024	1.848 de 13/04/2009	R\$333
Ceará	089/2008/PVCP/SPV	28/11/2023	7.385 de 27/11/2008	R\$41.728
Alagoas	045/2008/PVCP/SPV	15/12/2023	7.383 de 27/11/2008	R\$20.038
Rio Grande do Norte	050/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.390 de 27/11/2008	R\$15.021
Paraíba	047/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.386 de 27/11/2008	R\$19.844
Piauí	049/2008/PVCP/SPV	27/03/2024	7.389 de 27/11/2008	R\$13.497
Pernambuco	089/2008/PVCP/SPV	15/05/2024	7.388 de 27/11/2008	R\$54.000

A exigência de novo recolhimento de TFI resulta do entendimento da ANATEL de que seria aplicável o art. 9º, III, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações FISTEL, aprovado pela Resolução nº. 255, que prevê a incidência de TFI sobre a estação na ocorrência da renovação da validade de licença que acarrete na expedição de nova licença. Contudo, esta não parece ser, no entendimento da Companhia, a correta aplicação das disposições da legislação à hipótese em questão, motivo pelo qual a referida cobrança foi objeto de tempestiva impugnação administrativa com a suspensão da exigibilidade da cobrança até o julgamento definitivo da impugnação pela ANATEL.

De acordo com os Termos de Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), as companhias controladas se comprometeram e cumpriram, em etapas, a implantação de cobertura do SMP com relação às suas respectivas regiões, no âmbito das áreas adjudicadas. Também conforme os referidos Termos de Autorização, as controladas estão obrigadas a operar dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL e aderente às obrigações previstas pela regulamentação. Caso ocorra o inadimplemento das obrigações previstas nos Termos de Autorização, as controladas estão sujeitas à abertura de PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e eventuais sanções subsequentes.

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: **(I)** não cumprimento de certos indicadores de qualidade e **(II)** inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e da regulamentação.

As companhias controladas submeteram à ANATEL Defesas Administrativas, Recursos Administrativos e Pedidos de Reconsideração, esclarecendo que a não-conformidade se deu em virtude de diversos fatores, muitos deles alheios à vontade e não relacionados às ações e atividades desempenhadas pelas empresas. A provisão para contingências regulatórias reconhecida no balanço patrimonial retrata o valor das perdas esperadas, quais sejam as classificadas como prováveis, conforme expectativa da administração.

## 25. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31.12.10	31.12.09
Saldo inicial	239.635	177.067
Adições ao longo do período, liquidas de baixas	17.159	52.762
Atualização monetária no período	(1.057)	9.806
<b>Saldo final</b>	<b>255.737</b>	<b>239.635</b>

A provisão é realizada com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

## 26. Patrimônio líquido

### A. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais.

Em 02 de abril de 2009, em Assembleia de Acionistas, foi aprovado aumento de capital de R\$18.761, mediante a emissão de 1.573.828 ações ordinárias e 3.046.671 ações preferenciais, sem valor nominal, em nome da TIM Brasil. Esse aumento de capital foi efetuado utilizando-se a reserva especial de ágio. Aos acionistas minoritários, foi assegurado o direito de capitalização, considerando as mesmas condições aplicadas ao acionista majoritário, com o objetivo de manterem sua participação minoritária. O preço de subscrição por ação foi de R\$6,12 para as ações ordinárias e R\$3,00 para as ações preferenciais.

Em 30 de dezembro de 2009, em Assembleia de Acionistas, em decorrência do processo de incorporação da HOLDCO (nota 2), foi aprovado aumento de capital de R\$516.725, mediante a emissão de 43.356.672 ações ordinárias e 83.931.352 ações preferenciais, sem valor nominal, as quais foram emitidas pela Companhia e subscritas em nome da JVCO.

O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	2010	2009
Quantidade de ações ordinárias	843.281.477	843.281.477
Quantidade de ações preferenciais	1.632.453.583	1.632.453.583
	2.475.735.060	2.475.735.060

## B. Reserva de capital

### Reserva especial de ágio

Esta reserva foi originada do processo de reestruturação societária ocorrido em 2000. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº. 319/99.

## C. Reservas de lucros

### Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a Reserva Legal quando esta, somada às Reservas de Capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

### Reserva para expansão

A formação da Reserva para Expansão tem previsão no parágrafo 2º do Art. 46 do Estatuto Social e no Art. 194 da Lei nº. 6.404/76 e tem como finalidade a realização de projetos de investimentos e expansão da planta, sendo suportada por orçamento de capital.

## D. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas asseguradas as seguintes preferências ou vantagens: **(I)** prioridade no reembolso de capital, sem prêmio e **(II)** pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações de emissão da Companhia.

Em atendimento à Lei nº. 10.303/01, o Estatuto Social da Companhia sofreu alterações, incluindo o parágrafo 1º do Art. 10, que assegura aos titulares de ações preferenciais, ano a ano, o direito de receber dividendo por ação correspondente a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, segundo o último balanço aprovado, sempre que o dividendo estabelecido segundo este critério for superior ao dividendo calculado segundo o critério descrito no parágrafo acima.

Em 2010 as ações preferenciais passaram a deter direito de voto pleno por não terem sido pagos os dividendos mínimos das ações preferenciais por três anos consecutivos, de acordo com o Art. 111, em seu parágrafo 1º, da Lei nº. 6.404/76.

Os dividendos foram calculados como segue:

	2010	2009
Capital social ações ordinárias	2.775.734	2.775.734
Capital social ações preferenciais	5.373.362	5.373.362
<b>Capital social</b>	<b>8.149.096</b>	<b>8.149.096</b>
Dividendos: 6% para as ações preferenciais de acordo com o estatuto	322.402	322.402
Patrimônio líquido - ações ordinárias	2.834.871	2.653.574
Patrimônio líquido - ações preferenciais	5.487.843	5.136.881
<b>Total patrimônio líquido (ultimo exercício social aprovado)</b>	<b>8.322.714</b>	<b>7.790.455</b>
Dividendos: 3% para as ações preferenciais de acordo com a Lei nº 10.303/01	164.635	154.106
Lucro líquido do exercício	2.216.909	214.893
(-) Compensação de prejuízo	(125.914)	-
<b>Lucro após compensação de prejuízo</b>	<b>2.090.995</b>	<b>214.893</b>
(-) Constituição da reserva legal	(104.550)	(10.744)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>1.986.445</b>	<b>204.149</b>
<b>Dividendos a distribuir</b>		
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	496.611	51.037
(+) Dividendos complementares à distribuição do resultado	-	153.112
<b>(=) Dividendos referentes a distribuição do resultado</b>	<b>496.611</b>	<b>204.149</b>
Dividendos a distribuir acionistas ordinários	169.155	-
Dividendos a distribuir acionistas preferenciais	327.456	204.149
	496.611	204.149
Dividendos por ação (valores expressos em reais)		
Ações ordinárias	0.2006	-
<b>Ações preferenciais</b>	<b>0.2006</b>	<b>0.1251</b>

**27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	CONSOLIDADO	
	2010	2009
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel		
Assinatura e utilização	8.911.976	8.068.181
Uso de rede	3.679.365	4.042.612
Longa distância	2.374.341	1.943.121
VAS – Serviços adicionais	2.241.530	1.907.188
Outros	272.927	306.011
	17.480.139	16.267.113
Receita de serviços de telecomunicações – Fixa	1.281.246	89.860
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel e Fixa	18.761.385	16.356.973
Venda de mercadorias	1.557.910	1.717.663
Receita operacional bruta	20.319.295	18.074.636
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(4.475.829)	(3.916.506)
Descontos concedidos	(1.264.090)	(850.066)
Devoluções e outros	(121.926)	(149.930)
	(5.861.845)	(4.916.502)
<b>Total da receita líquida</b>	<b>14.457.450</b>	<b>13.158.134</b>

**28. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS MERCADORIAS VENDIDAS**

	CONSOLIDADO	
	2010	2009
Pessoal	(58.450)	(60.846)
Serviços de terceiros	(337.021)	(315.550)
Interconexão / Interligação	(3.602.984)	(3.351.845)
Depreciação e amortização	(1.994.184)	(1.816.000)
Taxas ANATEL	(27.209)	(19.627)
Aluguéis e seguros	(242.850)	(165.966)
Outros	(16.978)	(17.351)
Custo dos serviços prestados	(6.279.676)	(5.747.185)
Custo das mercadorias vendidas	(1.026.091)	(925.184)
	(7.305.767)	(6.672.369)



**29. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO**

	CONSOLIDADO	
	2010	2009
Pessoal	(389.773)	(366.653)
Serviços de terceiros	(2.048.978)	(2.112.772)
Publicidade e propaganda	(537.221)	(511.933)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(310.497)	(422.163)
Fundo de fiscalização das telecomunicações (FISTEL)	(817.891)	(614.281)
Depreciação e amortização	(311.173)	(330.908)
Aluguéis e seguros	(37.274)	(38.180)
Outras	(41.801)	(39.861)
	(4.494.608)	(4.436.751)

**30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal	(2.381)	(100)	(138.499)	(135.726)
Serviços de terceiros	(3.230)	(13.031)	(411.664)	(363.108)
Depreciação e amortização	-	-	(385.586)	(473.989)
Aluguéis e seguros	(123)	(116)	(52.418)	(36.787)
Outras	(584)	(108)	(20.527)	(23.828)
	(6.318)	(13.355)	(1.008.694)	(1.033.438)

**31. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Multas sobre serviços de telecomunicações	-	-	31.137	35.755
Outras receitas operacionais	-	-	272	3.294
	-	-	31.409	39.049
Despesas				
FUST/FUNTTTEL	-	-	(114.986)	(100.601)
Impostos, taxas e contribuições			(8.537)	(9.857)
Provisão para contingências, líquida de reversão	(76)	359	(31.153)	(69.984)
Despesas com alienação de imobilizado	-	-	(10.298)	(10.000)
Outras despesas operacionais	(8)	(37)	(12.165)	(17.652)
	(84)	322	(177.139)	(208.094)
Amortização de concessão	-	-	(302.517)	(293.069)
	(84)	322	(479.656)	(501.163)
<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>(84)</b>	<b>322</b>	<b>(448.247)</b>	<b>(462.114)</b>

**32 RECEITAS FINANCEIRAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Juros sobre aplicações financeiras	1.526	3.943	145.537	70.204
Juros de clientes	-	-	45.180	46.542
Atualização monetária	627	599	37.680	14.476
Outras receitas	80	5	3.274	5.811
	2.233	4.547	231.671	137.033

**33. DESPESAS FINANCEIRAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1)	(1)	(296.508)	(276.712)
Juros sobre fornecedores	(5)	(1)	(18.793)	(11.006)
Juros sobre impostos e taxas	-	-	(14.741)	(2.334)
Atualização monetária	(16)	-	(5.112)	(323)
Descontos concedidos	-	199	(21.564)	(17.816)
Outras despesas	(95)	(86)	(23.783)	(20.717)
	(117)	111	(380.501)	(328.908)

**34. VARIAÇÕES CAMBIAIS, LÍQUIDAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010		2010	2009
Receitas				
Empréstimos e financiamentos		-	154.972	399.029
Fornecedores		3	12.926	26.282
Swap		-	290.010	260.228
Outros		-	8.940	11.257
		3	466.848	696.796
Despesas				
Empréstimos e financiamentos		-	(145.588)	(53.665)
Fornecedores		(79)	(10.409)	(7.076)
Swap		-	(395.371)	(665.713)
Outros		-	(12.107)	(23.582)
		(79)	(563.475)	(750.036)
<b>Variações cambiais, líquidas</b>		(76)	(96.627)	(53.240)

**35. INCOME AND SOCIAL CONTRIBUTION TAX EXPENSES**

	CONSOLIDADO	
	2010	2009
<b>Imposto corrente</b>		
Imposto de renda do período	(165.672)	(128.602)
Contribuição social do período	(61.643)	(46.395)
Incentivo Fiscal - ADENE	36.663	88.851
	(190.652)	(86.146)
<b>Imposto de renda diferido</b>		
Imposto de renda diferido	1.064.076	51.016
Contribuição social diferida	383.614	18.366
Impostos diferidos sobre ajustes de adoção dos CPC's	-	38.541
	1.447.690	107.923
Provisão para contingências de impostos de renda e contribuição social	-	11.249
	1.257.038	33.026

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	954.677	308.347
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(324.590)	(104.838)
(Adições)/exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	81.453	(22.678)
Provisão para contingências de impostos de renda e contribuição social	-	11.249
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas	1.435.245	107.923
Adições permanentes	(6.414)	(9.905)
Incentivo Fiscal – ADENE	36.663	88.851
Diferença no cálculo de prejuízo fiscal de anos anteriores	21.953	(31.922)
Outros valores	12.728	(5.654)
	1.581.628	137.864
<b>Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período</b>	1.257.038	33.026

### 36. Lucro por ação

#### (A) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.216.909	341.373
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	843.281	843.281
<b>Lucro básico por ação</b>	<b>2,6289</b>	<b>0,4048</b>

#### (B) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias.

### 37. Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	ATIVO	
	2010	2009
Telecom Personal Argentina (1)	1.043	1.576
Telecom Italia Sparkle (1)	12.578	11.548
Telecom Italia S.p.A. (2)	3.251	3.893
Outros	1.102	524
<b>Total</b>	<b>17.974</b>	<b>17.541</b>

	PASSIVO	
	2010	2009
Telecom Italia S.p.A. (2)	21.643	29.728
Telecom Personal Argentina (1)	1.849	1.561
Telecom Italia Sparkle (1)	4.225	11.887
Italtel (3)	15.361	-
Outros	1.470	509
<b>Total</b>	<b>44.548</b>	<b>43.685</b>

	RECEITA	
	2010	2009
Telecom Italia S.p.A. (2)	12.045	12.553
Telecom Personal Argentina (1)	8.682	4.283
Telecom Italia Sparkle (1)	16.871	14.765
Italtel (3)	2.047	-
Outras	6.964	820
<b>Total</b>	<b>46.610</b>	<b>32.421</b>

	CUSTO/DESPESA	
	2010	2009
Telecom Italia S.p.A. (2)	16.885	19.543
Telecom Italia Sparkle (1)	26.988	25.065
Telecom Personal Argentina (1)	5.135	6.677
Outros	862	1.243
<b>Total</b>	<b>49.870</b>	<b>52.528</b>

(1) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado – VAS e cessão de meios.

(2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

Em 27 de abril de 2010, a Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações aprovou a renovação do contrato de cooperação e suporte firmado com a Telecom Itália S.p.A. e a TIM Celular com interveniência da Companhia com vigência entre 03 de janeiro de 2010 e 02 de janeiro de 2011 com o valor em até aproximadamente R\$20.700.

Até 31 de dezembro de 2010 foi provisionado o montante de R\$20.105 (R\$23.296 em 2009) dos quais, R\$19.101 correspondem a bens do ativo imobilizado (R\$22.690 em 2009) e R\$1.004 referem-se a custos/despesas (R\$606 em 2009). Este contrato busca agregar valor à Companhia utilizando-se da experiência da Telecom Italia para: (I) aumentar a eficácia e a eficiência das atividades envolvidas adotando soluções “in house”, e (II) compartilhar sistemas, serviços, processos e melhores práticas que são largamente utilizadas pelo mercado italiano e que podem ser facilmente customizadas para a Companhia.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado

### 38. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados às taxas de câmbio e juros e variações cambiais, representados em sua totalidade por contratos de swap, não possuindo, portanto, derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32/CPC 39.

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

- (I) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, as controladas estabelecem contratos de swap com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010, os financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos financiamentos obtidos pelas controladas, objeto dos contratos de swap, não existem outros ativos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

### (II) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela TIM Celular à taxas de juros pré-fixadas, quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI as taxas de juros pré-fixadas incidentes em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos por esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados a TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Para que esse tipo de risco seja reduzido, a controlada TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI a TJLP incidente em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos com esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas em que as controladas se encontram nos contratos de swap atreladas a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia em 31 de dezembro de 2010, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

### (III) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, as controladas realizam análises de crédito auxiliando a gerência de risco quanto a problemas de cobrança e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de serviços prestados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ou das receitas de serviços prestados durante os períodos findos naquelas datas.

### (IV) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ou das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos naquelas datas.

### (V) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida

solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	31.12.10			31.12.09		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	22.868	(166.553)	(143.685)	78.264	(161.322)	(83.058)
Parcela circulante	6.122	(2.071)	4.051	49.237	(48.122)	1.115
Parcela não circulante	16.746	(164.482)	(147.736)	29.027	(113.200)	(84.173)

	01.01.09		
	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	387.573	(63.262)	324.311
Parcela circulante	260.925	(52.448)	208.477
Parcela não circulante	126.648	(10.814)	115.834

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2010 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	ATIVO	PASSIVO
2012	2.716	(564)
2013	672	(2)
2014	-	-
2015 em diante	13.358	(163.916)
	16.746	(164.482)



**ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS MENSURADOS PELO VALOR JUSTO**

<b>CONSOLIDADO 2010</b>			
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos</b>			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	2.304.077		2.304.077
Derivativos usados para hedge	-	22.868	22.868
<b>Total do ativo</b>	<b>2.304.077</b>	<b>22.868</b>	<b>2.326.945</b>
<b>Passivos</b>			
Derivativos usados para hedge	-	166.553	166.553
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>166.553</b>	<b>166.553</b>
<b>Ativos</b>			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	2.225.510		2.225.510
Derivativos usados para hedge	-	78.264	78.264
<b>Total do ativo</b>	<b>2.225.510</b>	<b>78.264</b>	<b>2.303.774</b>
<b>Passivos</b>			
Derivativos usados para hedge	-	161.322	161.322
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>161.322</b>	<b>161.322</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver ba-

seada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

> Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

> O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

> Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgadas por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

### Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

### Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais e na taxa de juros.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Na exposição a fatores de risco em moeda nacional, contraídos por meio de financiamentos atrelados a taxas de juros pré-fixadas ou TJLP, pelo fato das disponibilidades de suas controladas serem remuneradas pelo CDI, as controladas têm como estratégia transformar parte destes riscos em exposição ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos, sendo que em 31 de dezembro de 2010, 62% em instituições com rating AAA e 38% com rating AA..

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pelas controladas e vigentes em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão demonstradas no quadro a seguir:

	OBJETO	MOEDA	VALOR DE REFERÊNCIA (NACIONAL)		VALOR JUSTO	
			2010	2009	2010	2009
<b>Risco dos juros pré-fixados contra CDI</b>		BRL	34.501	58.878		
Posição ativa	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNB				62.700	97.050
Posição passiva					(55.415)	(87.767)
<b>Saldo líquido</b>					7.285	9.283
<b>Risco da TJLP contra CDI</b>		BRL	230.665	325.789		
Posição ativa	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNDES				228.578	323.077
Posição passiva					(228.990)	(321.846)
<b>Saldo líquido</b>					(412)	1.231
<b>Risco cambial USD contra CDI</b>		USD	840.940	939.445		
Posição ativa	Proteção integral do risco de variação cambial das Linhas Res. 2770, obtidas junto aos Bancos Santander, ABN AMRO e Unibanco, além dos empréstimos contraídos junto aos Bancos BNP Paribas e BEI				673.770	839.010
Posição passiva					(824.328)	(943.693)
<b>Saldo líquido</b>					(150.558)	(104.683)
<b>Risco cambial JPY contra CDI</b>		JPY	-	146.836		
Posição ativa	Proteção integral do risco de variação cambial das Linhas Res. 2770, obtidas junto ao Banco Santander				-	188.970
Posição passiva					-	(177.859)
<b>Saldo líquido</b>						11.111
<b>TOTAL</b>			1.106.106	1.470.948	(143.685)	(83.058)

### Swap de juros pré-fixados vs. CDI

A controlada TIM Celular possui dívidas contratadas em taxas fixas com o Banco do Nordeste Brasil (BNB) e BNDES. Visando proteger-se contra uma possível perda patrimonial no caso de uma queda na taxa de juros, parte das operações de financiamento contratadas em 2004 e 2005 junto ao BNB foram objeto de hedge. Os referidos instrumentos financeiros de derivativos possuem vencimentos mensais até abril de 2013 e protegem aproximadamente 53,02% da totalidade dos financiamentos obtidos junto ao BNB pela TIM Celular.

Tomando por base a atual taxa de referência do BNB fixada em 10% a.a. nos financiamentos contraídos pela controlada TIM Celular e os respectivos instrumentos financeiros derivativos contratados para parte desses financiamentos, na média, na sua ponta ativa a 11,17 % a.a. e na ponta passiva a 72,91% do CDI. Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander e Itaú BBA S.A.

### Swap de TJLP vs. CDI

Estas operações com instrumentos financeiros derivativos visam proteger a controlada TIM Celular contra uma possível perda patrimonial em virtude de aumento por parte do BNDES em sua taxa de referência (TJLP), nos financiamentos contratados junto àquela Instituição em 2005, e apresentam sua ponta passiva contratada a um custo médio equivalente a 91,71% do CDI.

Essas operações atualmente protegem 12,90% do total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2010, a sua controlada TIM Celular apresenta um resultado contábil positivo nesta operação, tendo como contraparte os seguintes bancos: Santander e Itaú BBA S.A.

#### Swap cambial vs. CDI

Os instrumentos financeiros de derivativos dessa modalidade visam proteger a controlada TIM Celular contra o risco cambial, oriundo dos contratos de empréstimo em moeda estrangeira, contraído junto ao BNP Paribas e ao BEI.

O empréstimo com BNP Paribas se encontra protegido a um custo médio de 95,01% do CDI e o empréstimo com o BEI está protegido a um custo de 95,42% do CDI.

A ponta ativa dos contratos de swap é contratada com o mesmo cupon da linha sacada. Neste caso, a variação cambial no financiamento é totalmente contraposta pela variação nos swaps contratados. Além disso, esses swaps vencem na mesma data de liquidação da dívida, o qual ocorrerá até o final do ano de 2017.

Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander, Citibank, Morgan Stanley e BES.

#### Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

DESCRIÇÃO	2010	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO POSSÍVEL	CENÁRIO REMOTO
Dívida pré-fixada (valor parcial)	(62.700)	(62.700)	(61.176)	(59.742)
Valor justo da ponta ativa do swap	62.700	62.700	61.176	59.742
Valor justo da ponta passiva do swap	(55.415)	(55.415)	(55.040)	(54.680)
Exposição líquida no swap	7.285	7.285	6.136	5.062
Dívida em TJLP (valor parcial)	(228.578)	(228.578)	(222.187)	(215.656)
Valor justo da ponta ativa do swap	228.578	228.578	222.187	215.656
Valor justo da ponta passiva do swap	(228.990)	(228.990)	(228.671)	(228.384)
Exposição líquida no swap	(412)	(412)	(6.484)	(12.728)
Dívida em USD (BNP Paribas e BEI)	(673.770)	(673.770)	(867.609)	(1.071.609)
Valor justo da ponta ativa do swap	673.770	673.770	867.609	1.071.609
Valor justo da ponta passiva do swap	(824.328)	(824.328)	(828.225)	(832.383)
Exposição líquida no swap	(150.558)	(150.558)	39.384	239.226

Como as controladas apenas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção de suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps não são significativos. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira con-

tratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2010 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e na TJLP e às variações nas moedas estrangeiras utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito da redução dos principais índices atrelados às operações de swap (CDI e TJLP) e variações nas moedas estrangeiras utilizadas nas operações (USD e JPY), atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

VARIÁVEL DE RISCO	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO POSSÍVEL	CENÁRIO REMOTO
CDI	10,64%	13,30%	15,96%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
USD	1,6788	2,0985	2,5182

#### QUADRO COM GANHOS E PERDAS COM DERIVATIVOS NO PERÍODO

2010

Risco dos juros pré-fixados contra CDI	1.602
Risco dos TJLP contra CDI	3.519
Risco cambial USD contra CDI	(121.621)
Risco cambial JPY contra CDI	11.138
Ganhos (Perdas) líquidos	(105.362)

**39. PLANOS DE PENSÃO E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

	CONTROLADORA		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Termo de relação contratual atípico ("TRCA")	4.362	4.067	4.290
PAMA	894	715	427
	5.256	4.782	4.717

	PARENT COMPANY		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Termo de relação contratual atípico ("TRCA")	4.362	4.067	4.290
PAMA	4.486	3.187	1.946
PAMEC/apólice de ativos	318	273	189
	9.166	7.527	6.425

**Plano de Previdência Complementar**

Em 07 de agosto de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implantação de Plano de Previdência Complementar nas modalidades PGBL e VGBL da Companhia e da TIM Celular e TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular junto ao Itaú Vida e Previdência S.A. Foram elegíveis ao Plano de Previdência Complementar todos os funcionários que ainda não possuíam benefício previdenciário patrocinado pela Companhia e suas controladas.

**Termo de Relação Contratual Atípico**

A Companhia é patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A - TELEPAR, de planos de complementação de aposentadoria instituídos em 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificados pelo Termo de Relação Contratual Atípico, firmado entre a Companhia e os sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes.

O acordo cobre 86 empregados contratados antes de 31 de dezembro de 1982, concedendo uma pensão complementar. Esse direito é concedido somente se os referidos empregados se aposentarem após terem cumprido o tempo mínimo para aposentadoria (30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres).

Em função da cisão da Telebrás em junho de 1998, a Companhia optou pela extinção desse plano de complementação de aposentadoria. Como resultado do término deste plano, a Companhia permitiu que os participantes do plano recebessem um pagamento em dinheiro dos benefícios acumulados ou transferissem suas obrigações de benefícios acumuladas para o plano PBT-SISTEL. A

maioria dos empregados participantes do plano optou pelo pagamento em dinheiro ou pelo ingresso no plano PBT-SISTEL. O restante provisionado será utilizado para cobrir os benefícios daqueles empregados que ainda não fizeram sua opção (4 empregados em 31 de dezembro de 2010 e 2009).

**SISTEL e TIMPREV**

A Companhia, a TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular e a TIM Celular vêm patrocinando plano de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL, como consequência dos dispositivos legais relacionados ao processo de privatização destas empresas em julho de 1998.

Considerando que em 1999 e em 2000 as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL já haviam negociado condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos na data de 31 de janeiro de 2000, a Companhia e suas controladas, ao longo de 2002 e a exemplo de outras empresas oriundas do antigo Sistema TELEBRÁS, iniciaram gestões para a formatação de um Plano de Contribuição Definida que atendesse aos mais modernos padrões de seguridade social praticados na iniciativa privada e que permitisse ao grupo de empregados vinculados ao SISTEL a possibilidade de migração.

Em 13 de novembro de 2002 a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício 1917 CGAJ/SPC aprovou o regulamento do novo plano previdenciário, doravante denominado Regulamento do Plano de Benefícios TIMPREV, na modalidade contribuição definida, dispondo novas condições de concessão e de manutenção de benefícios, bem como os direitos e obrigações da Entidade Administradora do Plano, das Patrocinadoras, dos Participantes e de seus respectivos beneficiários.

Na nova modalidade, a contribuição normal da patrocinadora corresponderá a 100% do valor da contribuição básica do participante, enquanto que a entidade administradora do TIMPREV assegurará, nos termos e condições do regulamento aprovado, os benefícios abaixo elencados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda aos seus beneficiários:

- > Aposentadoria Normal
- > Aposentadoria Antecipada
- > Aposentadoria por Invalidez
- > Benefício Proporcional Diferido
- > Pensão por Morte

Como não houve uma migração integral dos funcionários da Companhia e suas controladas para o plano TIMPREV, os planos de pensão e os planos médicos oriundos do sistema TELEBRÁS continuam existindo e estão resumidamente explicados abaixo:

**PBS:** plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados ativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

**PBS Assistidos:** plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado;

**Convênio de Administração:** convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

**PAMEC/Apólice de Ativos:** plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

**PBT:** plano de benefício definido para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

**PAMA:** plano de assistência médica para os empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

De acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371, os planos que apresentam um superávit não são registrados pela Companhia, em virtude da impossibilidade de reembolso do mesmo, além de que as contribuições não serão reduzidas para o patrocinador no futuro.

Em 29 de janeiro de 2007 e 09 de abril de 2007 o Ministério da Previdência Social, através da SPC - Secretaria da Previdência Complementar, aprovou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios PBS-Tele Celular Sul, TIM Prev Sul, PBT-TIM, Convênio de Administração, PBS-Telenordeste Celular e TIM Prev Nordeste, conforme Ofícios SPC/DETEC/CGAT, respectivamente números, 169, 167, 168, 912, 171 e 170, da SISTEL, para o HSBC - Fundo de Pensão.

No que tange aos demais planos PAMA e PBS - Assistedos, os mesmos continuam sendo gerenciados pela SISTEL, exceto o Plano PAMEC que foi extinto, permanecendo a empresa como responsável pela cobertura do referido benefício, que passa a ser denominado PAMEC/Apólice de Ativos.

Considerando a aprovação da proposta de migração pelo Conselho de Administração em janeiro de 2006, e as aprovações do Ministério da Previdência Social, a transferência dos Fundos mencionados da SISTEL, para o HSBC - Fundo de Pensão foram efetivados em abril de 2007.

Em 30 de junho de 2009 a Secretaria da Previdência Complementar, através do Ofício 1664 CGAJ/SPC, aprovou alteração no regulamento do plano previdenciário TIMPREV, abrindo a possibilidade de migração de participantes dos planos da modalidade de benefício definido para o plano TIMPREV, de contribuição definida. O prazo permitido para realização das migrações durou 180 dias, a partir da aprovação da alteração no regulamento, sendo a operação condicionada à aceitação do participante. Na ocasião os dois únicos participantes do plano PBT, que são assistidos, optaram por realizar a migração para o plano TIMPREV.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC, para os planos patrocinados anteriormente à constituição do TIMPREV, para os quais ainda existem participantes ativos:

**Controladora**

**A) EFEITOS NA DATA BASE DE 31 DE DEZEMBRO**

	PLANOS			TOTAL	
	PBS	PAMA	TRCA	2009	2008
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)				
Valor presente das obrigações atuariais	6.881	1.309	4.362	12.552	14.749
Valor justo dos ativos do plano	(14.332)	(415)	-	(14.747)	(20.808)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(7.451)	894	4.362	(2.195)	(6.059)
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(7.451)</b>	<b>894</b>	<b>4.362</b>	<b>(2.195)</b>	<b>(6.059)</b>

(\*) Nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidos no futuro.

**B) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO**

	PLANOS		
	PBS	PAMA	TRCA
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/09	(10.841)	715	4.067
Despesa (receita) reconhecida no resultado do ano anterior	(961)	86	415
Contribuições da patrocinadora	-	(2)	(312)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidos	4.351	95	192
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/10</b>	<b>(7.451)</b>	<b>894</b>	<b>4.362</b>

**C) DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DAS PERDAS (GANHOS)**

	PLANOS		
	PBS	PAMA	TRCA
(Ganho) perda nas obrigações atuariais	(3.253)	95	192
(Ganho) perda nos ativos do plano	7.604	-	-
<b>(Ganho) perda em 31/12/09</b>	<b>4.351</b>	<b>95</b>	<b>192</b>



**D) RECONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DAS OBRIGAÇÕES**

	PLANOS		
	PBS	PAMA	TRCA
Valor das obrigações em 31/12/09	9.542	1.140	4.067
Cost of current service			
Juros sobre obrigação atuarial	1.015	123	415
Benefícios pagos no ano	(423)	(50)	(313)
Obligations			
(Ganhos)/Perdas nas obrigações	(3.253)	96	193
<b>Valor das obrigações em 31/12/10</b>	<b>6.881</b>	<b>1.309</b>	<b>4.362</b>

**E) RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS**

	PLANOS		
	PBS	PAMA	TRCA
Valor justo dos ativos em 31/12/09	20.383	425	-
Benefícios pagos no ano	(423)	(50)	-
Contribuições da patrocinadora	-	1	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(5.628)	39	-
<b>Valor justo dos ativos em 31/12/10</b>	<b>14.332</b>	<b>415</b>	<b>-</b>

**F) RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS**

	PLANOS		
	PBS	PAMA	TRCA
Juros sobre as obrigações atuarias	646	137	448
Rendimento esperado dos ativos	(1.580)	(41)	-
<b>Total da (despesa) receita líquida a ser reconhecida</b>	<b>(934)</b>	<b>96</b>	<b>448</b>

**Consolidado**
**A) EFEITOS NA DATA BASE DE 31 DE DEZEMBRO**

	PLANOS						TOTAL	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	PAMA	TRCA	2010	2009
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576	4.362	39.478	43.276
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)	-	(52.313)	(65.305)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486	4.362	(12.835)	(22.029)
<b>Passivo / (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(17.980)</b>	<b>(3.852)</b>	<b>(169)</b>	<b>318</b>	<b>4.486</b>	<b>4.362</b>	<b>(12.835)</b>	<b>(22.029)</b>

(\*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

**B) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO**

	PLANOS							
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	PBT	PAMA	TRCA	
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/09	(24.401)	(3.102)	(1.409)		273	(644)	3.187	4.067
Despesa (receita) reconhecida no resultado do ano anterior	(2.099)	(209)	(129)		30	-	414	415
Contribuições da patrocinadora	-	-	-		(13)	-	(5)	(312)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidos	8.520	(541)	1.369		28		890	192
Extinção plano PBT	-	-	-		-	644	-	-
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/10</b>	<b>(17.980)</b>	<b>(3.852)</b>	<b>(169)</b>		<b>318</b>	<b>-</b>	<b>4.486</b>	<b>4.362</b>

**C) DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DAS PERDAS (GANHOS)**

	PLANOS						
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	PBT	PAMA	TRCA
(Ganho) Perda nas obrigações atuariais	(5.801)	246	(823)	28	436	1.130	192
(Ganho) Perda nos ativos do plano	14.321	(787)	2.192	-	-	(240)	-
Perda na contribuição do empregado	-	-	-	-	-	-	-
Extinção plano	-	-	-	-	(436)	-	-
<b>(Ganho) Perda em 31/12/10</b>	<b>8.520</b>	<b>(541)</b>	<b>1.369</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>890</b>	<b>192</b>

**D) RECONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DAS OBRIGAÇÕES**

	PLANOS						
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	PBT	PAMA	TRCA
Valor das obrigações em 31/12/09	26.205	5.373	864	273	1.420	5.074	4.067
Custo do serviço corrente	10	-	-	-	-	31	-
Juros sobre obrigação atuarial	2.784	571	92	30	-	552	415
Benefícios pagos no ano	(850)	(440)	(9)	(13)	-	(211)	(31)
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(5.801)	245	(823)	28	-	1.130	192
Extinção plano	-	-	-	-	(1.420)	-	-
<b>Valor das obrigações em 31/12/10</b>	<b>22.348</b>	<b>5.749</b>	<b>124</b>	<b>318</b>	<b>-</b>	<b>6.576</b>	<b>4.643</b>

**E) RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS**

	PLANOS					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	PBT	PAMA
Valor justo dos ativos em 31/12/09	50.606	8.475	2.273	-	2.064	1.887
Benefícios pagos no ano	(850)	(440)	(9)	(13)	-	(211)
Contribuições dos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	13	-	5
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(9.428)	1.567	(1.972)	-	(2.064)	408
<b>Valor justo dos ativos em 31/12/10</b>	<b>40.328</b>	<b>9.602</b>	<b>292</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.089</b>

**F) DESPESAS PREVISTAS PARA 2010**

	PLANOS					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	PBT	PAMA
Custo do serviço corrente (com juros)	11.861	-	-	-	22	-
Juros sobre as obrigações atuariais	2.262	589	13	33	690	448
Rendimento esperado dos ativos	(4.583)	(1.079)	(34)	-	(211)	-
<b>Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida</b>	<b>9.540</b>	<b>(490)</b>	<b>(21)</b>	<b>33</b>	<b>501</b>	<b>448</b>

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	10,66% a.a.(11,08% em 2009)
Taxa de rendimento nominal esperada s/ ativos do plano:	PBS-A: 11,50% a.a. (9,44% em 2009) PAMA: 10,59% a.a. (9,42% em 2009) Convênio de Administração: 11,69% a.a (9,88% em 2009) PAMEC: N/A PBS-TCS - TNE: 9,88% a.a. (9,88% em 2009) ATÍPICO: N/A
Índice estimado de aumento nominal salarial:	6,28% a.a. (6,28% em 2009)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,20% a.a. (4,20% em 2009)
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Tábua Mercer Disability
Taxa de rotatividade esperada:	Nula
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,20% (4,20% em 2009)
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

**40. Honorários da Administração**

Os salários e benefícios de curto prazo pagos aos administradores da Companhia e suas controladas no período findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$5.795 (R\$7.569 em 2009).

**41. Insurance**

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

MODALIDADES	IMPORTÂNCIAS SEGURADAS
Riscos Operacionais	17.672.645
Responsabilidade Civil Geral – RCG	50.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	100% Tabela Fipe. R\$1.000 para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais

## 42. Compromissos

### Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Segue abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2011	329.412
2012	341.929
2013	354.923
2014	368.410
2015	382.409
	1.777.083

### 43. Transações com Grupo Telefônica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefônica S.A. assinaram um acordo para adquirir o capital total da Olímpia S.p.A., empresa que, por sua vez, detinha à época aproximadamente 18% do capital votante da Telecom Itália S.p.A., controladora indireta da Companhia. Tal aquisição se deu através de uma companhia chamada Telco S.p.A (“Telco”). Com a implementação da operação em outubro de 2007, a Telco passou a deter 23,6% do capital votante da Telecom Itália S.p.A., controladora indireta da TIM Participações.

A ANATEL, por meio do Ato nº. 68.276/2007, publicado no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2007, aprovou a operação impondo determinadas restrições para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos, Telefônica e TIM no Brasil. Para fins de implementação das determinações da ANATEL, a TIM Brasil e a TIM Celular apresentaram à ANATEL as medidas necessárias para assegurar tal segregação, de fato e de direito, no Brasil, de modo que a participação detida pela Telefônica na Telco S.p.A. não possa gerar ou ser

considerada como influência sobre as decisões financeiras, operacionais e estratégicas das operadoras brasileiras do grupo TIM. A TIM, portanto, continua atuando no mercado brasileiro com a mesma independência e autonomia de antes da operação.

Em 31 de dezembro de 2010 entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefônica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, roaming, compartilhamento de sites e acordos de cofaturamento, assim como contratos relacionados ao uso de CSP (código de seleção de prestadora), realizados a preços e condições normais, na forma da legislação em vigor. Os valores a receber e a pagar, decorrentes destes contratos, em 31 de dezembro de 2010, são de R\$129.249 e R\$92.649 (R\$133.504 e R\$99.145 em 2009), respectivamente. Os valores registrados no resultado da Companhia após a aprovação da transação estão representados por receitas e despesas operacionais de R\$1.282.522 e R\$855.939 (R\$1.385.261 e R\$915.125 em 2009), respectivamente.

#### 44. DESPESAS POR NATUREZA

	2010	2009
<b>Despesas por natureza</b>		
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(7.305.767)	(6.672.369)
Comercialização	(4.494.608)	(4.436.751)
Gerais e administrativas	(1.008.694)	(1.033.438)
Outras receitas/despesas operacionais	(448.247)	(462.114)
	(13.257.316)	(12.604.672)
<b>Classificados como:</b>		
Pessoal	(586.722)	(563.225)
Publicidade e propaganda	(537.221)	(511.933)
Serviços de terceiros	(2.797.663)	(2.791.430)
Interconexão	(3.602.984)	(3.351.845)
Custo das mercadorias vendidas	(1.026.091)	(925.184)
Depreciação e amortização	(2.993.461)	(2.913.966)
Provisão para devedores duvidosos	(310.497)	(422.163)
Impostos, taxas e contribuições	(968.623)	(744.366)
Outros	(434.054)	(380.560)
	(13.257.316)	(12.604.672)

#### 45. DIVULGAÇÕES SUPLEMENTARES SOBRE INFORMAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	2010	2009
Juros pagos	296.533	254.420
Imposto de renda e contribuição social pagos	110.419	54.308

## Créditos

### Coordenação

TIM Participações

### Conteúdo e Redação

TIM Participações

### Projeto Gráfico

Report Comunicação

### Revisão de Conteúdo

Assertiva Produções Editoriais

## FOTOS

**Capa** altrendo images/Getty Images

**Página 3** ©iStockphoto.com/arekmalang

**Página 4** Divulgação

**Página 7** Blue Man Group

**Páginas 15, 19 e 28** ©iStockphoto.com/webphotographeer

**Página 24** ©iStockphoto.com/poba

**Página 26** ©iStockphoto.com/fotoVoyager

**Página 30** ©iStockphoto.com/quavondo

**Página 34** ©iStockphoto.com/UltraONEs

**Página 42** André Velozo

**Página 44** Claudio Medeiros